

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA  
INTERNACIONAL**

**A CRISE DO SISTEMA COLONIAL NO VICE-REINO DO RIO DA  
PRATA À LUZ DO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XVIII**

**CAIQUE ANDRIEWSKI PEREIRA DA SILVA**

**Rio de Janeiro**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA  
INTERNACIONAL**

**A CRISE DO SISTEMA COLONIAL NO VICE-REINO DO RIO DA  
PRATA À LUZ DO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XVIII**

**CAIQUE ANDRIEWISKI PEREIRA DA SILVA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.**

**Orientador: Daniel de Pinho Barreiros**

**Rio de Janeiro**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA  
INTERNACIONAL**

**A CRISE DO SISTEMA COLONIAL NO VICE-REINO DO RIO DA  
PRATA À LUZ DO BRASIL NO FIM DO SÉCULO XVIII**

**CAIQUE ANDRIEWSKI PEREIRA DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 19 de Fevereiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros (Orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PEPI/IE/UFRJ

---

Prof. Dr. Wilson Vieira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGE/IE/UFRJ

---

Prof. Dr. Luiz Felipe Osório  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - PEPI/IE/UFRJ

---

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGRI/CNM/UFSC

**Rio de Janeiro**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586c Silva, Caique Andriewiski Pereira da.  
A crise do sistema colonial no vice-reino do rio da prata à luz do brasil no fim do século XVIII / Caique Andriewiski Pereira da Silva. – 2024.  
107 f.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.  
Bibliografia: f. 103-105.

1. Governança. 2. Brasil - Período colonial, 1500-1822. 3. Administração colonial.  
I. Barreiros, Daniel de Pinho, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 351

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar o meu orientador Daniel de Pinho Barreiros que tem me acompanhado da melhor forma desde o início da graduação.

Agradeço à Banca, pela qualificada avaliação deste trabalho.

Agradeço ao PEPI e seu corpo docente por todo o aprendizado e estrutura oferecidos apesar dos tempos difíceis que foram os da pandemia de COVID-19.

Agradeço ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro por todas as oportunidades que me foram proporcionadas até agora.

Agradeço à Isabela, minha companheira de quase sete anos, que me ajudou a revisar o projeto inicial desta dissertação e por todo o apoio.

Agradeço ao João Guimarães pelas conversas e compartilhamento de vivências e frustrações acadêmicas que tivemos ao longo desses últimos anos. Em breve seremos doutores.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Gisela, e minha irmã, Hannah. São referências minhas.

## **SUMÁRIO**

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>   |
| <b>1. ARCABOUÇO GERAL E REFORMAS DA GOVERNANÇA COLONIAL NO SÉCULO XVIII .....</b>                    | <b>15</b>  |
| <b>1.1 A governança colonial portuguesa na América .....</b>   | <b>16</b>  |
| <b>1.2 Governança espanhola colonial na América Latina .....</b>                                     | <b>26</b>  |
| <b>2. A CRISE COLONIAL BRASILEIRA NO FIM DO SÉCULO XVIII .....</b>                                   | <b>42</b>  |
| <b>2.1 A crise sistêmica na América Portuguesa .....</b>   | <b>47</b>  |
| <b>3. A CRISE COLONIAL NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA NO FIM DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX.....</b> | <b>68</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>96</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>103</b> |

## **RESUMO**

Esta dissertação de mestrado discute a crise do sistema colonial no Vice-reino do Rio da Prata tomando como referência de análise essa mesma trajetória, mas no caso brasileiro, observando como entre si são pontos de tensionamento responsáveis por determinar os rumos dos impérios metropolitanos, além das importantes dinâmicas engendradas pelas disputas hegemônicas no continente europeu ao fim do século XVIII e início do século XIX. Para realizar essa proposta de trabalho, analisamos a administração e governança colonial tanto do império espanhol como português e suas respectivas transformações no século XVIII, dando enfoque ao seu fim, e depois analisamos o proposto para o Brasil, o discutindo como referência de análise e depois seguimos para estudar a crise no Vice-reino do Rio da Prata, reconhecendo a importância das relações entre espaços interconectados e suas relações hierárquicas. Assim, as principais conclusões desse trabalho são da interrelação entre dinâmicas locais e globais na crise do sistema colonial em um contexto de reformas e tentativas de adequação por parte dos Impérios Português e Espanhol diante do expansionismo inglês. Além disso, consideramos que Brasil e Vice-reino do Rio da Prata são postos no centro da reprodução colonial, apresentando disputas estratégicas tanto no âmbito econômico quanto territorial.

**Palavras-chave:** Antigo Sistema Colonial; crise; século XVIII; século XIX; Brasil; Vice-reino do Rio da Prata.

## **RESUMEN**

Esta tesis de maestría analiza la crisis del sistema colonial en el Virreinato de Rio da Prata, tomando como referencia de análisis esta misma trayectoria, pero en el caso brasileño, observando cómo los puntos de tensión entre ellos son responsables de determinar el rumbo de los imperios metropolitanos, a ello se suman las importantes dinámicas engendradas por las disputas hegemónicas en el continente europeo a finales del siglo XVIII y principios del XIX. Para llevar a cabo esta propuesta de trabajo, analizamos la administración y gobernanza colonial tanto del imperio español como del portugués y sus respectivas transformaciones en el siglo XVIII, centrándonos en su fin, para luego analizar lo propuesto para Brasil, discutiéndolo como referente. para su análisis y luego continuamos estudiando la crisis en el Virreinato de Rio da Prata, reconociendo la importancia de las relaciones entre espacios interconectados y sus relaciones jerárquicas. Por tanto, las principales conclusiones de este trabajo son la interrelación entre las dinámicas locales y globales en la crisis del sistema colonial en un contexto de reformas e intentos de adaptación por parte de los imperios portugués y español frente al expansionismo inglés. Además, consideramos que Brasil y el Virreinato de Rio da Prata se ubican en el centro de la reproducción colonial, presentando disputas estratégicas tanto en el ámbito económico como territorial.

**Palavras-clave:** Antíguo Sistema Colonial; crisis; siglo XVIII; siglo XIX; Brasil; Virreinato de Rio de La Plata.

## **ABSTRACT**

This work discusses the crisis of the colonial system in the Viceroyalty of Rio de La Plata, taking this same trajectory as an analysis reference, but in the Brazilian case, observing how tension points between them are responsible for determining the direction of metropolitan empires, in addition of the important dynamics engendered by hegemonic disputes on the European continent at the end of the 18th century and beginning of the 19th. To carry out this work proposal, we analyzed the colonial administration and governance of both the Spanish and Portuguese empires and their respective transformations in the 18th century, focusing on their end, and then we analyzed what was proposed for Brazil, discussing it as a reference for analysis and then we continue to study the crisis in the Viceroyalty of Rio da Prata, recognizing the importance of relationships between interconnected spaces and their hierarchical relationships. Therefore, the main conclusions of this work are the interrelationship between local and global dynamics in the crisis of the colonial system in a context of reforms and attempts to adapt by the Portuguese and Spanish Empires facing English expansionism. Furthermore, we consider that Brazil and the Viceroyalty of Rio de La Plata are placed at the center of colonial reproduction, presenting strategic disputes in both economic and territorial spheres.

**Key-words:** Ancient Colonial System; crisis; 18th century; 19th century; Brazil; Viceroyalty of Rio de La Plata.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir a crise do sistema colonial no Vice-reino do Rio da Prata à luz dessa mesma trajetória no caso brasileiro, observando como entre si são pontos de tensionamento responsáveis por determinar os rumos dos impérios europeus, além das importantes dinâmicas engendradas pelas disputas hegemônicas nesse continente ao fim do século XVIII e início do século XIX. Para tanto, analisamos a administração e governança colonial de ambos os impérios português e espanhol e suas respectivas transformações no século XVIII, e depois analisamos o proposto para o Brasil, o discutindo como referência de análise e depois seguimos para estudar a crise no Vice-reino do Rio da Prata, reconhecendo a importância das relações entre espaços interconectados e suas relações hierárquicas.

Em virtude disso, a pesquisa vai ser entremeadada por esses parâmetros, tanto em forma, nos capítulos e subseções, quanto conteúdo, na análise pretendida. No primeiro capítulo será discutida a governança e administração dos Impérios Espanhol e Português na América Latina durante a colonização, retomando alguns aportes iniciais sobre colonização para contextualização. Depois disso, será discutida de forma mais detalhada as transformações na administração colonial durante o século XVIII que foram impactadas por tensionamentos e disputas tanto internas às colônias e metrópoles como também de disputas entre os países centrais da Europa. Isso será feito pois foram necessárias diversas adaptações e modificações da estrutura de reprodução colonial para se manter em funcionamento em um século de ascensão de ideias iluministas que contribuem para dar forma ao despotismo esclarecido das reformas tanto na América Portuguesa quanto Espanhola.

Em seguida, o trabalho realizará uma análise dessas colônias na figura principal do que virá a ser conhecido como os atuais territórios de Argentina (à época, Vice-reino do Rio da Prata) e Brasil. Para isso, o segundo eixo da dissertação se subdividirá em duas partes:

i) Na primeira, após já estabelecida a colonização do território, será estudado o perfil da economia que se desenvolve nesses países para uma maior compreensão da estrutura produtiva e como esta se modifica ao longo do período estipulado; ii) Na segunda parte, buscaremos introduzir o que foi construído até o momento dentro do contexto do sistema

mundial que será, sobretudo, uma análise que insere os referidos impérios (metrópoles e colônias) no sistema-mundo capitalista<sup>1</sup> da época.

Então, para dar prosseguimento à nossa análise, cabe retomar as características de uma época em que o capital mercantil (ou comercial) determinava o padrão de acumulação nos séculos XVII e XVIII. Esse padrão se caracterizou por uma busca de poder, riqueza das potências coloniais europeias, além de servir como agente de unificação nacional e desenvolvimento econômico através da conjugação de interesses entre o Estado e seus agentes econômicos principais<sup>2</sup>.

Boa parte dos intelectuais europeus desta época reconhecia que o fio condutor do desenvolvimento econômico teria de ser o comércio exterior e o manejo de tarifas aduaneiras, através de isenções ou privilégios tributários para exportações e proteção tarifária para importações concorrentes. A gestão dos impostos sobre o comércio exterior é, contudo, apenas a dimensão operacional, que é possibilitada por meio da associação de interesses entre a burguesia comercial, o Estado que a promove, os fabricantes e as colônias. Estas últimas na figura de receptoras dos produtos exportados e integrantes da cadeia produtiva como fornecedoras de insumos. Nesse sentido, a ideia de determinado país perseguir um acúmulo estéril de reservas metálicas é superada com o passar dos anos, chegando-se a um consenso que a geração de riquezas por parte da ‘nação’ residia em circular mercadorias tendo como um dos objetivos a garantia do suprimento necessário à sociedade<sup>3</sup>.

Outro fator de destaque é a circulação como pilar central da acumulação porque não há, nos séculos XVII e XVIII, diferenças exorbitantes em termos de agregação de valor. Então, lucrava o fabricante (ou produtor) da extração de trabalho excedente e o comerciante da venda e revenda.

Finalizamos, portanto, os resgates acerca do capital mercantil com a seguinte citação:

“Se, entretanto, uns e outros atribuem muita importância às espécies preciosas, é porque elas são o recurso do Príncipe, o nervo da guerra, a base de um sistema de crédito ainda rudimentar, e o único meio de regulamentação do saldo internacional. Para valorizar todas as coisas, para assegurar as trocas e movimentar a economia, um estoque fluido e abundante de espécies monetárias deve circular através do país. Os limites, as contradições da escola mercantilista são também os de sua época. Explicam a importância que os teóricos concedem à

---

<sup>1</sup> Utilizamos neste trabalho “sistema-mundo” na acepção formulada por Immanuel Wallerstein tal como Fernando Novais o realiza em Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Há de ser especificado que não iremos desenvolver essa categoria, somente a estamos usando a fim de situar o leitor na análise.

<sup>2</sup> DEYON, 2001.

<sup>3</sup> Idem.

balança comercial. Esta noção permite reunir e conciliar a obsessão monetária e o voluntarismo do desenvolvimento, os cuidados do Príncipe e a ambição material dos súditos. Estamos então no cerne da doutrina mercantilista. Todas as considerações, todas as proposições que recordamos até aqui, solidariedade em torno do soberano, auto-subsistência da nação, xenofobia, criações manufatureiras e comerciais, bulionismo, adquirem maior ou menor importância segundo os autores (DEYON, 2001: p. 69)”

Em virtude do que foi brevemente exposto sobre o capital mercantil e o mercantilismo vigente nos séculos XVII e XVIII, caberá ao trabalho investigar de forma minuciosa as transformações e a estruturação da economia colonial tanto no Rio da Prata quanto no Brasil, o que possibilitará a observação de divergências e confluências em suas trajetórias de desenvolvimento. Essa análise irá, então, contribuir para que possamos ter maior clareza no sobre o que se pode esperar desses dois países dentro do escopo da pesquisa.

A temática deste estudo possui vasta bibliografia disponível no caso brasileiro. Não obstante, no caso argentino são rarefeitas as contribuições específicas, sobretudo no que diz respeito a economia que gira em torno de Buenos Aires. Por isso, um dos objetivos desse trabalho foi conseguir reunir uma quantidade pertinente de referências sobre a temática proposta as quais servirão de base para nossa análise, que passará de maneira transversal pelas cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires e suas respectivas relevâncias para o sistema colonial no século XVIII.

No caso do atual território argentino, durante a conquista e estabelecimento espanhol, este fora dividido em regiões que não apresentavam um fluxo integrado de produção, funcionando como ilhas isoladas, mas que mantinham a estrutura colonial. É somente na segunda metade do século XVIII com as reformas liberais dos Bourbon que haverá um início de desenvolvimento comercial da cidade de Buenos Aires e da Argentina por assim dizer; antes disso, somente os portos do Peru e do Caribe tinham permissão para funcionamento<sup>4</sup>.

Isso decorre do fato de que a região do Rio da Prata ainda apresentava pouco desenvolvimento de suas estruturas produtivas, o que não gerava excedente econômico exportável; somado a isso, os eixos de gravidade do mundo colonial giravam em torno dos já mencionados Peru e Mar do Caribe. Este primeiro por ser escoadouro da produção metálica e o segundo por causa das produções mexicana e da parte central da América. Portanto, havia uma exclusão do Rio da Prata do circuito comercial espanhol até meados do século XVIII na

---

<sup>4</sup> FERRER, 2004 – A Economia Argentina;

própria regulamentação do comércio exterior de sua metrópole, sendo permitido somente o mínimo de circulação que tornasse viável a sobrevivência da ocupação local<sup>5</sup>.

A alcunha das já referidas “Reformas Liberais” dos Bourbon parece eufemística quando posta diante da realidade que levou de fato à sua realização. Isso se deve às incursões luso-brasileiras em direção ao sul da América Portuguesa, em razão da descoberta dos minerais metálicos na região das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Ademais, as excursões bandeirantes levam brasileiros até o Rio da Prata, em vários pontos de contato com o território argentino, o que confere um caráter geopolítico da criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776 e o estabelecimento do livre-comércio da região em 1778, onde “livre” significava, em boa parte, comercializar de forma mais ampla com navios e empresas espanholas<sup>6</sup>.

Outro fato importante é que entre 1779 e 1809 a Espanha está em guerra com a Inglaterra, o que resulta em um impacto negativo no comércio de Buenos Aires. A dificuldade de normalizar os fluxos de comércio permanece pela primeira década do período, levando a medidas de emergência como a permissão para navios e carregamentos luso-brasileiros aportarem em Buenos Aires. Isso foi tão relevante para a sobrevivência das atividades comerciais que os navios brasileiros chegaram a aportar em maior quantidade do que os espanhóis durante dois anos, 1781 e 1782<sup>7</sup>.

Tais fatos evidenciam quanto os gestores coloniais necessitavam da circulação como forma de valorizar seus capitais e, tendo como subproduto disso, a garantia do suprimento de necessidades dos argentinos. Sobre esses comerciantes, vale destacar que se tornaram também empresários envolvidos com o tráfico de escravizados, sobretudo durante o período em que a Espanha estava em guerra.

Será sob essas condições que Buenos Aires irá se desenvolver como intermediário comercial. Contudo, ainda havia um ponto de estrangulamento principal para se tornar um entreposto de circulação, a escassez de excedente exportável e, por consequência disso, a falta de divisas para importação. A solução produtiva para isso foi a expansão da produção pecuária na região dos pampas argentinos, que compreende províncias no entorno de Buenos Aires. Isso ocorre em razão de três motivos fundamentais: a abundância de terras férteis da região, a expansão da demanda mundial por causa da liberação do regime comercial e a pouca

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> FERRER, 2004.

<sup>7</sup> SOCOLOW, 2009.

complexidade da empresa pecuária que permitia produção em larga escala com baixos níveis tecnológicos, organizacionais e com volumes de investimento reduzidos para sua concepção, além da pouca demanda de mão de obra. Com o estabelecimento e expansão dos negócios pecuários nos pampas, os comerciantes da capital passaram a ser cada vez mais conectados com essa atividade, tendo em vista que participaram desde os investimentos iniciais no seu desenvolvimento<sup>8</sup>.

A participação de tais comerciantes está envolvida na expansão da pecuária pois estes vieram a se tornar grandes detentores do capital no final do século XVIII, se tornando banqueiros, investidores e, em menor grau, proprietários rurais. As atividades bancárias desempenhadas por estes comerciantes se davam pela escassez monetária nas regiões do Vice-reino, prestando serviços para burocratas, pecuaristas e fazendeiros e até para governo e instituições semioficiais<sup>9</sup>.

A cidade portenha nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX passa a ser dominada pelo capital mercantil. Os mercadores tinham predominância sobre outras atividades econômicas, o que lhes conferia o papel de investidores, comerciantes e emprestadores de dinheiro, além de também estarem responsáveis pela distribuição logística de bens para outros setores da colônia, servindo como entrepostos e frete. Os produtos comercializados, que são a raiz de toda essa preponderância do capital comercial, eram importados ou exportados, podendo incluir também movimentação de fluxos de dinheiro em espécie. Já no que diz respeito aos bens, se tratam de produtos primários pouco processados, sejam agrícolas, couro, erva mate e outros. Em relação aos importados, são todos os outros produtos que encontravam sua demanda na colônia, mas de origem europeia e, em caráter mais notável, espanhola; além, é claro, do tráfico de povos africanos escravizados<sup>10</sup>.

Os referidos comerciantes que começaram a crescer em Buenos Aires se associavam em um formato básico, a *sociedad colectiva*, que era caracterizada por parcerias impessoais em que os empresários incorriam com todos os riscos. Esse formato associativo era a única forma empresarial permitida pela *Ordenanzas de Comercio de Bilbao* a partir de 1737. Tais empresas tinham o funcionamento dividido, na prática, em nichos e fatias de mercado, já que tendiam a permanecer onde tivessem sucesso em suas operações. Desse tipo de associação, algumas vezes poderiam ser firmados contratos com empresas espanholas ou a própria coroa

---

<sup>8</sup> FERRER, 2004.

<sup>9</sup> SOCOLOW, 2009.

<sup>10</sup> Idem.

(com o fornecimento de produtos relevantes ao aparato estatal ou ao exército, por exemplo), o que conferia um maior prestígio social e econômico<sup>11</sup>.

De um ponto de vista agregado, as exportações pecuárias foram constituindo ao longo dos séculos XVIII e XIX cada vez mais importância na balança comercial, chegando a ser mais da metade em relação aos outros produtos exportados, com uma participação das exportações do PIB de 15% até 1850. São proporções relevantes e que vão configurar o perfil produtivo argentino durante décadas, o que implica em uma burguesia comercial do litoral e pecuaristas dos pampas possuírem uma relação de interesses que convergem de forma estrutural<sup>12</sup>.

Dessa forma, após feita essa apresentação, buscaremos analisar em detalhe qual o papel que passa a ser ocupado pela futura Argentina à luz do desenvolvimento da região de Buenos Aires em um contexto que se encontrava como possível grande centro distribuidor da economia colonial espanhola. Nesse sentido, o faremos tomando como ponto de referência a crise do sistema colonial nas terras brasileiras, que se desenvolvia tendo o Rio de Janeiro como grande entreposto. Isso será feito pois é lugar comum que a vinda da família real portuguesa em 1808 consolida esta cidade como capital não somente econômica, mas também se torna o epicentro do império ultramarino português.

O panorama do Rio de Janeiro em um período semelhante é de que a capital veio sendo construída como um centro comercializador de produtos agrícolas e do tráfico de escravizados. Ao longo da primeira metade do século XVIII, a *plantation* foi perdendo seu protagonismo na região e, em concomitância, seu papel mercantil foi se sofisticando, o que representou, na época, se tornar o mais importante polo reexportador de produtos europeus, importador de produtos do além mar e exportador para o Império e Europa como um todo<sup>13</sup>.

No que diz respeito ao funcionamento da relação Lisboa-Rio de Janeiro (ou Portugal-Brasil), o que há de ser considerado inicialmente é que se trata de uma metrópole que de fato se apropria de parte do excedente colonial, mas isso ocorre em tempos de Antigo Regime, quando as relações sociais e políticas (de privilégios) eram centrais e determinavam a partilha dos benefícios e as relações mercantis. O rateio dessas vantagens vai revelar que o tráfico de escravizados é mecanismo chave de sustentação da dinâmica colonial e aristocrática em solo

---

<sup>11</sup> SOCOLOW, 2009.

<sup>12</sup> FERRER, 2004.

<sup>13</sup> FRAGOSO E FLORENTINO, 2001.

brasileiro. Além disso, a coroa poderia alterar o perfil das rotas comerciais, os produtos vendidos e toda a característica desses fluxos caso lhe interessasse e, para além disso, essas mudanças ocorriam em um mundo com um eixo estamental e hierarquizado<sup>14</sup>.

Em relação à economia colonial, a perda de protagonismo econômico das *plantations* de cana de açúcar na capitania do Rio de Janeiro e outras localidades se deve à descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais durante o século XVIII. Mesmo que, em aparência, isso pudesse apresentar um malefício para a economia fluminense, o que ocorre de fato é a transformação e consolidação do Rio de Janeiro como entreposto comercial e canal de escoamento dos metais das Gerais. Contudo, o ciclo minerador da colônia já se desgasta e acaba em uma estagnação no fim deste século e o resultado intuitivo disso seria que o Rio de Janeiro acompanhasse a estagnação o que, em parte, é verdadeiro<sup>15</sup>.

Apesar disso, todo este ciclo secular de ascensão da economia mineradora gera externalidades em seu entorno, significando, na prática, que há saltos qualitativos e quantitativos nas atividades econômicas de Minas Gerais e da capitania fluminense. Então, quando se espera talvez uma desertificação econômica na região, na realidade ocorre o contrário, a economia mineira se reestrutura, tornando-se um vasto polo de abastecimento de produtos agropecuários do grande centro urbano, Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

Feitas essas considerações internas à economia colonial brasileira, em “O Arcaísmo com Projeto”, Fragoso e Florentino destacam que outras partes do império lusitano possuíam relações comerciais de suma importância com o Rio de Janeiro, além das próprias importações de produtos europeus não-portugueses também ocuparem parcela relevante da balança comercial, cerca de 20% nos primeiros cinco anos do século XIX (antes da abertura dos portos), sobretudo para bens manufaturados<sup>17</sup>.

O que se tem de dados prévios à abertura dos portos brasileiros em 1808, é que havia registros de déficits comerciais do Rio de Janeiro com seus parceiros comerciais e isso seria desestabilizador e, em última instância, levaria à ruína do padrão de acumulação colonial, tendo em vista que inviabilizaria a reprodução do sistema se somente existem déficits. Contudo, o que se encontra de resposta parcial para esse problema é que o tráfico de

---

<sup>14</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria. Nas Rotas de Governança Portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII, 2014.

<sup>15</sup> FRAGOSO E FLORENTINO, 2001.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

escravizados e as remessas metálicas geravam ganhos compensatórios ao comércio de bens, tornando a balança comercial apenas ligeiramente deficitária. Em consonância a isso, deve-se considerar que o Rio de Janeiro se beneficiava de lucros oriundos do comércio triangular com Lisboa e outras cidades relevantes do império lusitano. Esses fatores acabam por nos levar a enxergar o papel de grande centro reexportador de bens, além de reservas metálicas e escravizados do Rio de Janeiro<sup>18</sup>.

Em virtude de todo o exposto em caráter introdutório, o objetivo principal é estudar ambos os países e pensar o seu lugar dentro do sistema-mundo colonial ao longo deste século, com o palpite inicial de que é possível encontrar duas nações com mais influência e preponderância nesta pirâmide hierárquica em que, nos lugares-comuns, ocupariam a base. A evidência inicial disso é que há um ganho de importância ao longo do tempo destes dois países, culminando, por exemplo, na vinda da família real em 1808 para o Brasil e a posterior Independência em 1822; e, para a Argentina, o processo de Independência ocorreu ainda antes, em 1818 após dez anos de guerra, começada em 1810 com a Revolução de 25 de Maio.

---

<sup>18</sup> FRAGOSO E FLORENTINO, 2001.

## **1. ARCABOUÇO GERAL E REFORMAS DA GOVERNANÇA COLONIAL NO SÉCULO XVIII**

O objetivo desse capítulo será discutir a administração colonial e governança dos Impérios Português e Espanhol. Diante disso, este texto debaterá a forma e o propósito dos domínios coloniais e sob qual dinâmica de acumulação estiveram submetidos sob a preponderância do capitalismo colonial vigente entre os séculos XVI ao XVIII, dando ênfase nesse último século por ser o nosso objeto de estudo.

Nos parágrafos iniciais de cada um dos dois tópicos deste capítulo são resgatados aportes iniciais da colonização que serão pertinentes aos séculos seguintes pois se consolidaram como características centrais na dinâmica de funcionamento da economia colonial. É importante sinalizar que, não obstante sejam feitos tais resgates, estes são feitos à título de contextualização e não de rediscutir uma temática que já apresentou diversos avanços nas formulações analíticas dentro da academia.

Em seguida será analisada a administração/governança colonial portuguesa e espanhola, observando as formas de organização de seus governos com o entendimento de que o âmbito operacional da colônia está inserido na acumulação de capital do período. Pretende-se, dessa forma, pontuar e discutir quem são os agentes inseridos na realização produtiva e como atuam interconectados dentro do Antigo Sistema Colonial. Esse roteiro é traçado com o objetivo de iniciar a discussão sobre a pergunta central: analisar as implicações das disputas pelo poder global na Europa na governança colonial no período de crise do Antigo Sistema Colonial entre Espanha/Argentina (Vice-reino do Rio da Prata) e Portugal/Brasil.

Nessa direção, serão adentrados os fatos mais diretamente conectados aos eventos do século XVIII pertinentes à nossa análise. Dentre esses aspectos, é indispensável discutir as disputas territoriais sediadas nas fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola e os conflitos em que o continente europeu foi envolvido ao longo do período, já que impactaram diretamente nas políticas de manutenção dos impérios português e espanhol e, por consequência, nas colônias. Adiante serão discutidas as reformas administrativas acontecidas na segunda metade do século XVIII promovidas em Portugal na figura do conhecido Marquês de Pombal e na Espanha durante o governo dos Bourbon.

## **1.1 A governança colonial portuguesa na América**

Como o propósito deste trabalho é responder a forma e o propósito da colonização, será feito em caráter inicial um resgate de trabalhos clássicos sobre a temática, sobretudo do caso brasileiro que refletirá a governança portuguesa para podermos traçar uma análise que dialogue com o Império Espanhol. Para tanto, iniciaremos pelo “Sentido da Colonização” de Caio Prado Júnior, para poder delimitar que nos interessa a reprodução do capital articulada com a estrutura produtiva e os atores sociais dentro de um paradigma de Antigo Sistema Colonial. Prado Júnior delimita sua análise para direcioná-la ao século XVIII, quando ocorrem significativas alterações das estruturas coloniais ibéricas e recorre à análise de características fundadas anteriormente para contextualização.

O objetivo principal dos próximos parágrafos será, então, operacionalizar a reprodução do capital em solo colonial brasileiro através da conexão de aspectos produtivos, da vida econômica e social e da administração colonial que trarão o retrato da colonização aos olhos de Prado Júnior, mas que será entremeado de diversos comentários fundados em outros autores relevantes da temática.

No tabuleiro Latino-americano da colonização, a Espanha pareceu ocupar o lugar inicial de destaque ao descobrir a prata e o ouro nas regiões do México e Peru, enquanto no Brasil foram exploradas outras culturas, extrativas, como o pau-brasil. Os metais preciosos passam a ser protagonistas na colonização portuguesa somente no século XVIII, mas não pela sua mineração em si, mas por direcionar a ocupação do território para dentro da América (PRADO JR, 1983: p. 24-25).

O segundo elemento central, além das atividades produtivas descritas, é qual a mão de obra empregada e o motivo de ser a escravidão. Prado Jr. elenca que não há movimentos migratórios relevantes para suprir de trabalho europeu as colônias tropicais e subtropicais, com isso e em um primeiro momento, é escravizada a população autóctone e em seguida a africana. Este autor apresenta uma evidência insuficiente para seu emprego, que é adaptação ao trabalho sedentário já presente no continente Africano (PRADO JR, 1983: p. 125).

Novais apresenta um outro argumento para a escravidão moderna. Enquanto o capitalismo rumava para “libertar” o ser humano da servidão na Europa, nas colônias se estabelece exclusivamente por causa do trabalho compulsório e, necessariamente (por conta

das condições produtivas da época), de larga escala. O tráfico de negros escravizados é melhor explicado pelo próprio sentido capitalista da colonização em que o comércio de gente significava o lucro da burguesia comercial (NOVAIS, 2019: p. 120-121).

Em síntese, até agora buscou-se introduzir o funcionamento da economia colonial para que possamos então entender a governança imperial portuguesa e espanhola à luz de suas colônias latino-americanas. Cabe ressaltar que estamos diante de uma estrutura que é desenhada para a grande unidade produtora visando abastecer o mercado europeu de consumo (de bens de luxo, algumas das vezes) e realizar lucros dos grandes empresários inseridos no comércio marítimo da época.

Os tributos eram arrecadados na figura principal do *dízimo* por meio de contratos de cerca de 3 anos em que o imposto incidia em 10% sobre a produção bruta cobrado em espécie. Se trata de um imposto quase que proibitivo ao desenvolvimento de atividades comerciais internas da colônia pois, além do já descrito, era cobrado três anos sobre uma produção média e pago antes mesmo do produto se realizar. Outros tributos secundários também existiam como “direitos de alfândega” incidentes sobre a circulação de produtos seja em alfândegas secas ou na entrada pelos portos (PRADO JR, 1983: p. 321-322).

Aqui já temos um relevante ponto de contraste em relação à América Espanhola (*encomienda*), que viabilizava o desenvolvimento comercial entre suas diversas unidades coloniais fortalecendo a ocupação do território, enquanto na América portuguesa a taxaçoão era um pesado ônus à produção e circulação internas.

Prado Júnior chega a comentar algo que explica em parte essa diferença, há um caráter militarista muito presente na ocupação portuguesa no Brasil, isso está presente na própria figura do governador que tinha como principal função as questões militares, além de uma certa militarização da vida dos colonos, como no exemplo em que havia recrutamentos ostensivos e repentinos que prendiam cidadãos comuns e até mesmo membros do clero (PRADO JR, 1983: p. 307; 310-311).

Além disso, o quadro institucional da dominação portuguesa contribui para a compreensão de que havia uma atomização do império dado que não existia uma única constituição para o governo. A realidade se dava em “(...) cada nação submetida podia gozar do privilégio de manter seu direito garantida por tratado ou pela própria doutrina do direito comum (...)” (HESPANHA, 2001: p. 170;172).

Fato que evidencia a atomização e a periferação colonial seria a atuação de juízes que se estendia para além do exercício técnico do direito. Atuavam como veiculadores de interesses de agentes da elite local ao julgar cartas de doação e assuntos de propriedade vinculada, como morgados e capelas, dentre outros. Institucionalmente inseridos nas chamadas “Relações” (equivalentes aos Tribunais Supremos de Portugal), os juízes chegaram a exercer profunda influência sobre governadores locais podendo realizar inspeções sobre magistrados, e controlar ouvidores e militares locais (HESPANHA, 2001: p. 180).

Uma particularidade que contrasta com a institucionalidade de outros impérios coloniais é a não venalidade de cargos públicos, sua venda era em lei formalmente proibida mesmo que na prática houvesse mecanismos para disfarçar sua comercialização através de renúncias desses postos. Na dimensão legal, a compra de cargos era realizada por meio da transmissão de direitos sucessórios (HESPANHA, 2001: p. 183).

Sobre características geográficas da célula econômica haverá um maior ou menor grau de divisão do trabalho no entorno da grande lavoura conforme o adensamento das atividades econômicas em uma determinada localização que desenvolve atividades suporte à reprodução do núcleo, não obstante o eixo de importância se mantenha rural. Importante ressaltar também a regionalidade das características econômicas de locais que não são o eixo dinâmico principal, onde a centralização é menor e há, por exemplo, um menor número de escravizados e de pessoas livres, maior dispersão territorial, características que limitam a autoridade patriarcal, como no sul pecuarista de Minas Gerais (PRADO JR, 1983: p. 290; 293).

Adiante, sobre a reprodução material do sistema, cabe pontuarmos que o fluxo monetário só existe em razão do mercado externo. A renda é gerada em sua totalidade com base no consumo exterior europeu, o grande proprietário e senhor de engenho realiza um investimento que se decompõe na mínima sobrevivência de sua mão de obra escravizada (um custo, considerado por Furtado, como de manutenção), do consumo de materiais e equipamentos acrescido da remuneração ao resto dos fatores de produção, que podemos entender como o financiamento externo e o lucro do proprietário. A totalidade dessas rubricas está expressa no valor das exportações (FURTADO, 2000: p. 52-54).

A expansão da economia da grande lavoura está, dessa maneira, atrelada ao mercado externo. Em épocas de expansão, devemos olhar para os fatores de produção já mencionados: i) Uma maior aquisição de escravizados; ii) Expansão dos pedaços de terra; iii) aumento com gastos de importação de materiais e equipamentos; iv) aumento da demanda de

financiamento. O crescimento ocorreria com a alta de preços, que incentiva os lucros do proprietário escravocrata. Já a estagnação ou “letargia” da baixa de preços era refletida na diminuição de margens de lucro, mas que tinham grande espaço para manobra (há um incentivo para operar em plena capacidade quase sempre), já que o fazendeiro somente se ocupava de remunerar gastos fixos. Quando as exportações caíam para abaixo da remuneração dos gastos fixos, a grande lavoura parava e se redirecionava para subsistência (FURTADO, 2000: p. 54-55).

Furtado assinala alguns pontos principais: a renda gerada na mineração em termos absolutos era maior que a do açúcar já que as importações ocupavam parcela menor de seus gastos; a concentração da renda era menor e associada à populações maiores e aglomeradas em centros urbanos ou semiurbanos, o que diversificava e adensava a procura; e, como último fator, a distância dos portos encarecia as importações. Esses fatores associados, criavam um ambiente propício para impulsos rumo ao desenvolvimento endógeno que, por particularidades da colonização, não se concretizaram (FURTADO, 2000: p. 84).

Feito o panorama, nos próximos parágrafos iremos discutir os principais pontos de reformas administrativas e em qual contexto interno e/ou externo ocorrem no intuito de construir dinâmica imperial portuguesa e a estrutura política que a institucionalizou. Para dar mais sentido ao proposto também será debatida a dinâmica colonial no âmbito produtivo interligado ao comércio internacional na época do capitalismo colonial e, com isso, articular esses dois aspectos.

Um bom ponto de partida da análise é a invasão holandesa de Pernambuco entre 1630 e 1654 e exigiu da administração portuguesa uma reestruturação institucional para a retomada e estabilização de seus domínios da América. Dessa maneira, uma medida muito relevante teria sido a criação do Conselho Ultramarino em 1642, que removia “Índias” de seu nome, responsável por homogeneizar a administração dos domínios coloniais portugueses em direção a uma maior racionalização (GOUVÊA, 2001: p. 291-292).

Outra medida adotada foi quando, em 1653, foi a instituição da representação brasileira nas cortes convocadas de Portugal que funciona tanto de mecanismo para unificação da administração colonial como de fortalecimento da soberania portuguesa pouco após o fim da União Ibérica em 1640. Um dos benefícios da referida medida é o aumento da coesão com o todo sul-americano que possuía, por sua vez, diversos pontos de conexão fracos em razão das limitações físicas do território (GOUVÊA, 2001: p. 296).

Somado a essas implementações, cabem ser destacados mais dois aspectos: a Companhia Geral de Comércio do Brasil e as missões do Padre Antônio Vieira durante a década de 1650. Ambas, nesse sentido, tinham o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico e o povoamento da América Portuguesa por meio da integração de diversas atividades mercantis e produtivas associadas ao investimento de elites coloniais, à exemplo de cristãos-novos. O intuito disso não deixa de ser em essência consolidar ou evitar uma desestabilização da autoridade metropolitana nesse território e isso foi feito também por meio da garantia de importantes papéis aos líderes da colônia que passaram a gerir regiões no entorno da recém restaurada Pernambuco (GOUVÊA, 2001: p. 298).

Mais perto da virada do século, a partir de 1680, temos dois pontos chave, o primeiro na criação da Colônia de Sacramento ao sul da América Portuguesa e a oeste do Rio da Prata, o segundo foi a descoberta de minas de metais preciosos na região central do país (o começo do ciclo do ouro). O primeiro fator foi responsável por inaugurar vários episódios de tensão e conflitos militares na região que ocasionou um movimento pendular de quem exercia a autoridade da colônia. Já o segundo acontecimento ratifica o papel do Rio de Janeiro como unidade administrativa da economia colonial e, por consequência, do Império Português além de garantir um papel aos atores coloniais da região central do Brasil que já haviam se consolidado na região e construído canais de intercâmbio com o Vice-reino do Peru durante a União Ibérica (GOUVÊA, 2001: p.301).

Dessa forma, cabe enfatizar que a durante esse período de unificação da realeza metropolitana houve, à exemplo dos dois casos aqui mencionados, a criação de conexões entre ambas as colônias viabilizando trocas, mas também conflitos e tensionamentos nas regiões fronteiriças, tendo como resultado uma maior preocupação com os limites territoriais e engendrando novas dinâmicas em suas margens.

Diante desse cenário, a capitania do Rio de Janeiro no papel de centralizadora da administração colonial passa a coordenar os esforços de controle do território de modo que a segurança interna estivesse interligada ao controle fronteiriço do Sul e, com isso, a região mineradora exerceu papel fundamental tanto para sustentabilidade econômica como nexo de interesses geopolíticos no início do século XVIII (GOUVÊA, 2001: p. 302).

O sentido da reprodução colonial da segunda metade do século XVIII, recorte mais específico à nossa análise, tem como premissa colocar o Brasil no centro da política imperial portuguesa e, à época, não deixou de ser absolutista, mas “esclarecido” pelo iluminismo.

Dessa forma, os objetivos das esferas econômica, política e militar eram de preservação do território do império (SILVA, 2008: p. 471). Para tanto, os três principais representantes administrativos foram o Marquês de Pombal, que exerce algumas funções na burocracia imperial e, sobretudo, foi Secretário de Estado, na prática, um primeiro-ministro de 1750 a 1777; Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado de Territórios Ultramarinos e da Marinha (1770-1795) e Dom Rodrigo de Souza Coutinho também na mesma função no período 1796-1801 e Secretário de Guerra e Assuntos Externos (1808-1812) (SILVA, 2008: p. 471).

Sobre a integridade do território, há a o Tratado de Madrid, responsável por uma tentativa de fixar as fronteiras entre América Portuguesa e Espanhola, principalmente na região sul, na Colônia de Sacramento, alvo de disputas entre os impérios devido aos interesses geopolíticos do Rio da Prata e importância para o contrabando de prata. O tratado não foi bem-sucedido pois nenhum dos dois lados cumpriu suas exigências. O acordo seria que o Território das Sete Missões seria de Portugal e o resto de Sacramento dos espanhóis. Esse descumprimento ficou mais latente na Guerra dos Guaranis (1754-1756), quando jesuítas da Espanha e indígenas se recusaram a sair das Sete Missões. Em 1761, o Tratado de Madrid foi finalmente anulado (SILVA, 2008: p. 472). Houve, após a anulação, o Tratado de San Ildefonso que era pouco favorável às ambições portuguesas que perdeu Sacramento e o Território das Sete Missões. Em 1801, os portugueses conquistam as Sete Missões e formalizam o feito pelo Tratado de Badajoz (SILVA, 2008: 473-474).

Nesse sentido, Pombal dá sequência a uma política de consolidação das fronteiras brasileiras ao norte e oeste, regiões de fronteira com outras colônias da França, Holanda e Espanha. Para tanto, a estratégia foi a ocupação demográfica dessas áreas assim como construção de redes de fortalezas militares (SILVA, 2008: p. 475).

Essas regiões periféricas em que não há colônias plenamente estabelecidas passam, também, a ser ocupadas por colonos que convertem aldeias em paróquias sob autoridade do clero (jesuítas) e as maiores, por sua vez, são promovidas a vilas. São Paulo, um exemplo da porção sul da América Portuguesa, teve política semelhante ao resto das regiões fronteiriças, mas de maneira mais profunda e maior definição de estruturas e autoridades.

Ao longo da segunda metade do século XVIII há um claro redirecionamento da política territorial promovida por Pombal e que pode ser sintetizada na seguinte citação:

“The captaincy of Sao Paulo, which was subordinate to that of Rio de Janeiro, was restored to its former status as a captaincy-general (1765). Finally, the seat of government was moved in 1763 from Bahia (where it had been established since 1549) to Rio de Janeiro. This was a logical consequence of the displacement of the economic, political and strategic centres of gravity in the Estado do Brasil, which had been taking place since the end of the seventeenth century, from the north-east (Bahia and Pernambuco) towards the centre (Minas Gerais, Sao Paulo and Rio de Janeiro) and the south (island of Santa Catarina, Rio Grande de Sao Pedro and Colonia do Sacramento). Lastly, the Lisbon government's desire to unify all its South American territories outweighed any consideration of the peculiarities of the immense area of the Amazon basin. The Estado do Grao Para e Maranhao was dissolved in 1774. Its captaincies were then transformed into captaincies-general (Para and Maranhao) and subordinate captaincies (Sao Jose do Rio Negro and Piaui) and integrated into an enlarged Estado do Brasil (SILVA, 2008: p. 479).”

Sobre as reformas administrativas, em destaque na Era Pombal, verifica-se um realinhamento das estruturas de transferência de valor ao passo que o Brasil adquire crescente relevância no Império. Disso resulta a necessidade de reformas da administração, imprescindíveis, também pelas constantes alterações na correlação de forças da Europa continental.

Pelo foco desse trabalho ser o da reprodução econômica colonial, cabe resgatar algumas implementações pombalinas do período que são determinantes à análise. A primeira delas é a Junta de Comércio, um comitê criado em 1755, com o propósito de incentivar e regular o comércio internacional e com fins práticos de fomentar o desenvolvimento industrial da metrópole. Esse comitê sacramentou o forte laço da monarquia com monopólios comerciais do circuito colonial, sendo elevado ao status de tribunal real em 1788 (SILVA, 2008: p. 481).

A segunda importante reforma é a alteração da hierarquia das Juntas de Fazenda, entidades responsáveis pela coleta e distribuição de impostos para a coroa e estavam divididas de acordo com cada capitania. A mudança na hierarquia foi, dessa maneira, destituir o papel de “provedor mor” e fazer com que as juntas respondessem ao inspetor geral do Erário Régio (o tesouro real) a partir de 1770. As consequências disso são, portanto, maior centralização e transformar as Juntas no braço burocrático direto da coroa portuguesa (SILVA, 2008: p. 482-483).

Outro aspecto que evidencia a necessidade de reformas administrativas foi a perda da colônia de Sacramento junto com a invasão do Rio Grande do Sul e a facilidade que o exército espanhol logrou esse feito nos anos de 1762 e 1763 respectivamente. A solução para isso foi o envio de burocratas portugueses em conjunto com britânicos e profissionais de outras nações, já que quase sempre havia escassez de mão de obra portuguesa qualificada para desempenhar funções militares (SILVA, 2008: p. 485). Um exemplo disso foi a criação de

tropas locais que se dividiram nas milícias permanentes e os reservistas que realizavam atividades em bases ocasionais (SILVA, 2008: p. 486).

Já tendo resgatado alguns dos principais aspectos de mudanças territoriais e das reformas administrativas durante o período pombalino, é importante que sejam discutidos os aspectos mais diretamente econômicos do período. Nessa direção, o principal norte foi a diminuição da dependência portuguesa para com a Inglaterra e, com isso, promover dentro de seu império aumento considerável de receitas para, então, reduzir o déficit do comércio (SILVA, 2008: p. 487-488).

O caminho para essa sua política comercial mercantilista em essência foi o de dar maior relevância aos principais produtos, açúcar, tabaco, ouro e diamantes, do Brasil por meio de controles da produção, preços e distribuição. Em relação ao ouro, o objetivo era uma taxa mais simétrica, evitar o contrabando e honrar os compromissos com a coroa e, para tanto, retornou com a taxa de 20% nas Casas de Fundição e a proibição do ouro como moeda de transação (SILVA, 2008: p. 488). Em relação ao açúcar e tabaco, foram criadas unidades de inspeção pelo Império com objetivo de controlar qualidade e preço, além de esforços para estímulo da produção em novas áreas, o que promovia maior ocupação do território (SILVA, 2008: 488-489).

Outras importantes medidas foram tomadas na organização econômica do império, como a proibição de ‘comissários volantes’, que eram pequenos mercadores ou intermediários sob o argumento de dificuldade em sua fiscalização. Por outro lado, foram estimuladas a criação de companhias de comércio que tivesse moldes como daquelas na França, Espanha, Holanda e Inglaterra e, além disso, o próprio governo criou novas empresas principalmente no território brasileiro (mas também em Portugal e Moçambique), a saber: a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778) que foi responsável pela introdução da escravidão de africanos na região amazônica depois de abolida a escravização dos indígenas, para contribuir com o desenvolvimento agrícola da região e para regular o comércio de manufaturas vindo de Portugal; a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1779) com o principal objetivo de suprir de mão de obra escravizada a região nordeste do Brasil (SILVA, 2008: p. 490).

Fica, dessa forma, evidente que o objetivo de Pombal com essas políticas foi o de ampliar o papel das companhias de comércio. Essas empresas tinham o objetivo de desenvolver economicamente os domínios portugueses via produção e comércio marítimo e,

através disso, conseguir que fosse controlada a atividade econômica, envolvendo preços, quantidade produzida, estoques no intuito de, enfim, diminuir o déficit da balança comercial portuguesa, principalmente com a Inglaterra (SILVA, 2008: p. 490).

No âmbito dessa intencional monopolização da economia imperial, não se pode ignorar o fato de que a escravidão era o viabilizador da atividade econômica portuguesa. Dessa forma, ao longo do século XVIII, o tráfico de escravizados foi sendo canalizado gradualmente e, aos poucos, focado no Brasil colônia, como fica claro na abolição da escravidão em Portugal em 1773, além de limitações prévias (SILVA, 2008: p. 489).

Em suma, seguem algumas considerações de Silva sobre a gestão Pombal:

“During the 1760s a series of shocks - the costs of war in Europe and southern Brazil, the continuing decline of sugar exports from Brazil, the beginning of the decline in Brazilian gold production, the consequent decline in revenue from tithes, the fifth and other taxes and dues — profoundly altered the basis of the economic structure of the Portuguese empire. It now became more essential than ever to reduce the deficit in the trade balance, especially by stimulating production of Portuguese manufactured goods to compete with English and French goods in Portugal, Brazil and other colonies. The Junta do Comercio set in motion by means of loans the policy of import substitution which Pombal had planned through the creation of factories and workshops. (...) The years 1769—70 did not, as is generally accepted, represent the point of departure for Pombal's ' industrial' policy, but saw the culmination of an official initiative which provided assistance to a very few large factories, either reorganized or newly formed, and imposed various protectionist measures. The Portuguese manufacturers had close ties with the Brazilian trading companies, who supplied them with the raw materials (...) (SILVA, 2008: p. 492).”

Nessa direção, as reformas implementadas por Pombal aos poucos foram gerando seus frutos já que a balança de comércio de Portugal com a Inglaterra passou por uma redução de 70% no déficit entre os anos de 1751 e 1775. As exportações não cresceram tanto, em torno de 35% nesse período, mas as importações, por outro lado, decaem quase à metade, tendo diminuído 45%. O que contribui para a interpretação de a política de substituição de importações e criação das companhias de comércio de Marquês de Pombal foi responsável pela modificação da dependência comercial diante dos ingleses (SILVA, 2008: p. 493-494).

Em 1777 Pombal renuncia a seu cargo, mas a política econômica se manteve dentro dos mesmos moldes, mesmo que com poucas alterações. Por exemplo, uma das alterações mais significativas foi a extinção das duas Companhias de Comércio, a do Grão Pará e Maranhão em 1778 e a de Pernambuco e Paraíba em 1779. Ademais, há um acirramento das políticas protecionistas e, por consequência, maior entrada de produtos metropolitanos nas colônias (SILVA, 2008: p. 495).

Em termos geopolíticos o contexto do continente europeu contribuiu diretamente para o sucesso dessas medidas: a Guerra de Independência dos Estados Unidos iniciada em 1776 e

a partir de 1789 com a Revolução Francesa que também está relacionada a dois eventos posteriores, a Revolução de São Domingos (1791-1804) e os conflitos dentro do continente europeu na Era Napoleônica (1803-1815). Tais eventos levaram a uma maior facilidade de entrada dos produtos portugueses nos mercados coloniais impactados por esses acontecimentos (SILVA, 2008: p. 495).

Distanciando a análise do âmbito de estímulos econômicos e direcionando às restrições impostas às colônias, sobretudo o Brasil, passou a existir uma profunda preocupação com a proliferação de pequenas fábricas e produções locais que pudessem concorrer com os importados metropolitanos de Portugal. Para coibir essas atividades ilegais, foram adotadas medidas de restrição produtiva, o que realinhou o Brasil dentro de seu papel de colônia (SILVA, 2008: p. 496).

Agora, voltando a análise aos aspectos quantitativos do comércio exterior entre Portugal, colônias e outros países, podemos perceber que há uma mudança crônica na balança comercial. Os portugueses, nesse sentido, deixaram de ser superavitários crônicos com suas colônias a partir de 1773 para se tornarem deficitários e a principal explicação disso é que o Brasil já havia adquirido relevante complexidade econômica e que estava pavimentando seu caminho em direção à independência. De outro ponto de vista, com relação ao “resto do mundo”, Portugal começa a apresentar superávits sistemáticos em parte explicadas pela redefinição do papel da Inglaterra em seu comércio exterior (SILVA, 2008: p. 503).

Dessa maneira, os portugueses vivem uma chamada “Era de Ouro” do seu comércio exterior no período que se estende de 1796 a 1807, isso devido aos frutos do processo que começa em 1773, que fez com que nesse período fossem experimentados constantes superávits comerciais (SILVA, 2008: p. 504).

Parte desse sucesso se explica, como já foi mencionado, em decorrência da postura do governo português diante de seu principal parceiro comercial, a Inglaterra. Um de seus objetivos principais de política econômica tanto na época pombalina quanto após foi a de diminuir a dependência comercial da Inglaterra, o que não surtiu tanto efeito dado que as participações dos britânicos no comércio exterior português se mantiveram. Todavia, houve maior diversificação com seus outros parceiros, fazendo com que Portugal realizasse trocas relevantes com cerca de quinze outros países (SILVA, 2008: p. 504-505).

Em relação à parte interna do Império, o que se observa é a preponderância econômica incontestável do Brasil em relação às outras colônias. No seguinte trecho isso fica evidente:

“These trade figures also enable us to assess the exact place Brazil occupied in the total volume of Portugal's trade: Brazil alone accounted for over 83 per cent of the total value of goods imported by Portugal from her colonies, and for 78.5 per cent of Portugal's exports to her colonies.<sup>18</sup> Even more striking are the respective percentages from each part of the Portuguese empire within the total value of Portuguese exports to foreign countries (100 per cent): products from the metropolis, 27.43 per cent; products from Brazil, 60.76 per cent; products from other colonies, 2.95 per cent; re-exports, 8.86 per cent (SILVA, 2008: p. 506).”

## 1.2 Governança espanhola colonial na América Latina

Na América Espanhola, a extração de metais preciosos obedecia a um ritmo de rápido esgotamento no território explorado, o que levava à expansão geográfica da produção durante o período de maior dinamismo dessa atividade entre os séculos XVI e XVII. Os espanhóis se beneficiavam de fundições indígenas preexistentes, onde a produção se tornava mais aguda e logo se acabava (FURTADO, 1970: p. 33).

Assim como na América Portuguesa, a mineração no território espanhol é responsável por criar polos de crescimento colonial engendrando o desenvolvimento de economias satélite que supriam a demanda de produtos necessários a reprodução material da ocupação. Essas economias satélites se estabelecem em territórios como norte do Chile e da Argentina em que tal desenvolvimento responde por uma integração do território das colônias espanholas (FURTADO, 1970: p. 35). Cabe ratificar que a extração de metais preciosos na América Espanhola ocorre em um período anterior ao da fase mineradora da América Portuguesa (primeira metade do século XVIII).

Em relação ao fluxo de renda, sob a ótica dos quatro aspectos mencionados anteriormente acerca da expansão da economia da grande lavoura, devemos considerar aqui a transferência de renda na forma da *encomienda* que repassava em espécie à coroa em torno de 20% da produção metálica. Isso implica dizer que 80% da produção permanecia em território colonial, as importações representavam pouca parcela do produzido localmente sendo o adquirido pela elite local para seu consumo próprio e a maior proporção era acumulada e transferida à metrópole na forma de riqueza privada (FURTADO, 1970: p. 35).

Na metrópole espanhola do século XVIII foi necessário o ímpeto reformista da dinastia Bourbon, já que a nação havia se reprimarizado e, dessa forma, teria se reduzido ao papel de importadora de bens manufaturados, escoando suas reservas de metais para os países

de maior desenvolvimento industrial. Consoante a isso, o poder da coroa espanhola estava bastante abalado após perder a guerra de sucessão para a França (primeiro Tratado de Utrecht), o que evidenciou a necessidade de se reestabelecer o poderio absolutista (BRADING, 2008: p. 389-390).

Contudo, a consolidação do período de reformas ainda demora a acontecer ao longo desse século, tendo havido conflitos com Inglaterra (*Guerra del Asiento*, 1739-1748) e com a América Portuguesa em 1750 que fixaram fronteiras entre Brasil e Vicerreino do Peru. Então, o período de prosperidade e desenvolvimento que marcou o governo de Carlos III somente começaria na segunda metade do século XVIII e significaria o último e breve momento da retomada do poderio imperial espanhol (BRADING, 2008: p. 392).

Do outro lado do Atlântico, na América Espanhola do século XVIII, objetivo de nosso estudo, os *situados* - transferências intra-coloniais de remessas tributárias - eram fornecidos em maior parte pelos principais Vice-Reinos do Império, Nova Espanha e Peru, mesmo que não fornecessem a sua totalidade. Os principais gastos eram de manutenção do império, no caso, fortificações e tropas, leia-se, dispêndios militarizados. Nova Espanha e Peru eram os principais fornecedores de situados, o que não exclui outras origens minoritárias de fluxos. Nesse caso, por exemplo, a cidade de Potosí era responsável pelo envio de remessas para manutenção de Buenos Aires e, através dela, para Montevideu, Malvinas e Patagônia (MARICHAL, 2008: p. 34-35).

A logística dos situados acontecia de maneira não usual, mercadores atuavam como intermediários e gestores da transferência intra-colonial através de movimentação de fluxos de produtos e não de dinheiro. Essas mercadorias, quando chegavam no porto de destino eram então comercializadas ou trocadas por fundos. Podemos derivar disso que os mercadores atuavam como distribuidores de valores monetários tanto para Estado quanto agentes privados e obtinham retorno sobre esse tipo de serviço, o que os coloca como agentes de um mercado financeiro marítimo. Os regidores (oficiais das municipalidades - cabildos) atuavam não somente como coletores de impostos, mas também como realizadores de transações em nome do governo em diversos setores econômicos. Havia, nesse sentido, uma sobreposição de funções tanto dos agentes privados como públicos, e geralmente com pouca intervenção metropolitana (GRAFE et al, 2012: p. 620; 623).

Como economias baseadas na troca intra-colonial de receitas e baseada na taxaço de consumo e de comércio exterior, havia uma redistribuiço dos situados em direço às

localidades e/ou setores com maiores taxas de crescimento, o que expandia a base fiscal ao passo que as economias regionais e determinadas atividades iam se desenvolvendo (p. 623).

Dessa forma, no início dessa incursão, é importante ressaltar que a chamada Nova Espanha, posteriormente conhecida como México, foi o principal eixo dinâmico da reprodução colonial do Império Espanhol. Então, nos parágrafos que se seguem, será discutida a dinâmica vinculada ao México, responsável pelo sensível aumento da circulação de prata dentro do Império, que pode ser considerado uma ‘submetrópole’.

Nessa direção, o fluxo principal de envio de prata originada de tributação se originava na Nova Espanha, em diversos portos de origem de acordo com sua arrecadação/produção (Veracruz, Campeche e Puerto Caballos) e passavam por Havana (Cuba) ou iriam direto para Espanha. Existiam outros destinos de remessas (subsídios) nas colônias espanholas do norte (Flórida Ocidental, San Augusten de La Florida, Nova Orleans, etc) assim como nas do sul (Cartagena, Caracas (La Guaira), Trinidad) (MARICHAL, 2008: p. 40).

No que diz respeito aos gastos líquidos per capita por cidades coloniais relevantes do Império, havia um grupo de sete cidades que se destacavam no período entre 1796 e 1800. Essas cidades eram: Potosí (12,86 pesos), Buenos Aires (32,15), Santiago do Chile (14,71), Lima (10,07), Trujillo (11,22), Mexico (21,60) e Veracruz (29,51). As outras cidades sequer pontuavam 5 pesos no mesmo período. Parece lógico entender que os maiores realizadores de gastos são os que mais arrecadavam, além de serem as regiões que mais se beneficiavam da economia dos situados, no caso, portos de comércio marítimo (GRAFE et al, 2012: p. 620-622).

O financiamento era realizado pelos tesouros locais que constantemente se utilizavam de gestão de dívida para realizar suas empresas, seja do lado de investimentos, seja para gastos militares. Os principais agentes financiadores eram os próprios mercadores, além da Igreja Católica, mas que após a expulsão dos Jesuítas em 1767, deixa de ser um ofertante de serviços financeiros ao Estado. Inclusive, o consulado de Lima foi responsável por financiar a guerra contra os portugueses no Rio da Prata nos anos 1780 (GRAFE et al, 2012: p. 627).

Tamanha era a relevância do México dentro do circuito intra-imperial que em 1770 a submetrópole fornecia três vezes o volume de tributos das treze colônias ao Reino Unido . Em 1790, em tempos de paz, a Espanha (metrópole + colônias) produzia aproximadamente 70% do volume de arrecadação impostos de França e Inglaterra (MARICHAL, 2008: p. 50).

Para além disso, no fim do século XVIII, período de crise do sistema colonial, a Espanha Bourbon do reinado de Carlos III promove uma reforma tributária ampla, conhecida como ‘modernização conservadora’. Marichal, nessa direção, afirma que a longevidade do Império decorre da implementação de uma nova estrutura de tributação que consegue conter os descontentamentos de elites coloniais. Essa reformulação consistiu no estabelecimento de novos monopólios fiscais, aumento de impostos, eliminação da maior parte de coleta privada de tributos (“tax farming”) e implementação de contabilidade tributária capaz de suprir as dificuldades relacionadas à vastidão do império. Tal reforma é comparável àquelas realizadas pelos países da Europa Continental no século XVII (MARICHAL, 2008: p. 49-50).

O fio condutor da recuperação da economia espanhola foi a expansão do comércio internacional por meio de novas rotas de comércio. Houve um período de busca pela diminuição da dependência de manufaturados do norte europeu (BRADING, 2008: 393-394). Importante aspecto das reformas também foram os já mencionados novos monopólios fiscais que centralizaram a administração tributária e controle da produção e venda das commodities mais relevantes do império. À princípio, as empresas estatais responsáveis e as reformas como um todo foram focadas na Nova Espanha e foram aos poucos sendo implementadas nos outros territórios a partir da década de 1770. (MARICHAL, 2008: p. 56-57).

Além dessas inovações, um ponto central da análise é a estruturação da burocracia estatal criada para servir o Império que passam por um processo gradual de perda de privilégios na metrópole a partir de 1749, sendo remunerados salários fixos ao invés de participações em taxas e impostos e desempenhando atividades essenciais à sobrevivência do Estado, como a coleta de tributos e as atividades militares. Os efeitos dessa nova implementação refletiram concretamente na arrecadação do governo que cresce a partir da metade do século e chega a dobrar no período compreendido entre 1785 e 1790 (BRADING, 2008: p. 395).

Não pode ser ignorado o fato de que no momento das reformas borbônicas do fim do século XVIII há um contexto internacional de guerra generalizada entre as metrópoles coloniais, o que incluía França, Inglaterra e Espanha. Dessa maneira, a reestruturação fiscal do Império Espanhol não é somente fruto da vontade dos governantes, pelo contrário, foi um esforço agregado de manutenção dos seus domínios ao mesmo tempo que foi necessário elevar a carga tributária para suprir os esforços de guerra. Contudo, se mantém a estrutura heterogênea da taxaço na extensão das colônias espanholas de acordo com a realidade

específica de cada vice-reino (GRAFE et al, 2012: p. 614). O objetivo principal é, então, a criação de um estado absolutista burocrático que se proponha a “engrandecer seu território” (BRADING, 2008: p. 395).

No geral, a carga tributária em pesos das colônias era maior em média do que na metrópole, com exceção dos casos de Chile e Peru, o primeiro pois na década de 1790 são descobertas minas de prata e o segundo pois foram gerados movimentos de resistências muito violentos nas duas últimas décadas do século XVIII. Outras regiões como Nova Espanha (9,15), Rio da Prata (4,29) e Bolívia (4,33) forneciam uma receita tributária líquida (em pesos per capita) maior que a metrópole espanhola (3,17), mas nenhum superava o Reino Unido (14,27) no período de 1796-1800 (GRAFE et al, 2012: p. 614-615).

Houve, então, diversas manifestações em variados graus de elites locais da América Espanhola contra os aumentos de impostos. Dentre elas, revoltas em Nova Granada e Peru na década de 1780 deslocaram as atenções dos administradores coloniais. Nos estágios iniciais, foram manifestações focadas em cidades como Arequipa, Cochabamba, La Paz e Huaraz, mas que acabaram por ser um prelúdio de convulsões sociais de maior relevância e lideradas pela nobreza nativa na figura de Tupac Amaru e Tupac Catari (MARICHAL, 2008: p. 58).

O rigor praticado pelo colonialismo variava de acordo com a importância do território, todavia foram percebidos novos aumentos de impostos e monopólios fiscais mesmo nas margens do Império, como no Rio da Prata, sobretudo no governo de Carlos III (MARICHAL, 2008: p. 52).

Além da variação de acordo com a relevância do território, a estrutura de gastos apresentava diferenças geográficas e sociais, o que fazia com que o gasto total per capita fosse muito diferente do gasto líquido total per capita em alguns locais, como na Bolívia, onde comunidades nativas eram taxadas entre 6 a 13 pesos per capita, enquanto a média era de 4,3. No caso do Rio da Prata, observa-se que eram gastas quantias muito mais relevantes do que o arrecadado, enquanto em localidades como Bolívia e Nova Espanha, geravam superávits que, por sua vez, eram redistribuídos em outras colônias (GRAFE et al, 2012: p. 616).

O que as estimativas e argumentos de Grafe e Irigoien (2012) evidenciam é a atuação do Império Espanhol não como uma metrópole predatória, tampouco incapaz de estabelecer seus domínios. O que contraria algumas interpretações acerca do colonialismo da modernidade absolutista, ao contrário da política tributária inglesa mais centralizadora e com

cargas de tributos mais altas, por exemplo. Nesse sentido, a principal dificuldade de um império como o da Espanha era a fragmentação de suas jurisdições (GRAFE et al, 2012: p. 616). Isso se evidencia ao passo que um dos movimentos feitos pela dinastia Bourbon foi a de centralizar via monopólios estatais a gestão de tributos, o que em si foi responsável por aprimorar a arrecadação, como já resgatados nos parágrafos anteriores.

Por outro lado, a conduta imperial era de utilizar a taxaçoão como forma de cooptação e associaçoão de grupos relevantes no intuito de assegurar sua ocupaçoão e mitigar riscos de levantes e revoltas. Então, a orientaçoão clara era de que em certos casos era mais vantajoso abdicar de uma maior base fiscal para que os domínios estivessem assegurados (GRAFE et al, 2012: p. 617-618). Isso se torna, de maneira contraditória, evidente quando nos deparamos com a época das invasões napoleônicas na Europa Continental, há um processo de elevaçoão de tributos de forma generalizada no Império, mas em casos como de Nova Granada e Peru foram feitas grandes manifestaçoões locais contra a taxaçoão, resultando em maiores isençoões nesses territórios, não obstante a corte tenha tentado resistir até às últimas consequências.

Em relaçoão à dinâmica dos situados e as receitas das municipalidades, ao longo de todo o século XVIII foi possível identificar um padrão em que pequenas *cajas* enviavam a maior parte de suas receitas para as cidades de maior relevância. Nessa direçoão, uma mudança notável é o aumento do número de distritos fiscais no território, que crescem de 35 para 72, fato responsável por evidenciar a descentralizaçoão oriunda das reformas Bourbon (GRAFE et al, 2012: p. 619-620). As principais cidades que tanto recebiam a maior parte dos *situados* como realizavam gastos eram os principais portos e centros econômicos do Império ao fim do século, como Potosí, Cidade do México e Buenos Aires (GRAFE et al, 2012: p. 621).

De outra perspectiva, os responsáveis pela distribuiçoão do dinheiro pelo território do Império eram os mercadores, fato que não é novidade nos estados europeus desse século, o ponto de diferenciaçoão é que essa classe trocava a moeda por produtos para comercializá-los e, enfim, realizar os pagamentos nos portos de destino (GRAFE et al, 2012: p. 620).

Esse sistema criou um mecanismo de financiamento do comércio que aliviava as restriçoões de liquidez e permitia uma expansáo da demanda sobretudo nos principais portos já mencionados aqui, à exemplo de Buenos Aires. Dessa maneira, os *situados* possibilitavam o desenvolvimento de determinadas regiões do império. A segunda consequência disso seria a própria expansáo da base fiscal do império e, então, atuar também como financiador do

desenvolvimento do império se redirecionando para suas regiões mais dinâmicas (GRAFE et al, 2012: p. 622-623).

Dessa maneira, o perfil da parte preponderante do capital passível de ser investido no Império Espanhol eram realizados por poucos agentes, sobretudo as instituições eclesiásticas, inquisição e os *consulados* (guildas mercantis). Estes possuíam importante papel no financiamento do estatal que muito oscilava em termos anuais, fazendo com que houvesse uma necessidade de emissão de dívida para arcar com compromissos de curto prazo (GRAFE et al, 2012: p. 625-626). Os custos auferidos ao Estado seriam, então, não somente pagar os juros dessas operações como também ter o privilégio de coletar tributos como *alcabala* e *averías* - este é o imposto sobre comércio marítimo e aquele seria o imposto sobre o consumo interno (GRAFE et al, 2012: p. 627).

Tal mecanismo se caracteriza pois há influência de gastos militares, dentre outros, que não eram administrados de forma anual e a necessidade de recorrer aos mercadores se tornam ainda maiores já que os Jesuítas são expulsos do Império em 1767 (GRAFE et al, 2012: p. 625-626). Além desse caso, resgatamos outros exemplos como o caso do *consulado* de Lima que financia a guerra contra o Império Português no Rio da Prata, recebendo em troca percentuais da *avería*. Por último, há também o caso de 1794 em que mercadores de Buenos Aires financiam a guerra contra a França em troca de tornarem-se um *consulado* e obterem a remuneração sobre o ouro, prata e couros exportados (GRAFE et al, 2012: p. 627).

As operações de financiamento com base em remunerações de juros ou colaterais tributários às guildas comerciais não eram, contudo, a única forma de financiamento do Império, muito de suas necessidades eram supridas por meio de cooptação e troca de favores ou influência (GRAFE et al, 2012: p. 627). Nesse sentido, diversas operações de financiamento eram realizadas sem a obrigação de pagamento de juros por parte do Estado aos financiadores, mas eram realizadas outras contrapartidas, como informações privilegiadas, isenções de impostos, arbitragem privilégios junto à coroa, além do fornecimento de cargos e outras formas de não monetárias de pagamento da obrigação (GRAFE et al, 2012: p. 628-629). Entretanto, com a introdução do livre comércio em 1778 que precede a queda de lucros nos circuitos comerciais do império, há uma migração para investimentos com rendimentos monetários fornecidos ao governo em detrimento de inversões no que veio a se tornar o arriscado comércio internacional (GRAFE et al, 2012: p. 630).

Nos próximos parágrafos iremos dedicar a análise às reformas implementadas durante a Dinastia Bourbon, sobretudo no fim do século XVIII, que significaram uma tentativa mais contundente de alterar as estruturas de sua governança colonial.

A primeira e talvez mais destacada inovação foi a introdução de intendentess, que passariam a exercer de forma direta a autoridade Bourbon nas colônias latino-americanas, iniciando mais marcadamente nos anos 1780 em que houve uma oito nomeações no Vicerreino do Rio da Prata e no Vicerreino do Peru, além de indicações na Nova Espanha (doze intendentess), Cuba, Chile, Caracas e outros pedaços do território espanhol nesse período (BRADING, 2008: p. 405-406). Além dos intendentess, foi criado o cargo de subdelegados, também profissionais de carreira que substituíram os *alcaldes mayores* e *corregidores*. Ambos os cargos tinham seus maiores impactos nas províncias e como não mantinham as relações comerciais que os cargos comprados/herdados, foi diminuída a dependência dos setores mercantis da colônia ao mesmo tempo que os laços com a metrópole e, portanto, com a coroa se preservavam (BRADING, 2008: p. 406).

Nesse sentido, o desenho buscado pela administração era um sistema dividido em essencialmente duas esferas: os regentes com o poder judiciário e os superintendentes (cuidando de tesouraria) mais intendentess na esfera executiva. O papel desempenhado pelos superintendentes seria de diminuir a influência dos vice-reis, dado que cuidavam diretamente da verba disponível do governo (BRADING, 2008: p. 407).

Outra grande inovação foi a criação do novo monopólio do tabaco na Nova Espanha em 1768, empresa em que todos os produtores de tabaco do vice-reino eram obrigados a vender suas safras produzidas. Esse sendo um dos exemplos, depreende-se que esse vice-reino foi quem tornou evidente os benefícios do período de reformas, como no caso do orçamento que salta de seis para 19,5 milhões de pesos no período de 1765 a 1782 (BRADING, 2008: 407-408).

Até então, podemos perceber que as novas mudanças geram impactos positivos e necessários à manutenção do império. Isso pois não há qualquer benevolência na intenção Bourbon para a geração de riquezas, o que ocorre de fato é uma disputa territorial e econômica nas fronteiras de seu território, criando a necessidade de modernização, dado que havia uma disputa ao sul com o Império Português pela Colônia do Sacramento e no norte da América com França e Inglaterra. Importante também destacar que é um caso quase exclusivo

em que há uma repactuação da aliança interna entre elite colonial e metrópole para o período (BRADING, 2008: p. 408-409).

No continente europeu, também houve mudanças na estrutura de gestão do governo, mesmo que mais tímidas, para acomodar o cenário bélico do fim do século XIX. Isso equivale a dizer que os gestores governamentais estavam diante de um cenário em que captar receitas ou, ao menos, moeda (divisas ou ouro) por meio de passivos se tornou objetivo central de política econômica com o intuito de fazer frente aos conflitos com Inglaterra e França. O mais grave problema era, dessa maneira, a dificuldade que a metrópole teve de realizar esses acréscimos via aumento de impostos internos (BARBIER et al., 1981: p. 320-321).

O padrão da renda do tesouro de Madri era estruturalmente associado ao comércio internacional e as taxações provenientes do setor. Nesse sentido, os impostos sobre monopólios, alfândega, cessões de direitos econômicos e tributos coloniais não apresentam sensível variação entre 1784 e 1807, o que ressalta o fato de que a economia metropolitana é assentada no capital comercial. Então, quando começam os conflitos continentais na Europa, se tornou complicado esgarçar esse tecido tributário, fazendo com que o Império Espanhol recorresse a outras formas de renda ou receita na figura de empréstimos e emissão de dívida pública (BARBIER et al., 1981: 322-323).

Existiram dois momentos desse ciclo de endividamento em razão das guerras em que Espanha esteve envolvida. O primeiro, que se inicia em 1793 e ocorre tanto com endividamento interno quanto externo e seria o responsável por saturar os passivos governamentais a ponto de se tornarem escassas outras fontes de crédito pelo fato de que os colaterais exigidos passaram a ser muito rigorosos. No segundo momento, quando da segunda guerra inglesa em 1804, fica marcado o colapso do endividamento espanhol sendo puxado por títulos de dívida interna que tiveram forte alta nos seus juros por causa também da queda do comércio ultramarino (BARBIER et al., 1981: 324-325).

Importante enfatizar o protagonismo das colônias para suprir de receitas os gastos de guerra, pois de fato esse tecido foi esticado até onde seria possível em termos econômicos para a sustentabilidade do sistema colonial. Mas, para além desse aspecto, tão logo ocorre o colapso comercial devido aos sucessivos bloqueios britânicos, há uma disparada nos juros de títulos de dívida interna emitidas pelo tesouro real de Madri (BARBIER et al., 1981: 326).

Uma aparente contradição em relação à importância da economia colonial é que a principal fonte de renda do Império são os tesouros regionais de diversas cidades da metrópole, que compõem 26%, em média, das receitas de governo em tempos de paz. Contudo, temos que resgatar que a principal cidade contribuinte é Cádiz, com 61% de participação, o principal porto colonial onde todo comércio colonial espanhol passava. No restante das receitas de governo estão outras categorias aqui já mencionadas, como Monopólios, Cessões, taxaço de consumo, impostos alfandegários e tributação direta das colônias que em maior ou menor grau estão todas relacionadas ao comércio marítimo (BARBIER et al., 1981: 327-328).

Voltando mais explicitamente às reformas internas, a crise chegou a níveis mais alarmantes e gerou certas respostas mais drásticas do que o padrão, como é o caso da investida contra o patrimônio católico e de propriedades municipais pois foi vista como uma das únicas maneiras de incrementar a receita e, por consequência, diminuir os juros e retomar sustentabilidade da dívida interna. Além disso, foi realizada reformas de reestruturação da captação de receitas a partir de 1799 também como fruto da crise, que leva a um maior rigor burocrático (BARBIER et al., 1981: 333).

Já em relação à expansão comercial e os fatos que alteram suas dinâmicas, seguiremos na referência de Brading (2008), com o intuito de resgatar os principais eventos e seus impactos nas trocas do Império Espanhol e de suas colônias. Dessa maneira, logo no início do século XVIII, haverá a entrada de navios franceses que foram, em 1704, autorizados a comercializar com Chile e Peru. Como forma de diminuir o impacto dessa medida, as autoridades estabeleceram que tais navios deveriam sair de Cádiz e os únicos pontos legais de entrada seriam Portobelo (Panamá) e Veracruz (México) (BRADING, 2008: p. 410-411).

De qualquer forma, não obstante as mercadorias francesas tivessem sua entrada constringida legalmente, o mesmo não seria possível para produtos ingleses que, desde o Tratado de Utrecht (1713), tinham a permissão de entrada no Império e Colônias sem a obrigação de ser taxado em Cádiz. Daí resulta que os produtos ingleses chegavam aos portos com valores mais interessantes e, com isso, tendo uma alta facilidade de penetração (BRADING, 2008: p. 411).

Outro ponto focal foi durante a Guerra do Asiento (ou Guerra da Orelha de Jenkins) entre os anos de 1739 e 1748 que destruiu Portobelo e impactou bastante a dinâmica do comércio colonial na América do Sul e isso resulta numa queda de preços dos produtos

comercializados. O agravante dessa situação é que, na mesma época, há a abertura da rota do Cabo Horn que permitiu com que mais navios pudessem chegar aos portos argentinos, o que resulta numa intensificação do comércio entre Espanha e o Rio da Prata mais Chile (BRADING, 2008: p. 411-412).

Sobre a região central da América, na Guerra dos Sete anos (1756-1763), Espanha perde territórios de Manila e Havana. Em seguida, no ano de 1765, ilhas caribenhas foram permitidas de comercializar com diversos portos europeus. Finalmente, em 1778, há a instituição do *Comercio Libre* e os portos principais do Império passaram a comercializar com embarcações individuais e, com isso, foram diminuídas as restrições de comércio, mesmo que houvesse preferência para manufaturas espanholas. Nessa direção, o que se observa é, até o Bloqueio Continental à Inglaterra em 1796, um crescimento extraordinário do comércio colonial e que, por sua vez, resultou numa crise de queda de preços sem precedentes, levando a uma escassez de divisas metálicas que foram utilizadas para financiar as crescentes importações europeias; é nesse cenário, por exemplo, que Buenos Aires presenciou um rápido crescimento econômico (BRADING, 2008: p. 413-414).

Com o *Comercio Libre* e todas as diminuições de restrições de comércio ao longo do século XVIII, há uma inserção mais incisiva de partes antes negligenciadas, como Venezuela, Chile, Rio da Prata e algumas ilhas do Caribe que passaram estabelecer maiores relações comerciais com sua própria metrópole. Dessa forma, as colônias da América do Sul, aí entram Lima, Buenos Aires, e os portos de Colômbia e Chile, tinham o papel predominante de exportadoras de prata e ouro (proveniente de minas como a de Potosí, por exemplo), sendo complementadas minoritariamente por outros tipos de produtos de exportação como couros e carnes secas. Esse mecanismo se devia ao fato de que a própria exportação desses metais será responsável pelo financiamento do comércio internacional nesses centros (BRADING, 2008: p. 417)

Então, o que se pode compreender desse movimento é que a Espanha reexportava os produtos comprados das colônias americanas após serem manufaturados por processos simples. O ouro e a prata importados era depois de trazidos ao solo metropolitano era utilizado como financiador do próprio comércio espanhol, não obstante exista uma dificuldade de precisar essa relevância em razão da insuficiência de dados estatísticos do período (BRADING, 2008: p. 418).

Sobre o desenvolvimento das economias exportadoras do Império Espanhol no século XVIII, a expansão se direciona às fronteiras dos domínios, isto é, desloca-se da América Central e da região Andina para localidades como os pampas argentinos, o Chile central, plantations cubanas e arredores de Caracas. Para suprir a necessidade de mão de obra advinda desse crescimento, eram recrutados assalariados livres ou, de forma alternativa, escravizados vindo da África. Até como sinal de consolidação imperial, quem passa a suprir as necessidades de mão de obra são os mercadores e não mais a coroa (BRADING, 2008: p. 419).

Esse processo ocorre posteriormente ao *comercio libre*, mesmo momento em que ocorre a abertura das já mencionadas novas rotas de comércio. Disso resulta que há a emergência de novos grupos mercadores influentes e uma elite que se propôs a investir em empresas que demoraram a oferecer rendimentos interessantes e com altos investimentos pautados em alta tecnologia, o que se desdobra nos setores de comércio para exportação, agricultura e mineração (BRADING, 2008: p. 420).

O papel do Império com diversas políticas de estímulo para a promoção desse período de sensível evolução das estruturas produtivas das colônias tem um bom exemplo na transformação da indústria de mineração de prata no México, apresentando as maiores taxas de crescimento na década de 1770 e tendo uma participação de 67% nas exportações do metal no império (BRADING, 2008: p. 421).

Nesse momento, o objetivo não é discutir o processo de expansão dessa indústria, mas sim evidenciar que certas medidas adotadas pelo Estado refletem tanto a intenção quanto o funcionamento do Império Espanhol, já que para estimulá-la, foram administrados preços do mercúrio (utilizado na purificação da prata), reduzindo-o pela metade, uma série de incentivos fiscais era realizada como isenções e reduções nos investimentos que demandam altos volumes de capital e, em caráter mais incisivo, foi estabelecido um novo código de mineração e a corte foi feita responsável por um banco financiador para realização de novos investimentos. Dessa forma, todo circuito produtivo estava não só produtivamente conectado, mas também era financeiramente encadeado e, então, a tendência foi de maior centralização e monopolização da produção colonial (BRADING, 2008: p. 421-422).

Resgatando exemplos mais convenientes à nossa análise, as elites de Santiago e Buenos Aires foram responsáveis por investir na expansão da mineração do norte e dos estancieros dos Pampas, respectivamente, e por meio de uma mão de obra em sua maioria

assalariada. Para ilustrar esse crescimento, a exportação de couros argentinos cresce de 150 mil para quase um milhão de pesos e o ouro, prata e cobre do Chile saem de 425 mil pesos para também quase um milhão, ambos para o período compreendido entre os anos 1770 e 1790. A razão disso é, sobretudo, a abertura de novas vias de comércio, como a do Cabo Horn no extremo sul argentino e do Rio da Prata, além do crescimento demográfico (BRADING, 2008: p. 423-424).

Outros três casos também são interessantes para sustentar essa análise e que apresentam um ponto em comum, o uso predominante de mão de obra escravizada vinda da África. São esses os exemplos da Colômbia na produção aurífera, a produção de cacau na Venezuela e a indústria açucareira em Cuba, que ilustram a atuação estatal e o sensível crescimento na parte final do século XVIII.

O caso do ouro colombiano foi localizado nas produções de Popayán e Antioquia e operados por pequenos mineradores financiados por mercadores e, novamente, se utilizando de mão de obra escravizada. Houve um crescimento de 302 mil pesos no início do século para mais de 1 milhão nos anos 1790. Já o caso venezuelano, era capitaneado pela aristocracia agrícola de Caracas que viu sua produção crescer mais de cinco vezes ao longo do século XVIII; a população de escravizados africanos na virada pros 1800 era de 15% da população (BRADING, 2008: p. 424).

Caso que enfatiza novamente a influência do Império é o de Cuba que viu sua produção de açúcar renascer das cinzas e com mais pujança do que antes. Para tanto, houve um aumento na importação de pessoas da África para mão de obra escravizada, cessão de largas faixas de terra para produção e a permissão de importação de farinha dos Estados Unidos. O período chave para compreender sua expansão é a partir da Revolução de São Domingos (ou Independência do Haiti) que, por ter sido uma guerra muito violenta, acarretou na destruição de seus canaviais e diminuindo a concorrência com o açúcar cubano; a população escravizada de Cuba era de 86 mil em 1792 e passa a ser 286 mil em 1827. As exportações passaram de 5 milhões de pesos em 1790 para mais de 11 milhões na virada da década, se equiparando às exportações de Nova Espanha (BRADING, 2008: p. 425).

Todavia, Brading ressalta que mesmo com esse alto volume de investimentos e importação de escravos, ainda havia uma base industrial e tecnológica muito tradicional apesar de aquisições de equipamentos à vapor. Além disso, devido à suas peculiaridades, o desenvolvimento produtivo das colônias espanholas demanda a multiplicação de unidades

produtivas, limitando fisicamente a produção e à título de comparação a produção de São Domingos em 1789 somente foi capaz de quase igualar todo o produzido pelo Império Espanhol no continente americano (BRADING, 2008: p. 425-426).

Não é novidade que no século XVIII já havia circulação interna de mercadorias com razoável estrutura dentro das colônias espanholas. Como já vimos, o crescimento se desloca para as áreas fronteiriças de cada vice-reino e para suprir a necessidade de braços, se empregam nativos, criollos e escravizados africanos. Essas duas primeiras tiveram um aumento expressivo durante o século, mais notadamente em antigas regiões periféricas como Venezuela, Nova Granada, Chile e norte do México e sua grande maioria se emprega na agricultura dessas respectivas localidades (BRADING, 2008: p. 427).

Então, observa-se que há um grande volume de assalariados nessas regiões que, em si, já demandam produtos, o que leva à necessidade de mercados estruturados e a isso se associa o fato de que a expansão das atividades de exportação também gera um acréscimo populacional nos centros urbanos. Ambos os fatos contribuem para o desenvolvimento de um mercado colonial de abastecimento interno (commodities de baixo custo, como alimentos e tecidos) que estaria mais suscetível às flutuações internas no que diz respeito aos custos de transporte principalmente; as oscilações externas estavam mais relacionadas à mudanças estruturais de longo prazo (BRADING, 2008: p. 428).

Em relação ao tipo de propriedade estabelecido, não há um padrão dominante em todo o mundo colonial, mas sim o que parece ser um modelo determinado de acordo com cada domínio/vice-reino. No exemplo da Nova Espanha há um equilíbrio de prestação de serviços devido ao endividamento, assim como arrendamento de terras com o pagamento de aluguéis e oferta de mão de obra sazonal. Já no Chile o modelo empregado é mais similar a esse último, os inquilinos pagavam o aluguel e tinham a obrigação de ofertar seu trabalho ao proprietário. Mesmo assim, é necessário ressaltar que mesmo com a apropriação da maioria das terras disponíveis em formato de grandes propriedades, há a permanência de importantes núcleos mini fundiários em localidades como ao norte de Santiago no Chile em Putaendo e Bajío no México (BRADING, 2008: p. 428-429).

Todo esse circuito integrado fica evidente no seguinte trecho de Brading (2008):

“In short, the prostration of Spain, when combined with the steady growth in colonial population, allowed the emergence of a distinctively American economy based on long-distance, inter-regional exchange of foodstuffs, bullion and manufactures, with Mexico City and Lima acting as the dominant centres within this trading network. It was at this period that the pattern was set for the

eighteenth century. In South America, cloth came from Quito, brandy and sugar from the coastal valleys of central Peru, wheat and tallow from Chile, coca and sugar from the semi-tropical valleys close to Cuzco, mules from the Argentine pampas, mercury from Huancavelica, with bullion from Potosi providing the mainspring for this vast internal market. Much the same exchange prevailed in New Spain, with tierra adentro, the northern interior, supplying bullion, meat, hides and wool in return for cloth and tropical produce (BRADING, 2008: p. 430).”

Dessa forma, devemos destacar mais uma dinâmica interessante ao processo de acumulação, que se caracteriza pela transferência de capital de um setor para o outro através do investimento de lucros obtidos no comércio exterior em atividades voltadas ao consumo e economia internos. Assim, desenvolvia-se um mercado interno, já que havia uma relevante parcela populacional empregada em regimes de trabalho assalariado (em maior ou menor grau) que assegurava um mínimo de sustentabilidade por meio de dinâmicas de circulação internas (BRADING, 2008: p. 433).

Isso foi evidente no período Bourbon sobretudo por causa do aumento da produção de prata que possibilitou a recuperação do exército real e ao mesmo tempo viabilizou investimentos em setores internos dado que aumentou o nível de emprego e, com isso, há a expansão dos mercados internos. Com essa sucessão de fatos, torna-se possível de contrapor o argumento de que a instituição do *comércio libre* inundou os mercados coloniais de importações europeias (o que é verdade), mas não há inviabilização de desenvolvimento interno, já que o aumento de importações leva à necessidade de aumentar a produção de metais preciosos que, por seu turno, foram elemento central de todo o processo descrito nesse parágrafo (BRADING, 2008: p. 433).

Além do *comércio libre*, outros fatores irão contribuir para a crise do Império Espanhol no século XVIII que culmina na independência de suas colônias americanas. Talvez o mais drástico tenha sido o rigoroso bloqueio naval imposto pelos britânicos em parte como consequência das guerras revolucionárias na França a partir de 1793, tendo as restrições se estendido de 1795 a 1808 quando da invasão francesa. Para a preservação das colônias ficou evidente a dificuldade do Império Espanhol de manutenção de seus domínios e autoridade, dessa forma se deflagra uma crise drástica no comércio e produções coloniais (BRADING, 2008: p. 434-435).

Por um breve momento, entre 1802-1804 com a paz de Amiens, esse bloqueio foi relaxado o que resultou na entrada de navios neutros nas colônias espanholas e evitou o colapso de sua reprodução. Contudo, isso não ocorre em benefício da autoridade metropolitana, pelo contrário, as embarcações eram neutras e o contrabando passou a ser regra

no circuito, o que resultou na inundação dos mercados coloniais espanhóis de produtos ingleses (BRADING, 2008: p. 435).

Além disso, era evidente que tais eventos trariam diversos outros problemas políticos à manutenção do império. O principal deles foi o questionamento em relação à taxa via porto de Cádiz dos produtos que iam aos portos coloniais já que agora o principal fornecedor era a Inglaterra, o que gerou contestações na Venezuela e Buenos Aires (BRADING, 2008: p. 436). Cabe ressaltar também que as próprias reformas Bourbon foram geradoras de levantes e revoltas nas colônias como já mencionamos e, dentre os exemplos, temos o caso de Cusco até La Paz que necessitou de fortes mobilizações que vieram de Buenos Aires e Lima para sufocar a rebelião. Tais eventos, não são relevantes somente pela alta adesão popular, mas pelo intenso envolvimento das elites coloniais (BRADING, 2008: p. 436).

Outro aspecto envolvido na crise do império foi o crescente tensionamento e consequente diminuição da influência da Igreja Católica. A partir de 1804, em razão da crise comercial, foi instituído que as propriedades da Igreja deveriam ser vendidas e seus certificados de venda depositados no tesouro real, que depois pagaria juros sobre esses papéis aos proprietários. Esses movimentos representaram não somente uma queda da autoridade eclesiástica, mas também do próprio império que já não apresentavam mais as mesmas conformações de poder, uma vez que foram diluídas ao longo da Dinastia Bourbon (BRADING, 2008: p. 437).

Último ponto de atenção que influencia a independência das colônias e o enfraquecimento da autoridade espanhola foram oriundos dos conflitos e tentativas de invasão por parte, sobretudo, dos britânicos. Com as vastas tentativas de conquista pelos ingleses, as administrações coloniais espanholas se viram obrigadas a mobilizar tropas e formar exércitos ao fim do século XVIII, o que contribuiu ainda mais para viabilizar a independência política das colônias. Exemplos disso encontram-se na mobilização de 15 mil homens para conter invasões na Nova Espanha em 1807 e a mobilização de milícias locais de Buenos Aires no biênio 1806-1807 (BRADING, 2008: p. 438).

## 2. A CRISE COLONIAL BRASILEIRA NO FIM DO SÉCULO XVIII

O ponto de partida para a nossa análise é a sucessão de ciclos hegemônicos nos últimos 500 anos em que há um país ou até uma pequena reunião de países que governam o sistema mundo capitalista, mesmo que isso signifique, em períodos transitórios, contribuir para instabilidade geral (FIORI, 2004: p. 12-13). Dessa maneira, pode até arbitrar em causa própria e intervir em outras economias nacionais. Fiori (2004), então, defende que o “hegemon” governa também por meio do conflito e de disputas globais, é um movimento contraditório e conflitivo até mesmo nos momentos de paz e legitimidade da hegemonia (FIORI, 2004: p. 18-19).

As guerras foram, nesse ponto de vista, formadoras dos Estados Nacionais e das estruturas internas que conformam tais países mais marcadamente nos séculos XVII e XVIII na Europa, não obstante já sejam identificáveis desde o século XII. É evidente que certas guerras serão mais relevantes que outras para o fim de integração de territórios e cabe mencionar, também, que a centralização do poder diz respeito tanto ao âmbito dos países centrais quanto de periferias (ou colônias) (FIORI, 2004: p. 22-23).

Nesse sentido, à exemplo da Inglaterra, caso clássico de *hegemon* que constrói e consolida seu Estado por meio de sucessivas guerras ao longo dos séculos XVII e XVIII, não o faz somente através dos conflitos propriamente ditos, o realiza também por meio de medidas como nacionalização de alfândegas e homogeneização tributária no reino. Dessa maneira, o Estado inglês moldou seus domínios em um ambiente competitivo e militarizado com sobretudo seus vizinhos dos Países Baixos e da França (FIORI, 2004: p. 35-36). Para nossa análise, o que se pretende evidenciar com o exemplo inglês são dois aspectos principais para buscar responder a hipótese, o primeiro é que as disputas no continente europeu irão ter reflexos não somente nas metrópoles Portugal e Espanha, mas nos respectivos impérios como um todo. O outro aspecto delimita cronologicamente nossa análise pois a Inglaterra tem seu triunfo consolidado ao fim das Guerras Napoleônicas e, assim, garante seu domínio econômico com a Revolução Industrial e militar após o fim desse conflito com a França (FIORI, 2004: p. 36).

O processo global do nosso escopo, portanto, é de uma fase expansiva do sistema-mundo durante o último quartel do século XVIII em que nascem novos estados nacionais nas colônias europeias e se integram ao circuito mundial que viria a ser dominado pela Inglaterra.

Esse foi o primeiro avanço globalizante do capitalismo, o que pode ser entendido como expansão do território econômico inglês (FIORI, 2004: p. 39-40).

Voltando à virada do século XVII para o XVIII, Após a Guerra dos Nove Anos responsável por limitar o poder francês no continente, britânicos, holandeses e austríacos se unem em 1701 para tentar intervir em outra tentativa de avanço da França na Guerra de Sucessão Espanhola. Esse movimento dos franceses, pra além do aumento de sua influência continental, beneficiaria suas importações e aliviaria dificuldades fiscais (KENNEDY, 1988: p. 104-105). Além disso, a revogação do Edito de Nantes em 1685 gerou um relevante fluxo emigratório da França para a Inglaterra que, não obstante tenha um motivo religioso como central, teve impactos econômicos ao passo que os britânicos no início do século começam a dificultar e proibir a exportação de bens de capital e saída de trabalhadores qualificados a fim de não permitir a disseminação de tecnologia industrial (KINDLEBERGER, 1996: p. 109). Nesse cenário, Portugal participou após a Batalha de Málaga em 1704 como aliada da Inglaterra, dando mais uma vantagem territorial e portuária na Europa e fornecendo ouro proveniente do Brasil (KENNEDY, 1988: p. 104-105).

A Guerra de Sucessão somente viria a ser resolvida com os Tratados de Utrecht e Rastadt em 1713 e 1714, respectivamente. Tais tratados foram relevantes pois reequilibraram a balança de poder no continente europeu, mas pendendo ao lado Inglês que adquiriu diversas vantagens para seu comércio ultramarino, tendo ganhado alguns privilégios para comercializar com colônias espanholas na América Latina. Em relação à França e Espanha, não houve possibilidade de união de seus territórios (KENNEDY, 1988: 105-106).

Em meados do século XVIII, na década de 1730, a aliança da França com os Espanhóis contribuiu para um bom desempenho diplomático e militar na Europa Ocidental, enfatizando seu papel chave em conflitos no continente. Enquanto isso, a Inglaterra no fim da década, em 1739, trava uma guerra no atlântico na tentativa de conquistar colônias espanholas e a decisão francesa foi de prestar suporte à Espanha Bourbon, o que na prática inviabilizou a possibilidade de sucesso dos britânicos dentro desse contexto específico (KENNEDY, 1988: p. 108).

Em seguida, há uma escalada de conflitos na Europa continental os quais têm fins primordialmente comerciais para os ingleses. Foram dois os conflitos mais marcantes desse momento das relações internacionais europeias, o da Guerra de Sucessão Austríaca (1740-

1748) e o da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Esse último gerou o Tratado de Paris que expulsa os franceses da América do Norte e da Índia (ARRIGHI, 1994: p. 147).

É relevante apontar que ao longo do século XVIII existem mudanças de patamares hierárquicos dos países europeus continentais e isso fica evidente nos conflitos militares. Por exemplo, isso ocorreu em 1755 quando há conflitos entre colonos franceses e ingleses na América do Norte e, nesse cenário, Espanha e Províncias Unidas optaram pela neutralidade para evitar que o conflito resvale ou até comprometa sua integridade territorial e política (KENNEDY, 1988: p. 111).

Nos acordos de 1762 e 1763, após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Inglaterra aumenta sua primazia imperial conquistando mais territórios importantes na Ásia, onde elimina a influência Francesa na Índia, na África e se torna soberana em maior parte do continente norte-americano (KENNEDY, 1988: p. 114). Mais do que os avanços ingleses no século XVIII, o que está sendo feito aqui é evidenciar que com o passar das décadas os dois epicentros de conflitos na Europa de ímpeto expansionista e imperial foram se tornando França e Inglaterra, que se alternavam como geradores de disputas coloniais em algum território.

O cenário político doméstico de ambos os países não pode ser desconsiderado, dado que também são condicionantes da política externa. Os dois, dessa maneira, enfrentavam problemas de administração fiscal e nas finanças nacionais, o que leva a um cenário de reformas e que impulsionou a busca por fontes de arrecadação de receita. No caso inglês, que tinha o agravante dos questionamentos dos colonos em relação à taxaço e Atos de Navegação, tornou sua política externa da década de 1760 mais introspectiva, o que a coloca em uma posição mais vulnerável no às hostilidades da colônia. Da parte dos franceses, por outro lado, foi mantido um posicionamento de não se voltar para dentro, investindo na marinha e promovendo alianças, como o aprofundamento das relações com os espanhóis (KENNEDY, 1988: p. 115-116).

Nesse sentido, as articulações francesas são coerentes com sua principal atividade impulsionadora de crescimento que é o comércio internacional, mesmo que tenham perdido influência nas Índias e nos EUA, localidades que antes foram importantes fontes de ganho. Dessa forma, portos como Bordeaux e Marselha apresentam taxas regulares de crescimento ao longo de todo o século XVIII apesar de mais da metade do século ser de guerras contra os ingleses (KINDLEBERGER, 1996: p. 110).

Apesar disso, as finanças francesas nunca despontaram mesmo que tenham ocorrido sucessivas tentativas de reforma ao longo do século XVIII, mas que não lograram êxito por causa da resistência de financistas e segmentos da nobreza. O sucesso da reforma financeira somente veio a ocorrer após a Revolução Francesa (KINDLEBERGER, 1996: p. 111).

Há de ser ressaltado também que ambos Inglaterra e França passam a viver contextos conturbados internamente e com graves consequências em sua política. A Inglaterra entra em uma escalada de tensionamentos com sua colônia dos Estados Unidos que deflagra em 1776 a Guerra de Independência. Pelo lado da França, há a conseqüente tentativa de se aproveitar desse conflito para penetrar na América do Norte, mas que aumenta seus custos fiscais metropolitanos e no embate para a divisão desse ônus, pavimentando o caminho para a Revolução de 1789 e a escalada de conflitos no continente europeu (ARRIGHI, 1994: p. 147).

Para os ingleses, antes de vir seu período de primazia, há uma reviravolta em relação às colônias da América do Norte. O contexto da época era de enfraquecimento da marinha durante o período de paz nas décadas de 1760 e 1770, da dificuldade de se lutar batalhas tão distantes de seu território metropolitano, além de não ter grandes parcerias que ajudassem na viabilização da vitória do império (KENNEDY, 1988: p. 116-117). Além desse processo, há uma tentativa de endurecer o exclusivo comercial com as treze colônias norte-americanas em 1763 após momentâneo distanciamento francês e o resultado disso foi a reação das “colônias de povoamento” começando uma crise geral do sistema de colônias inglês (NOVAIS, 1989: p. 122).

Não só isso, ainda havia um clima de iminência bélica na Europa com uma aliança armada entre Rússia, Dinamarca e Portugal, tensões com Províncias Unidas e, por último, os conflitos com tropas franco-espanholas (KENNEDY, 1988: p. 116-117). Ademais, em relação aos Holandeses, estes também estiveram ao lado dos Estados Unidos na Guerra de Independência, mas, assim como no caso francês, houve um grande prejuízo nesse envolvimento sobretudo por causa do retalhamento britânico que abarca a destruição do poderio naval neerlandês e anexação de alguns territórios (ARRIGHI, 1994: p. 147).

Além disso, como menciona o autor, os esforços de manutenção do entorno diplomático estratégico inglês eram altos naquela conjuntura e envolviam proteger o atlântico norte, Gibraltar, além do Oceano Índico e Mar Báltico (KENNEDY, 1988: p. 118). Então, dificilmente os ingleses saíam vitoriosos de todas essas questões, o que nos leva à Paz de Versalhes em 1783, quando os britânicos reconhecem sua derrota e, portanto, a independência

dos Estados Unidos além de outros temas. Para a França, a balança de poder passa a ter um novo equilíbrio, dessa vez mais favorável a si (KENNEDY, 1988: p. 119).

Dessa maneira, a Independência dos EUA fez cair por terra a necessidade de manutenção do exclusivo comercial para com a Grã-Bretanha, não obstante tenha sido necessário um realinhamento comercial global do sistema. A saída para essa nova dificuldade foi, então, a penetração no comércio colonial de Portugal e Espanha, antigas potências coloniais que estavam cedendo seu espaço à Inglaterra (NOVAIS, 1989: p. 121).

Nos anos seguintes, apesar da independência dos Estados Unidos, o comércio inglês não sofre forte impacto. Pelo contrário, continuou crescendo consideravelmente até o fim do século XVIII. Isso se deve à Revolução Industrial que começa a trazer à tona seus efeitos, aumentando a produtividade e produção em si, puxada pela demanda interna e pelo comércio internacional. Além disso, a década de 1780 foi um período de reformas fiscais, expansão do crédito e fortalecimento da marinha (KENNEDY, 1988: p. 120).

Já do outro lado do Canal da Mancha, a França, apesar de apresentar similares condições no comércio internacional e sucessos diplomáticos, estava com muitas dificuldades devido aos gastos prévios na Guerra Anglo-Francesa (1778-1783) que levaram à convulsão social que resultou na Revolução de 1789. Dessa maneira, há um cenário de muita instabilidade, mas que não significa necessariamente que a França se fecha para resolver seus problemas internos, ocorre uma necessidade de atuar em assuntos externos para impedir o avanço da aliança entre Inglaterra, Prússia e Rússia (KENNEDY, 1988: p. 121-122).

Caminhando ao fim do século XVIII, ainda ocorriam algumas guerras, no geral, envolvendo França e Inglaterra como principais partes do conflito. Nesse contexto, Espanha e Holanda aliadas, na ocasião, aos franceses acabam por serem prejudicadas na parceria pois nos conflitos com os britânicos perderam importantes territórios que significaram mais uma expansão sobretudo do território econômico e de exploração comercial (KENNEDY, 1988: p. 124).

No início do século XIX, com mais um episódio das idas e vindas do equilíbrio de poder europeu, a França de Napoleão conseguiu reconquistar porções antes perdidas de seu império e os colocou em uma posição de mais um tensionamento ao vislumbrar uma possível invasão à ilha britânica. A realidade, nessa primeira década do século, era que a conjunção de alianças fez com que Inglaterra somente tivesse Portugal e Suécia como aliados na Europa

continental e, em concomitância, Napoleão atuava para enfraquecer os britânicos no que fosse possível. Nesse sentido, o comércio britânico com o continente foi prejudicado e levou o país a uma crise no comércio internacional que só viria a se atenuar após o rompimento da Espanha e dos russos com a dominância francesa em 1808 e 1811/1812, respectivamente (KENNEDY, 1988: p. 129). O referido rompimento espanhol significou um grande avanço para os ingleses restabelecerem um pouco de sua estratégia e comércio já que a Espanha era uma tradicional aliada da França e porções de territórios como Gibraltar deixam de ser ameaçadas, além da retomada da exportação de produtos. (KENNEDY, 1988: p. 134).

Não obstante os britânicos tenham sentido o impacto do bloqueio continental napoleônico, a alternativa buscada foi a inundação do mercado atlântico com produtos da Inglaterra, como foi na abertura dos portos no Brasil em 1808, e de outras regiões no mundo como na Ásia e África. Esse redirecionamento de exportações foi responsável por fazer com que o volume de exportações Inglesas crescesse e mais que dobrado no período de 1795 a 1816. Dessa maneira, enquanto o bloqueio continental tentou frustrar o comércio inglês, o investimento de guerra e a expansão da fronteira comercial estimularam as indústrias de aço, ferro, carvão e outras, leia-se, indústrias chave para geração de externalidades positivas que contribuíram para o adensamento da Revolução Industrial (KENNEDY, 1988: p. 130).

Do lado francês, alguns aspectos são o oposto à Inglaterra. Sua indústria surge em um ambiente protecionista e pouco competitivo e com pequena penetração no comércio internacional no mesmo período que consideramos os ingleses. Ademais, a França perde importantes territórios coloniais na América como Santo Domingo e o limitado comércio ultramarino ainda carecia de valor agregado via indústria (KENNEDY, 1988: p. 132).

## **2.1 A crise sistêmica na América Portuguesa**

Dedicaremos agora a análise aos desdobramentos das tensões e conflitos do continente europeu nas colônias americanas e, em caráter mais específico, nas Américas Portuguesa e Espanhola (focando no Rio da Prata).

No caso da América Portuguesa, estudamos aqui um processo que culmina no fim do enquadramento brasileiro e lusitano no Sistema Colonial em 1808 com a abertura dos portos e em seguida a Revolução Liberal do Porto (1820) e a Independência Política do Brasil (1822) (NOVAIS, 2005: p. 105-106). No período que antecede esses eventos, a saber, o último

quartel do século XVIII é notável que o comércio português passa por um período de expansão e tendo como motor incontestável o comércio e produção brasileiras (NOVAIS, 2005: p. 107).

Portanto, nos parágrafos que se seguem serão discutidas temáticas e eventos que impactaram a dinâmica comercial entre a América Portuguesa e sua metrópole eventualmente recorrendo a alguns aportes prévios ao recorte temporal já mencionado. Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XVIII, Portugal inicia um período de recuperação econômica, tendo em vista encurtar a distância a qual se encontrava para países como França e Inglaterra no que diz respeito à penetração nos circuitos comerciais globais. Contudo, como já resgatado anteriormente, os ingleses passaram a ter a preocupação de se inserirem nas trocas coloniais ibéricas para favorecimento de seus próprios interesses, a saber, a viabilização do seu próprio desenvolvimento industrial (NOVAIS, 1989: p. 122-123).

Fato importante a ser considerado nesse início de análise é a invasão espanhola de 1763 que ocupou o sul da América Portuguesa e resultou no efeito prático da transferência do Vice-rei do Brasil de Portugal para exercer seu governo de fato no vice-reinado. Isso ocorre, pois, as consequências da tomada de territórios de Sacramento e do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul) resultou em perdas monetárias por parte dos empresários do Rio de Janeiro. Outro efeito disso é poder aproximar mercadores cariocas da burocracia estatal metropolitana podendo definir estratégias de expansão mais sincronizadas à coroa, incluindo empresas militares, além de evidenciar o ganho de importância econômica da colônia para Portugal (MENZ, 2006: p. 53-54). Destaca-se que a origem disso foi o Tratado de Madrid de 1750 que acabou determinando que Colônia do Sacramento era de domínio espanhol, enquanto Rio Grande era dos portugueses. Disso decorreu uma insatisfação indígena no território das Missões Jesuíticas, entendida como uma traição por parte dos espanhóis aos nativos que entraram em conflitos com ambos os países Ibéricos nas chamadas Guerras Guaraníticas (1754-1756) (ACRUCHE, 2014: p. 72).

O efeito prático da conquista de Sacramento e Rio Grande foram alterações na logística de distribuição de mercadorias e suprimentos na região sul da América Portuguesa. Tanto a circulação de pessoas e produtos passaram a ser feitas pela Ilha de Santa Catarina ou por vias terrestres com distâncias muito extensas, o que somente veio a começar a se alterar em 1775 quando começam as tentativas de retomada do Rio Grande que são concluídas em 1776 (KÜHN E COMISSOLI, 2013: p. 69).

Outra dimensão dos trânsitos entre Rio da Prata e Rio Grande é o que diz respeito ao tráfico de escravizados na referida região que mesmo restringidos e com severas punições previstas ainda que de forma implícita, eram uma preocupação desde 1750 no Tratado de Madrid. Apesar disso, sobretudo a partir da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), as restrições na prática são ignoradas frente ao reflexo dos conflitos entre Espanha e Portugal tanto na Europa quanto na América (ACRUCHE, 2014: p. 73).

Nessa direção, ocorreram diversos conflitos entremeados na disputa por territórios econômicos na América do Sul que são determinantes no delineado das fronteiras da América Portuguesa e, por consequência, da América Espanhola. À exemplo do Tratado de Santo Ildefonso que foi consequência das invasões dos portenhos aos territórios ao sul da América Portuguesa em 1777, que consolidou a Colônia do Sacramento como território espanhol integrante ao Vice-reino do Rio da Prata. Outro ponto que o Tratado também legislou foi sobre o comércio, sobretudo o ilegal entre ambas as colônias, com o propósito de coibir essa prática ao máximo e somente permitindo a arribada forçada aos respectivos portos por parte dos navios portugueses e espanhóis (ACRUCHE, 2014: p. 74).

Em 1778, é assinado o Tratado de El Pardo que amplia relações de comércio entre Espanha e Portugal nas colônias, permitindo a comercialização de escravizados sem restrições por meio de *asientos* e outras formas de contrato, além da cessão por partes dos portugueses que viabilizou o tráfico direto de escravizados da Espanha com territórios da África. Apesar dessa maior autonomia perante os lusitanos, com o conflito anglo-espanhol de 1779 a 1783, Portugal, como país neutro, passa a controlar o comércio ibérico com as colônias, o que resulta numa interligação entre o comércio legal viabilizado pela guerra e o contrabando (ACRUCHE, 2014: p. 76). Assim, a introdução de escravizados por parte dos portugueses foi sendo realizada no Vice-reino do Rio da Prata ao longo do fim do século XVIII e encontrava respaldo nos interesses locais e na política externa oscilante dos espanhóis em função dos vários conflitos ocorridos no período (ACRUCHE, 2014: p. 79).

Ademais, se remonta também ao conflito de 1801 entre portugueses e espanhóis, conhecida como Guerra das Laranjas, que não obstante não tenha atingido com gravidade o Rio de Janeiro, se desenrola no sul da colônia, no Rio Grande (MENZ, 2006: p. 57).

Essa guerra foi responsável por ampliar as fronteiras do Rio Grande em direção ao oeste até o Rio Uruguai e no Sul até Jaguarão. O conflito se iniciou com a tomada de assalto São Martinho e segue no ataque a outras regiões protegidas pelos espanhóis. Em seguida, é

sitiada e conquistada a cidade de São Miguel e São Borja para conquistar a região de ligação das Missões Orientais e Entre Ríos (no Vice-reino do Rio da Prata). O resultado dessa campanha militar foi o dito alargamento das fronteiras do Rio Grande do Sul, referendada no Tratado de Badajoz também em 1801 (MENZ, 2006: p. 58-59).

Como plano de fundo à nível sistêmico, há o contexto de retração global capitalista do início do século XIX materializada na retração de preços como consequência de uma fase de declínio do ciclo de longa duração com ápice em 1810, mas que geram o ímpeto mais agressivo de industrialização a partir da segunda década do mesmo século (ARRUDA, 2000: p. 68). Dentro dessa visão geral, estão inseridas as políticas pombalinas que permeiam o período e tem certo nível de integração entre agricultura, comércio e indústria para propiciar o desenvolvimento dessa última na metrópole. O objetivo era complexificar a malha produtiva portuguesa em função da expansão industrial que atingiu certo ponto de sucesso e vislumbrou real possibilidade de sucesso dessa política (ARRUDA, 2000: p. 69).

Então, isso gera mais um conflito entre interesses portugueses (e espanhóis) e aqueles defendidos pelos ingleses que, com um pujante e irreversível desenvolvimento industrial iam na contramão, exigindo maior abertura do comércio ultramarino e ocasionando até efeitos colaterais como a expansão do contrabando de seus produtos para territórios coloniais portugueses (NOVAIS, 1989: p. 122-123).

Dessa maneira, à luz dos dados disponíveis e analisados por Fernando Novais (2005), o que se constata via balança comercial é que o Brasil, dentre as colônias, tem uma posição de absorver 78% das exportações portuguesas e enviar 80% das importações que chegavam na metrópole, considerando o período de 1796 a 1807 (anos em que há uma disponibilidade adequada de dados segundo o autor) (NOVAIS, 2005: p.108-109).

Por outro lado, no que diz respeito à relevância no comércio internacional português, a Inglaterra tem importância muito parecida ao Brasil no comércio colonial, mas com cifras na casa dos 30% tanto para importações como exportações, mas sendo os portugueses superavitários para o mesmo período de 1796 a 1807. Outro importante aspecto é a participação de produtos brasileiros reexportados por Portugal, que representam 60% das exportações, enquanto os produtos portugueses são cerca de 30% (NOVAIS, 2005: p. 110).

Contudo, quando se observa a partir do fim do período pombalino (1777-1787), a realidade é oposta. Explicada sobretudo por causa do estímulo circunstancial à produção de

manufaturas como resposta à crise de mercados coloniais após a mencionada Guerra dos Sete Anos, Portugal acumulava constantes superávits com as colônias e déficits com outros países, tendo, dessa maneira mudado esse cenário ao longo dos anos de 1787 a 1796 (NOVAIS, 2005: p. 111; NOVAIS, 1989: p. 132). Tal mudança foi possível através de um entendimento da administração portuguesa de que seria necessário estimular a produção de suas colônias (NOVAIS, 2005: p. 111).

Então, com essa breve exposição de percentuais da balança comercial, Novais pontua que o Brasil se transforma no principal ator no comércio colonial português em que passa a possibilitar a existência de superávits com outros países e, assim, caminhava em um “amadurecimento para a independência” (NOVAIS, 2005: p. 111).

Ademais, as características do que é exportado pelo Brasil se transformam ao longo da segunda metade do século XVIII, a produção de gêneros da agropecuária sai de aproximadamente 30 tipos para cerca de 120 produtos e, por exemplo, o açúcar passa a ocupar somente 35% do exportado. Em conjunção a essas mudanças, ocorrem câmbios na dinâmica econômica interna, como maior variedade regional na produção, novas formas de trabalho, surgimento de uma indústria de transformação ligada à agricultura e pecuária. Tais fatores contribuíram para uma redinamização do sistema colonial às vésperas de seu fim, mas que altera o exclusivo ao passo que diversifica a estrutura produtiva da colônia (ARRUDA, 2001: p. 175).

Aliás, há de ser considerado que as políticas de Pombal frente ao declínio do comércio externo português geram seus frutos no longo prazo, se tornando fato chave para entender o processo de inversão de tendências de exportações e importações lusitanas tanto para dentro quanto para fora do império. No fim da década de 1780, a Inglaterra importa algodão cada vez mais de Portugal, o que provoca a “curiosidade” de agentes ingleses acerca do maior envio de moeda para as terras lusas ao ponto em que passam a ocorrer superávits na década de 1790. Diante disso, passa até a ser um fator importante na decisão de transferir a corte para o Brasil em 1808, com o intuito de diminuir custos no comércio com os britânicos (ARRUDA, 2000: 69-70).

O fim do século XVIII nos domínios portugueses não obstante apresentasse declínio da produção aurífera, houve crescimento da mineração de diamantes na região de Minas Gerais. Estando relacionado a isso, há uma expansão de atividades manufatureiras nessa mesma região, gerando alarme à administração colonial pois prejudicaria o comércio com a

metrópole (mecanismo principal da reprodução do Antigo Sistema Colonial). Assim, a partir da década de 1780, algumas medidas são tomadas de modo a tentar dirimir tais efeitos e, portanto, proibindo a existência de manufaturas, salvo casos muito particulares como para a produção de tecidos para roupas de escravizados (NOVAIS, 2005: p. 66-67).

Existem, nesse sentido, alguns problemas engendrados por essas circunstâncias ao mercantilismo português. O primeiro deles é o crescente populacional independente do comércio que resultaria em um problema cada vez maior à metrópole. O segundo, que não deixa de ser uma consequência a diminuição do comércio, é a maior penetração de produtos contrabandeados, que veremos ser a principal preocupação da coroa portuguesa, já que significa a entrada de um concorrente difícil de ser batido, as manufaturas britânicas que se incrementavam ao passo que o desenvolvimento luso se tornava mais defasado (NOVAIS, 2005: p. 67-68).

Então, como já mencionado, cabe enfatizar que a reestruturação da economia colonial não é realizada de maneira extrínseca a Portugal, mas sim dentro dos marcos do exclusivo, mesmo que de forma alterada, mantendo intocados os pilares centrais mercantilistas. O objetivo, portanto, é a promoção de ideias do que se convencionou chamar de “mercantilismo ilustrado português” que mesmo atenuando sobretudo a especialização produtiva da colônia, iria promover uma conexão ainda mais intensa entre a produção do Brasil e de Portugal (ARRUDA, 2001: p. 175-176).

O fim desse século (da década de 1780 em diante) marca um período em que a Inglaterra “cobrava caro sua aliança”. Portugal objetivava, nesse cenário, equilibrar a necessidade de ter essa aliada e uma margem de manobra para movimentar sua economia visto que os tecidos ingleses entravam de duas formas: uma passando pelos portos portugueses e outra pelo contrabando. Para coibir esta última e a produção interna de manufaturas, são emitidos dois alvarás em 1785 com vias a preservar o sistema colonial (NOVAIS, 2005: p. 70-71). Importante mencionar que os resultados da proibição interna da produção de manufaturas foram ínfimos, já que as unidades produtivas eram muito limitadas, chegando terem sido confiscados somente 13 teares na capital da colônia (NOVAIS, 2005: p. 77-78).

A ascensão do protagonismo brasileiro dentro do Império Português se torna, diante do alto preço da aliança inglesa, uma dificuldade para seus administradores já que a pressão britânica por influência comercial cresceu consideravelmente no período tanto pela via

institucional militar e diplomática quanto pelo contrabando. Em virtude disso, a preocupação com esse último tomava muita atenção devido à possibilidade de desestruturar todo o mecanismo de reprodução econômica, algo que dentro do campo formal da diplomacia e do comércio exterior não iria acontecer de forma tão acelerada. Assim, o contrabando foi importante arma dos ingleses e se torna sistêmico na América do Sul, isso pois encontrava fáceis compradores que buscavam tirar vantagens do que se apresentava (ARRUDA, 2000: p. 70-71).

Dessa maneira, Portugal entra no que chamamos de crise do Antigo Sistema Colonial durante o último quartel do século XVIII. Nesse contexto, identifica-se alguns aspectos já aqui mencionados, sendo o principal o desenvolvimento do capitalismo industrial e a competição interestatal associada a ele e, por consequência os impactos sobre a dinâmica colonial. Inserido no Império Português, o Brasil sente tais desdobramentos dado que é sua principal colônia e, com o passar das décadas, se tornou o centro dinâmico da economia lusitana (NOVAIS, 1989: p. 135).

À luz da relevância adquirida pelo Brasil colônia ao fim do século XVIII, constata-se uma real interdependência para com a metrópole Portugal. Dessa maneira, com o início da crise colonial foi necessário reenquadrar não só a administração brasileira como as próprias capitanias centrais dentro do território (NOVAIS, 1989: p. 140-141). É claro que, nesse contexto de intensificação de contradições engendradas por seus próprios mecanismos, movimentos de contestação ao domínio começam a surgir em oposição por meio de ideias revolucionárias e reformistas (NOVAIS, 1989: p. 143). Então, por estarem inseridas em um sistema global e integrado, bastou que irrompesse a primeira bem-sucedida independência (dos Estados Unidos em 1776) para que eclodissem diversos outros movimentos emancipatórios responsáveis por começar o processo de derrubada do Antigo Regime (NOVAIS, 1989: p. 144).

Nessa esteira de crise do sistema colonial durante o último quartel do século XVIII, são sediados dois eventos contestatórios à metrópole, a Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Bahiana (1798) ao contrário de acontecimentos como no Rio de Janeiro em 1794 e Pernambuco em 1801, considerados precursores do processo de independência (NOVAIS, 1989: p. 169-171). Nessa direção, ambos estão inseridos no movimento global de contestação ao Antigo Regime e, apesar de terem sido malsucedidos em suas ambições, estão enquadrados

na condição de ebulição pré-revolucionária colonial guiados, então, pela ‘tomada de consciência’ dos grupos de interesse (NOVAIS, 1989: p. 171-172).

Cabe pontuar, adicionalmente, que seu pensamento condutor no processo é muito pautado no Iluminismo, seja em sua versão reformista (Locke, Voltaire, Montesquieu) ou revolucionária (Rousseau). Portanto, a visão dos grupos envolvidos na emancipação sobre a autoridade real passa a ser racional e passível de contestação e não mais a antiga visão divina e que em um processo de décadas deixa de ver a metrópole como liderança celestial e passa a ser enxergada como parasitária (NOVAIS, 1989: p. 173).

Dessa maneira, a fins do século XVIII, sobretudo no período pombalino, os esforços para manutenção do exclusivo comercial português foram esgarçados até seu limite tornando exaustivas as burocracias para acesso aos portos nacionais já que nesse contexto há um acirramento das tentativas de contrabando sobretudo por parte de navios ingleses também em consequência do desenvolvimento europeu nessa época (por causa da Revolução Industrial) (NOVAIS, 1989: p. 176-177).

De fato, o que se pode inferir desse contexto é que o crescimento das indústrias inglesas seria responsável também por tornar mais agressiva a competição comercial dentre países da Europa com o intuito de expandir seus territórios econômicos. A resposta, nesse sentido, de Portugal e Espanha teria sido de ratificar e enrijecer os pactos coloniais na tentativa de cadenciar o aumento de seu atraso econômico frente aos seus rivais (NOVAIS, 1989: p. 178).

O que veio a se verificar, então, nas capitânicas brasileiras foram maiores preocupações com o contrabando e, diante disso, o comércio entre diferentes estados brasileiros não era permitido o que resultava em um fluxo único entre capitânicas e metrópole (NOVAIS, 1989: p. 181). Isso é claro não refletia a realidade das condições em que se situava o comércio na América Portuguesa, no último quartel do século XVIII quando já havia relatos diversos sobre a penetração de comerciantes ingleses, franceses e até dos Estados Unidos no norte do país (NOVAIS, 1989: p. 183-184).

Portanto, nesse contexto a balança comercial portuguesa sente os impactos do crescente contrabando na colônia sob a primazia dos navios ingleses, e atinge seu ápice cerca de 1808, as manufaturas portuguesas apresentam um decréscimo dado que os colonos brasileiros eram supridos pelos britânicos (NOVAIS, 1989: p. 185-186). Não obstante tenham

ocorrido concessões aos produtos ingleses, o cenário continua se agravando já que havia certa vantagem em se comercializar produtos contrabandeados. Isso pois o comércio “regulamentado” tendia a gerar altas de preços e escassez de abastecimento devido a limitação de suprimentos vindos da metrópole e tal mecanismo resulta numa maior adesão por parte dos colonos (NOVAIS, 1989: p. 186-187). Nesse contexto, cabe ressaltar, que a expansão do contrabando nas terras coloniais da América do Sul está diretamente relacionada aos seguidos bloqueios ocorridos no continente europeu, motivados, na maior parte das vezes, seja pela Inglaterra contra Franceses ou vice-versa. Tal mecanismo de comércio ilegal atinge o Rio de Janeiro de forma tão evidente que houve comentários à época de se pensar que o porto da cidade era livre (MENZ, 2006: p. 56).

Uma das formas de contornar a crise comercial do contrabando foi a tentativa no último quartel do século XVIII de Pombal em criar companhias de comércio no intuito de organizar e modernizar nos moldes empresariais da época o comércio colonial em favor dos mercadores nacionais portugueses e, dessa maneira, diminuir o atraso relativo perante as principais potências europeias, principalmente, os Ingleses (NOVAIS, 1989: p.189; 191). As reformas pombalinas tinham, nesse sentido, um forte caráter de integração entre políticas de comércio, agricultura e indústria com presença do poder público nas suas formulações. A consequência dessas políticas foram maior diversificação e, portanto, ampliação da reexportação por parte da metrópole, maior suprimento de alimentos, além do maior fornecimento de insumos para as manufaturas portuguesas (ARRUDA, 2001: p. 178).

Em razão disso, as companhias de comércio são as principais responsáveis por organizar e integrar o circuito produtivo e comercial do império, conferindo caráter estrutural às reformas tanto na colônia quanto na metrópole (ARRUDA, 2001: p. 178). Contudo, isso engendra uma problemática ao seu mecanismo pois essas próprias companhias passam a ser alvo de contestação dos colonos ao passo que não conseguem suprir as necessidades do mercado consumidor colonial resultando em um questionamento ao próprio sistema, o que evidenciou a divergência de interesses entre colonos e mercadores metropolitanos (NOVAIS, 1989: p.189; 191).

Nessa esteira, existem exemplos na Bahia e Rio de Janeiro que evidenciam essas contradições objetivas e concretas da colonização portuguesa naquela conjuntura pelo fato de se tratar de duas capitanias com importante volume de comércio e, em virtude disso, mais autônomas para contraporem-se às medidas que não lhes interessassem. No caso do Rio de

Janeiro, por sua importância econômica e ser entreposto em que era exportado o ouro das Minas Gerais, crescia a busca por outros tipos de parcerias comerciais que extrapolavam o exclusivo comercial. Para conter essa movimentação, tentou-se restringir as rotas de comércio o que, por sua vez, minava os investimentos na extração de metais preciosos (NOVAIS, 1989: p. 192-193).

No caso da Bahia, a simples exploração de tabaco resultava em contradições ao sistema. Nessa cultura, obtinha-se um subproduto de terceira qualidade cuja comercialização era proibida em Portugal. Apesar disso, encontrava mercado na África, onde havia a exigência de se realizar tráfico de escravizados para poder efetivar as vendas desse refugio, gerando perdas em ouro para a coroa portuguesa (NOVAIS, 1989: p. 193-194). Para tentar remediar o “quase monopólio” desse comércio por parte de países Africanos, foi criada a Companhia Geral que, na prática, significou a coroa associar-se aos colonos insubordinados ao exclusivo comercial na tentativa de retomar a soberania do tráfico de escravizados e, com isso, comprometer o comércio do refugio de tabaco (NOVAIS, 1989: p 195).

Nessa direção, as pressões inglesas por meio de diplomacia, contrabando e até de maneiras mais ameaçadoras advinha também de seu desenvolvimento industrial que ensejava a busca por consumidores. Eram crescentes, portanto, as pressões dentro e fora do exclusivo comercial, tornando cada vez mais difícil sua execução no início do século XIX (NOVAIS, 1989: p. 197). O autor reforça que o tecido do sistema estava se esgarçando, o que é evidenciado pelo conluio entre colonos e contrabandistas, a abundância de produtos europeus no mercado nacional e a própria busca por parte dos senhores brasileiros de firmar um acordo de comércio com a Inglaterra já em 1784 (NOVAIS, 1989: p. 198).

Em adição, podemos, mesmo que de forma não intuitiva, inferir do declínio do exclusivo comercial português o processo de decadência do império como um todo. Apesar de parecer o caminho mais fácil de ser percorrido, o da Inglaterra fazer declinar a preponderância lusitana, isso não foi o verificado. É, de certa forma, o contrário, os ingleses encontram no Império Português um terreno fértil para penetrar seu capital industrial pela via do comércio em ambas metrópole e colônia que não tinham suas necessidades comerciais supridas, a economia portuguesa vai se marginalizando ao longo do século XVIII (NOVAIS, 1989: p. 203-204).

Parte disso se deve à descoberta de metais preciosos no Brasil. Ao passo que se produzia ouro e prata, Portugal buscou ampliar sua ambição comercial e não transformou sua

estrutura produtiva interna, foi o caso em que prevaleceu uma “política de transporte” ao invés de uma “política de fixação”. Não há, dessa maneira, um investimento na indústria e sim um reinvestimento no capital mercantil tão logo aumentasse a disponibilidade de metais para isso (NOVAIS, 1989: p. 205-206).

Nessa direção, iremos agora discutir o quadro da Política Comercial do Império Português no fim do século XVIII para identificar aspectos relevantes que estejam relacionados à crise do Antigo Sistema Colonial e que reflitam também as disputas entre os países do continente europeu.

Assim, nos deparamos com uma das linhas mestras da política de comércio no tocante ao Brasil que é o combate ao já mencionado contrabando o qual, por sua vez, não se trata de um ou outro agente que comercializa de maneira ilegal nos termos da época, mas sim de um mecanismo informal de enfraquecimento da autoridade metropolitana por parte de nações rivais. O marco inicial dessa nova política foi a legislação anti-contrabando no Alvará de 1785 emitido em conjunto com a proibição de se produzir manufaturas no Brasil, onde foi garantida principalmente a maior autonomia e severidade na investigação e punição de contrabandista podendo, inclusive, a interferência jurisdicional das capitanias entre si por parte de juízes e governadores (NOVAIS, 1989: p. 241).

Diante disso, a intenção era cristalina e se propunha a impedir que penetrassem produtos oriundos de comércio não permitido pelos quadros jurídicos mercantilistas em um cenário que o volume dessas trocas se tornou alarmante e capaz de viabilizar a reprodução do sistema colonial português. Isso se deve ao que já foi resgatado, a saber, a crise do próprio pacto e aos momentos iniciais da Revolução Industrial. Disso resulta que a Inglaterra havia se desenvolvido a um ponto que a sua diferença tecnológica representava não só custos muito menores do que os das manufaturas portuguesas, mas com muito mais abundância de produtos (NOVAIS, 1989: p. 242).

Decorre dessa situação que, em um contexto de crise do sistema, o aumento do volume de comércio ilegal poderia acarretar uma perda de colônia para um país rival e, por sua vez, até sua independência e, com isso, o fim do Pacto Colonial. Nesse sentido, o contrabando passa, portanto, a ter diferentes e novas funções (NOVAIS, 1989: p. 243). É a partir do ano de 1785 que são verificadas medidas frontais de combate a esse mecanismo, como proibições na entrada de certos produtos, à exemplo do vinagre estrangeiro que visava dificultar a entrada de vinhos contrabandeados por meio de embarcações aparentemente

regularizadas. Outras medidas também são exemplos, como em 1787, a tentativa de dificultar a entrada de produtos de lã, reforçado em 1789 à Junta de Comércio; em 1792, há a preocupação com o comércio ilegal de tabaco e sabão, dentre outros casos (NOVAIS, 1989: p. 243).

Ao passo que se endurecia o combate ao contrabando se tornou necessário que fossem feitas aberturas comerciais dentro dos limites do pacto ou na prática a extinção das companhias de comércio regionais. Isso significou que o comércio com a metrópole deixou de ser mediado por essas empresas como nos casos da Companhia do Pará e Maranhão já em 1778, da Companhia de Pernambuco e Paraíba além da Companhia do Grão-Pará em 1780 (NOVAIS, 1989: p. 244). Esse movimento, é importante destacar, veio de uma mudança do pensamento ilustrado da época, que passa a defender medidas de maior abertura como forma de mitigar a crise (NOVAIS, 1989: p. 246).

No mesmo sentido dessa mudança de política comercial, houve o incentivo ao aumento do volume de comércio intercolonial. Para isso, se incentivavam encadeamentos produtivos que garantiriam tais objetivos como a produção de ferro que estimulam agricultura e mineração que também estavam bem conectados com estradas de ferro em Angola (NOVAIS, 1989: p. 249). Assim, foram facilitadas e incentivadas trocas entre colônias seja dentro do Brasil, como no Rio de Janeiro em 1791 que um alvará permitiu a circulação de produtos do continente entre os portos brasileiros (NOVAIS, 1989: p. 250)

Dessa forma, o abandono das companhias de comércio veio associada à novas políticas comerciais que resgatamos, a diminuição do contrabando no intuito de controlar o comércio e produtos que entram nas colônias e as trocas intercoloniais. Tais linhas mestras de governo reduziam o escopo mercantilista ao mínimo para acomodar-se às novas condições do sistema capitalista (NOVAIS, 1989: p. 250). O resultado (e objetivo inicial por assim dizer) foi a expansão das exportações portuguesas entre o período de 1796 a 1807. E, nessa conjuntura, também houve uma preocupação de expandir o “território econômico” português para promover aumento do comércio da metrópole com países de fora do império (NOVAIS, 1989: p. 251).

Somado à isso, a preocupação com a qualidade e quantidade do que era produzido nas colônias era visto como a forma de equilibrar o orçamento fiscal da administração portuguesa e, para tanto, se realizavam mais gastos e incentivos, entrando assim numa espiral (NOVAIS, 1989: p. 254-255). É nesse contexto que houve uma preocupação em diversificar e tornar

mais dinâmica a produção adequando a política tarifária à essas necessidades. Por exemplo, ampliação dos tipos de produtos que circulavam com comerciantes marítimos em 1788, diminuição de taxações em 1790 para produtos como cacau, café e arroz. Isso em consonância com medidas que aumentassem mais diretamente sua produção como no caso do arroz em 1781 em que a metrópole somente permitiu a entrada desse cereal em seu território (NOVAIS, 1989: p. 256-257).

O ímpeto de estímulo se tornou tão evidente durante a crise do sistema colonial que medidas mais objetivas foram sendo tomadas na última década do século XVIII quando também se tornou um braço da política a implementação de culturas de drogas do oriente (especiarias) como é o marcante caso da canela. Em 1798 foram feitas importações não só de plantas de canela, mas também foram trazidos conhecimentos sobre a cultura desse produto (NOVAIS, 1989: p. 258).

No que diz respeito à qualidade da produção, que vinha associada às medidas de melhoria do que já era produzido e das novas culturas, existem diversas medidas nessa direção. Também em 1798, foram distribuídos livros pelas capitanias sobre a produção açucareira, atingindo territórios até menos centrais para a metrópole portuguesa no caso de Goiás à época. Tornou-se preocupação até melhorias na comunicação quando nesse mesmo ano foi criado o correio marítimo para que melhor fossem trocadas informações entre os vários portos do Império (NOVAIS, 1989: p. 258-259).

Ademais, houve providência de melhorias, também, na produção açucareira da Bahia e em outras parcelas do território brasileiro mesmo com a resistência de colonos. Com o objetivo de diminuir seus custos em cerca de 2/3, se utilizou o bagaço de cana como combustível para novas máquinas de moer, promovendo maior mecanização produtiva (NOVAIS, 1989: p. 260). Não obstante ocorra essa incipiente implementação de máquinas, é ressaltado o “bom provimento de mão de obra escrava” associada ao processo de melhorias na estrutura produtiva, ampliação da exportação de cachaça para o continente africano e para a metrópole e desestimulando seu consumo local (NOVAIS, 1989: p. 261). Nesse tipo de argumento utilizado, inclusive, observa-se como a escravização foi ponto central na dinâmica de reprodução material do Império já que estava diretamente relacionada às chamadas “melhorias produtivas”.

A política de investimentos e promoção da eficiência produtiva na colônia estava associada diretamente à exportação para sua metrópole. Portanto, toda medida buscava como

fim a dinâmica comercial subserviente à Portugal. Nesse contexto, problematizou-se a crise da mineração das Minas Gerais e o diagnóstico do governo a relacionava aos desvios e extravios dos minerais produzidos. Contudo, o que analistas da época foram capazes de identificar que existiam outros fatores preponderantes em relação ao roubo da produção, no caso, o baixo poder de investimentos dos mineiros que não permitia inversões adequadas às exigências do negócio, além de tornar a aquisição de mão de obra escravizada cara em termos relativos e inviabilizava a compra de máquinas ou equipamentos mais tecnológicos demandados pelas características das minas (NOVAIS, 1989: p. 264-265).

Para contextualizar, a extração do ouro brasileiro, no fim do século XVIII era de aproximadamente 25% daquilo que era extraído em seu auge, durante a década de 1750. Não obstante o expressivo declínio, tal produção ainda era responsável por um percentual de 16% das exportações brasileiras. Assim, apresentava percentual relevante e que ajudou também a explicar o superávit do Brasil com Portugal, o que tornava mais robusta a pauta exportadora da colônia e, viabilizou o mecanismo de compensação dos portugueses (via reexportações e manufaturas) para manter a balança comercial global superavitária, já que era positiva em relação ao resto do mundo (ARRUDA, 2000: p. 74-75).

Dessa forma evidenciava-se que o ponto central de política era a lavoura agrícola e, como mais uma forma de expandi-la, tentou-se a estruturação de um mercado financeiro que possibilitasse a expansão de crédito e aumento da circulação monetária nos circuitos de comércio. O principal obstáculo, entretanto, foi o papel historicamente exercido pelos comerciantes como fundo de crédito para o financiamento da agricultura e isso fez cair por terra a tentativa da administração de promover maior financeirização por meio de fundos de crédito (NOVAIS, 1989: p. 266). Os motivos relacionados ao fracasso dessa política foram o receio dos colonos em tomar crédito, emitir ações e realizar transações com papel moeda, além do mais evidente que é a resistência dos mercadores de perder suas fatias de mercado mais do que cativas (NOVAIS, 1989: p. 267).

Nesse sentido, a política colonial adotada para o Brasil partia de dois princípios. O primeiro deles era repelir a produção manufatureira pois haveria uma fuga de braços para essa indústria e, por consequência, escassez de mão de obra na mineração, lavoura e ocupação de novos territórios. O segundo princípio é que a produção brasileira é a razão de ser da Navegação e comércio entre os territórios pertencentes ao Império Português e, portanto, cabe

ao Rei estimular e impedir o surgimento de obstáculos ao seu desenvolvimento (NOVAIS, 1989: p. 269-270).

Tal constatação de que houve algum tipo de incremento na produção manufatureira veio do declínio registrado das exportações de tecidos portugueses ao Brasil. O principal motivo dessa queda, contudo, era o aumento do contrabando que, como já resgatado aqui, se tornou um dos principais pontos de combate da administração. Então, cabe destacar, que a proibição do crescimento das manufaturas se deu de fato somente em produtos têxteis e não na indústria como um todo já que não havia uma existência sólida de empresas manufatureiras (NOVAIS, 1989: p. 271-272). Isso é evidente pois os tecidos são parte relevante da pauta exportadora da metrópole.

O que veio a ocorrer em momentos mais específicos e pontuais no fim do século XVIII foi a expansão sensível do setor exportador que mobilizou todos os recursos das unidades produtivas a ele dedicadas e que levou a uma inserção de produtos que antes pertenciam somente ao consumo local nas rotas de exportação, como alguns tecidos grosseiros. Isso, todavia, é observado desde o século XVI com expansão da produção de algodão e ovelhas relacionadas principalmente à vestimenta de escravizados (NOVAIS, 1989: p. 273-274).

Desse jeito, não devem ser dissociadas as medidas proibitivas das de combate ao contrabando já que ambas estavam objetivando proteger a fraca produção industrial portuguesa. A realidade era palco muito mais de uma preocupação da não penetração de produtos contrabandeados de outras economias europeias mais desenvolvidas. Então, as novas medidas estavam em consonância com a dinâmica da economia colônia e se contrapunham às tendências mais evidentes do nascente capitalismo industrial, personificado na figura do contrabando (NOVAIS, 1989: p. 274).

Se no Brasil o objetivo era proibir a produção de manufatura têxteis era devido à necessidade de estimular essa indústria em terras lusitanas e por isso toda a lógica de pensamento para a colônia de fomentar atividades primárias e coibir manufaturas. Era uma política que permitiria a Portugal tentar fazer frente aos concorrentes europeus. Dessa maneira, o mercado colonial era visto como central para seus objetivos geoeconômicos que ficava evidente ainda em 1797 em ofícios que ratificavam a necessidade de se aumentar o consumo de produtos metropolitanos na colônia.

A materialização dessa ideia mercantilista foi, à época, a Política de Industrialização promovida por Marquês de Pombal a partir da segunda metade do século XVIII que continuou dando seus frutos após sua gestão. Matérias primas importadas foram isentas de obrigações e as nacionais eram protegidas. As manufaturas importadas foram setorialmente taxadas a partir de 1778 no alvará que fez incidir impostos sobre a entrada de pólvora. Outro exemplo é o de 1783 que permitiu a entrada de louça enquanto a nação não produzisse de forma semelhante e o de 1787 que determinou a apreensão de manufaturas que tivessem tentativa de introdução no Império. Na contramão, em 1801, volta a permissão de entrada de produtos franceses no Reino após o reestabelecimento da paz (Tratado de Madrid) não obstante fossem devidamente taxadas (NOVAIS, 1989: p. 278-279).

Nessa direção, a atuação da política industrial pombalina não se restringe somente à tributação, também ocorreu através de outros mecanismos como proibição de penhoras de equipamentos fabris, estímulos à comercialização e expansão de crédito através das já mencionadas medidas de estruturação do mercado de crédito. A linha de atuação mais evidente foi, dessa forma, a privatização de fábricas de modo a tirar do Estado a atribuição de socorrer monetariamente essas unidades produtivas (NOVAIS, 1989: p. 280).

Já foi resgatado neste trabalho que as manufaturas de tecidos tiveram sua produção proibida no Brasil, o que não ocorreu com o processamento de minério de ferro na região das Minas Gerais. O intuito dessa política tocada por Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá além de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho foi de impulsionar a indústria siderúrgica na colônia para esta, por sua vez, se encadear e estimular a mineração (NOVAIS, 1989: p. 280-281).

Por trás disso também houve a ideia de que a produção aurífera se declinou pois faltavam equipamentos de ferro para sua extração e parte da solução seriam tais estímulos à siderurgia. Não obstante ainda se mantivessem as suspeitas de desvios e roubos de minério como causa da crise mineradora, gradualmente conseguiu-se focar nos investimentos em manufaturas de ferro. Além disso, ainda havia algumas opiniões contrárias às políticas de fomento industrial na colônia mas que foram cedendo às necessidades engendradas pela conjuntura interna e externa do Reino (NOVAIS, 1989: p. 280-281).

Entendendo, portanto, a política de fomento siderúrgico como parte de um cenário geral, foi crescendo uma interpretação de que havia mais potencial para a colônia brasileira de acordo com as possibilidades de recursos disponíveis a partir da década de 1790. A

justificativa para tal residia em erros de política econômica e restrições fiscais muito severas. Assim, a resposta para isso seria diminuir tributações, cessar monopólios e promover mais estímulos à incorporação de mão de obra escravizada na economia colonial, medidas essas que somente vieram a se concretizar em 1801 (NOVAIS, 1989: p. 283).

Do outro lado dessa mesma moeda, a principal política manufatureira foi se limitando à siderurgia e à incentivos para sua promoção. Alguns exemplos disso são interessantes, como estabelecimento de fábricas para fundir e coar ferro em 1799 na Bahia assim como a recuperação de uma unidade produtiva em São Paulo em 1803 (NOVAIS, 1989: p. 284).

Mais uma vez, cabe destacar que essa política econômica estava inserida em um contexto mais amplo tanto interno quanto externo do Reino Português no final do século XVIII em que foram se agravando tensões e antagonismos no sistema internacional, tendo como epicentro as disputas imperiais no continente europeu. Dessa forma, a produção de ferro seria chave para maior autonomia do Reino como forma de subsidiar e integrar o desenvolvimento industrial da metrópole (NOVAIS, 1989: p. 284-285).

Como já discutido, a Guerra das Laranjas teve seu desenrolar nas colônias da América do Sul, sobretudo na região de fronteira entre Vice-reino do Rio da Prata, Colônia do Sacramento e Rio Grande. Após o alargamento das fronteiras da América Portuguesa nessa região, há uma persistência de avanço lusitano, através de roubos e contrabandos, além da posse de terras para milicianos que ajudaram na guerra. Isso foi responsável por fazer os portugueses saírem vitoriosos do conflito, ajudando a consolidar a ocupação da região (MENZ, 2006: p. 60-61). Assim, em 1804 é estabelecida a alfândega de Porto Alegre para controlar o comércio e tributação da região; em 1807, o Rio Grande é elevado à condição de Capitania Geral com o objetivo de impedir o avanço espanhol na região (MENZ, 2006: p. 62). Essas novas formas de institucionalização do território do Rio Grande além de seu povoamento se deram em um contexto tardio até o fim do século XIX e, ainda, em um momento de contendas contra os espanhóis, mas que veio a mobilizar os administradores locais de modo a consolidar a ocupação e, inclusive, anexar regiões importantes do Rio da Prata, fazendo com que a nova capitania se tornasse ainda mais estratégica (KÜHN E COMISSOLI, 2013: p. 71; 74).

A importância da região se refletiu também no volume de comércio do Rio Grande até como consequências do aumento do volume de comércio ilegal na região com as exportações brasileiras para o Rio da Prata no período entre 1802 e 1804. Além disso, houve evidente

ligação entre os ingleses e estadunidenses com os brasileiros para adentrar ilegalmente seus produtos no território colonial espanhol, mesmo que não precisem entrar propriamente em terras portenhas para isso, o fazendo por meio de navios da Espanha que aportavam no Rio de Janeiro, o que discutiremos mais amplamente no próximo capítulo. Para exemplificar a situação, entre 1791 e 1799, aportaram 25 navios estrangeiros no Rio de Janeiro, enquanto 54 o fizeram entre 1800-1807, além de registros de contrabandistas ingleses e norte-americanos aportando no Rio Grande em 1802 (MENZ, 2006: p. 126).

Não era somente uma finalidade reativa a de conter os espanhóis, mas também de expansão, principalmente na vinda da família real ao Brasil. Nesse contexto, foi oferecida proteção portuguesa à região de Buenos Aires e Montevidéu, além de solicitar a entrega da Banda Oriental sob o pretexto de invasões francesas e planejar ataques à capital portenha em conjunção com os ingleses. Tal expansão tinha nuances megalomaniacas, se falava em construir um império tal qual o de Napoleão só que na América do Sul (MENZ, 2006: p. 65-66; 67). Os ingleses, contudo, resistiam a tais pretensões lusitanas (MENZ, 2006: p. 69).

Agora, será discutido um balanço geral acerca dos resultados de política econômica implementadas à luz da conjuntura de crise do Antigo Sistema Colonial. A disponibilidade de dados da época permite uma análise mais concreta do período entre 1797 e 1807 que é aproximadamente o intervalo em que podem ser observadas os desdobramentos das tendências e políticas aqui já discutidas. Dessa maneira, esse período se caracterizou como de um crescimento do volume de comércio entre metrópole e colônia, mesmo que esta se beneficie de um maior incremento do que Portugal (NOVAIS, 1989: p. 287). Além disso, se destaca que o comércio da metrópole com outros países foi mais estável do que com suas próprias colônias (NOVAIS, 1989: p. 288).

Importante trazer aqui que as políticas pombalinas foram responsáveis por conduzir a economia imperial a um novo rumo que, não obstante tenha dado seus frutos no longo prazo, obteve avanços consideráveis na tentativa de industrialização da metrópole e de diminuição da dependência comercial com a Inglaterra. Assim, houve adoção de políticas manufactureiras nacionalistas, além de medidas promotoras do comércio externo com a criação de companhias. Todavia, a condução dessas políticas também esteve associada a um menor interesse britânico no Brasil devido à queda da produção de metais preciosos na região das Minas Gerais (MENZ, 2006: p. 89-90).

Nesse sentido, quando da virada pro século XIX, em 1800 iniciou-se uma tendência em que Portugal se tornou deficitária perante suas colônias, o que é uma importante identificação para nossa análise dado que, como será tratado nas próximas linhas, o Brasil tinha participação preponderante no comércio colonial, determinando suas dinâmicas. Somado a isso, atuando de forma a contrabalancear as perdas de excedente comercial com as colônias, Portugal mantinha superávit com as nações do exterior. Tal tendência se inverteu no período compreendido entre 1787 e 1796 (NOVAIS, 1989: p. 289).

Como foi mencionado, o Brasil exerceu amplo domínio no comércio colonial do Império Português, atingindo patamares de 83% nas importações lusitanas e 78% das exportações, leia-se, a participação de outras colônias era quase que irrelevante na determinação dos movimentos. Além disso, para o período de 1796 a 1807, o Brasil é superavitário em todos os anos enquanto o cenário se inverte no que diz respeito às outras colônias, Portugal é quem mantém um superávit (NOVAIS, 1989: p. 290).

Se ampliarmos a análise, individualizando para os três principais portos do Brasil, podemos observar que o Rio de Janeiro entre 1796 e 1807 acumula déficits sistemáticos na balança com Portugal na casa dos 12 mil contos acumulados; a Bahia é superavitária em cerca de 5 mil contos acumulados para o mesmo período; e Pernambuco sempre superavitário no período, com 15 mil contos acumulados. A explicação para a manutenção dos déficits do Rio de Janeiro só é possível quando se olha para o envio de numerário, ou seja, metais preciosos para a metrópole. Então, o que se tem disponível nos dados é que das exportações da capital 46% são mantimentos e 32% são ouro (MENZ, 2006: p. 90-92).

Olhando mais uma vez para o “resto do mundo” podemos notar que a Inglaterra exerce nesse grupo de países o papel que o Brasil desempenha dentro do Império, mas em menor grau e em sentido contrário. Os britânicos participam com 35% a 40% tanto nas importações quanto exportações para a metrópole portuguesa, com um superávit contante para o lado dos lusitanos não obstante não fosse tão expressivo sobretudo a partir de 1798. Aliás, os portugueses possuíam superávit com outros países europeus como França, Castela e Dinamarca (NOVAIS, 1989: p. 291-292).

Ainda mais conclusivos para entender a preponderância econômica que o Brasil passou a ter para Portugal foi que dos produtos exportados pela metrópole, 60% eram produzidos na sua principal colônia e somente 27% era produzido em território português. Dessa maneira, Portugal somente conseguia manter um superávit comercial por causa de sua

colônia no fim do século XVIII. Ou seja, o que Fernando Novais nos constata aqui é o seguinte: “(...) é porque o comércio colonial português é deficitário que seu comércio exterior é superavitário.” (NOVAIS, 1989: p. 293). Dessa maneira, enfatizando ainda mais a importância dessa colônia e em especial do Rio de Janeiro como nexo do exclusivo colonial, temos que do importado pela metrópole, entre 1803 e 1804, cerca de 70% era exportado pela capital, 18% pelo resto do Brasil, 7% pelas colônias da África e 4% das asiáticas (MENZ, 2006: p. 93).

Ademais, o que ficou registrado é que a saída para a crise portuguesa se deu com produtos brasileiros e, para além disso, considerando o que foi amplamente discutido aqui, a retomada foi em um cenário de declínio da mineração aurífera. O que leva a conclusão de que a produção brasileira se dinamizou no período e, de fato, saiu de cerca de 30 tipos de produtos exportados para mais de 100 (NOVAIS, 1989: p. 294).

No que diz respeito à produção de manufaturas metropolitanas, desde a política de fomento industrial de Marquês de Pombal e o período seguinte, ambos na segunda metade do século XVIII, o observado é um certo sucesso até o fim desse século, mas que tão logo chega o século XIX as curvas passam a ser de declínio (a partir de 1801). Com o declínio da produção e exportação de manufaturas portuguesas, produtos estrangeiros passam a encontrar mais espaço. Isso, cabe destacar, se refletiu sobretudo no mercado das colônias que sofreram crescentes pressões de concorrentes europeus mesmo que o mercado interno metropolitano tenha se reservado em boa parte aos produtos nacionais (NOVAIS, 1989: p. 295-296).

Dessa forma, a pressão de entrada dos produtos principalmente ingleses foi responsável por frustrar as políticas de fomento de indústrias no Brasil. O que, por sua vez, limitou a recuperação econômica da metrópole e impediu a diminuição da defasagem econômica em relação aos países que estavam se industrializando na Europa (NOVAIS, 1989: p. 297). Além disso, o que evidenciou a abertura forçada dos portos (ao contrabando) foi a manutenção da exportação face ao declínio de importações por parte da metrópole portuguesa e, isso leva à consideração de que quando da vinda da família real em 1808, já não havia abertura de fato a ser realizada, mas sim somente uma formalização da mesma (ARRUDA, 2001: p. 181).

Apesar da conjuntura internacional ser desfavorável à política manufatureira dos portugueses, não houve também continuidade à esse tipo de fomento na metrópole o que se refletiu em alguns aspectos específicos. Um deles é a manutenção atenuada da política de

companhias de comércio na metrópole (quando foram abandonadas na colônia), fato que dificultou a estruturação e complexificação do comércio, outro caso foi também a preservação dos monopólios sobre o tabaco e pau-brasil com consequências parecidas. Além disso, podem ser citadas também o abandono da estruturação do mercado de crédito que foi mencionado anteriormente neste trabalho (NOVAIS, 1989: p. 297).

Somado a esses fatores, pode-se destacar que mesmo com a onda de reformas as tensões sociais não se dissiparam assim como em Portugal. Além disso, Portugal dentro da geopolítica europeia estava situada entre a proteção da Inglaterra que dificultava seus esforços de autonomização e a França que a pressionava, ainda mais no contexto de expansão durante a Era Napoleônica. O Brasil diante disso veio a receber a família real em 1808, fruto de todo o cenário de crise e disputas envolvendo o Império Português como um todo. E, logo chega a corte portuguesa, é decretada a abertura dos portos que, à princípio deveria ter sido provisória (NOVAIS, 1989: p. 298). Contudo, o que se verificou, com os tratados de 1810 foi que, para além do já forte impacto da abertura de dois anos antes, a indústria portuguesa estava fadada ao fracasso e o Brasil seria o protagonista do comércio externo lusitano, mas como exportador primário (ARRUDA, 2000: p. 71).

Além de ser principal ator do comércio internacional dentro do Império Português, o Brasil se diversifica estruturalmente no período analisado. Diferentes formas de produção se estabelecem no território que passam a apresentar maior articulação entre si no âmbito interno e que também estão visceralmente conectadas a um novo panorama de sistema colonial não obstante também estivesse muito perto de sua extinção. Em contraposição a isso, as colônias espanholas da América se separam em diversos novos países, enquanto o processo de modificação e articulação estrutural da América Portuguesa contribui para manutenção da unidade após a independência (ARRUDA, 2001: p. 182).

### **3. A CRISE COLONIAL NO VICE-REINO DO RIO DA PRATA NO FIM DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX**

Nessa seção será analisada a Argentina ou, à época, Vice-reino do Rio da Prata no mesmo contexto de crise do Antigo Sistema Colonial no fim do século XVIII e início do XIX com o objetivo de identificar os reflexos das disputas hegemônicas no Sistema Capitalista na sua política colonial. Para isso serão utilizadas referências de história econômica tais como Aldo Ferrer e E. C. Ortega.

Como não há obra detentora de semelhante marco analítico ao de “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)”, será feita uma tentativa de resgatar no material utilizado aqui elementos que o aproximem a essa análise. Tal estreitamento já se verifica no processo de independência argentino que somente ocorre por meio de uma guerra entre 1810 e 1818, que delimitará nosso escopo temporal um pouco mais adiante do que no caso brasileiro, encerrado com a vinda da Família Real.

Dessa maneira, cabe apresentar aqui um breve cenário geral do Vice-reino do Rio da Prata evidenciando alguns antecedentes. O ponto de partida é que não há significativo volume de comércio no território argentino ou sequer a existência de uma economia nacional unificada e organizada, mas sim menores economias autônomas e de subsistência com pouco nível de desenvolvimento em que a pouca interação que acontecia se dava por navegação no Rio da Prata (FERRER, 2004: p. 55).

Então, somente ao fim do século XVIII haverá um movimento de complexificação econômica dentro desse território a partir de 1776 com a última grande criação do Império Espanhol, o Vice-reino do Rio da Prata. Forte evidência pregressa disso, que o território transformado em Vice-reino não era prioridade de ocupação e exploração colonial por parte dos espanhóis, é o quantitativo populacional de 300 mil habitantes em meados do século XVIII, número não muito diferente da população indígena no início da conquista (FERRER, 2004: p. 55-56).

Nesse sentido, a criação do Vice-reino tem três objetivos básicos, como a ocupação do território no intuito de garantir a dominação do espaço, a possibilidade já verificada de extração de minerais e metais preciosos assim como produtos agropecuários e, conectando esses fatores e dando-os sentido, afastar a concorrência e ameaças estrangeiras que vinham pelo comércio de escravizados ou de manufaturas. Isso foi materializado por um processo de formalização da colônia Argentina com a criação de instituições e regulamentações comerciais e portos mercantis (ORTEGA, 1970: p. 62). Os principais rivais envolvidos na tal consolidação da ocupação do Rio da Prata foram Portugal e Inglaterra levando também à

necessidade de povoar de gente e riquezas além de promover o desenvolvimento da região (ORTEGA, 1970: p. 62).

Os autores Cuccorese e Panettieri (1983) colocam as disputas coloniais na região do prata como fator principal para a criação do Vice-reino. Dessa maneira, centram em dois pontos chave, o primeiro da rivalidade histórica entre Espanha e Portugal que tem como um dos pontos de conflito colonial a região da Colônia do Sacramento pela sua localização estratégica no que diz respeito ao Rio da Prata e todas as possibilidades de comércio e navegação decorrentes dele. A segunda são os planos ingleses de expansão, associada ou não à Portugal, em toda a América, incluindo o Sul seja do Atlântico ou do Pacífico (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 41).

Isso está inserido, como já foi discutido nos capítulos 1 e 2, em uma conjuntura de crise não só do Império Espanhol, mas do Sistema Colonial como um todo em que diversas reformas foram adotadas na ideia de ‘despotismo esclarecido’ para evitar os movimentos revolucionários e contestatórios. Então, a solução no caso da política colonial espanhola foi antecipar o movimento reformista para que não houvesse perda material no Império já que diversas insatisfações organizadas já começavam a aparecer no Vice-reino da Nova Espanha e na Nova Granada (Colômbia/Venezuela) (ORTEGA, 1970: p. 64).

Dessa forma, o que iremos observar nos seguintes parágrafos com a criação do Rio da Prata é uma mudança da dinâmica de acumulação colonial do Império Espanhol como um remédio à crise. Para tanto, seria necessário atender ou conciliar interesses e criar saídas comerciais para evitar a ruína tanto pelos impulsos internos quanto externos.

Do vestigial incremento produtivo que se desenrolava nessas economias regionais, a maior parte dele se dava à margem do principal circuito de comércio colonial. Também por isso, quaisquer tentativas de diversificação e estruturação da produção interna era muito limitada. Como possível de se prever, a produção portenha era cerca de 90% agrícola e o resto estava alocado em serviços e manufaturas primitivas, representados em maior parte por funcionários governamentais de defesa, administração e comércio além de serviços pessoais (FERRER, 2004: p. 57).

A monetização da economia somente atingiu os setores ligados ao mercado externo que, por sua vez, era baseado em excedente da economia de subsistência e não apresentava algum patamar de complexidade. O grupo de interesse que tinha essa pouca capacidade de acumular capital eram os encomendeiros que se apropriavam de excedente com base na escravização de mão de obra indígena nativa (como foi discutido no capítulo 1 deste trabalho)

e, por não apresentar um produto ou capacidade de especialização com laços claros ao comércio exterior, possuía dificuldades de mobilizar capital para investimento apesar das remotas possibilidades de acumulação de capital estarem quase por definição atreladas à exportação (FERRER, 2004: p. 58-59). Dessa maneira, não houve avanço tecnológico ou implementação de técnicas mais sofisticadas como reflexos de uma economia fechada e regionalizada, apresentando também pouco emprego de capital e população (FERRER, 2004: p. 59).

Durante todo o período compreendido entre o século XVI e XVIII não há mudança na importância relativa entre as regiões, sendo o Noroeste mais importante, muito pela proximidade com o Vice-reino do Peru, na região que hoje se tornou a Bolívia, e com o papel de produtora agrícola suporte a este outro pedaço do Império Espanhol. Tal configuração começa a se alterar a partir da segunda metade do século XVIII quando a região do portenha passa a adquirir maior importância e passar a determinar a dinâmica de reprodução econômica das outras regiões do Vice-reino do Rio da Prata (FERRER, 2004: p. 60). A mudança disso começa a partir da Revolução Industrial e suas mudanças estruturais no sistema capitalista internacional em que após essa transição ocorrida entre o fim do século XVIII e início do XIX a Argentina passa a exercer papel fundamental na economia global (FERRER, 2004: p. 61).

Nas linhas seguintes nos dedicaremos a analisar o primeiro nexos com o comércio externo do Vice-reino do Rio da Prata, Buenos Aires que passa a exercer papel de porto e intermediária comercial. A inserção da Argentina como elemento integrante na dinâmica da economia internacional se deu por dois aspectos principais, a abertura do Rio da Prata para o comércio colonial e, com isso, exercendo papel de intermediadora nas trocas entre porções do sul do Império Espanhol na América. O outro aspecto foi a expansão da pecuária na grande Buenos Aires (e posteriormente nos Pampas) orientada para exportação (FERRER, 2004: p. 65). Ademais, é importante ressaltar que o desenvolvimento de Buenos Aires enquanto cidade conectada com o sistema internacional capitalista converge com o período do início da revolução industrial então iremos observar diversos fatores que relacionaram ambos os eventos (FERRER, 2004: p. 67).

O principal motivo que promove Buenos Aires como entreposto comercial não foi necessariamente uma vantagem sua, mas sim a desvantagem que se tornou importar os produtos para o sul da América Espanhola por Lima e Potosí já que os preços aumentavam consideravelmente. Exemplo disso são as mulas utilizadas na mineração que tinham seu preço quadruplicado caso fossem importadas pelo Vice-reino do Peru (FERRER, 2004: p. 67).

Contudo, não era simples transformar o Rio da Prata em território efetivamente ocupado e economicamente desenvolvido devido a alguns motivos. O primeiro era a descapitalização da economia platense em razão de não ser produzido excedente exportável de relevante porte, o que por sua vez dificultava o incremento nas importações. O segundo motivo era que o epicentro da economia colonial americana como um todo foi a América Central e Caribe durante os séculos XVI e XVII (FERRER, 2004: p. 68).

O terceiro e último motivo era que as regulamentações do Império Espanhol excluíaam o Vice-reino do Rio da Prata do circuito comercial colonial. As únicas exceções ao comércio exterior dessa região visavam permitir a sobrevivência da ocupação e tal mecanismo restritivo veio a se afrouxar somente com o início das Reformas Bourbon a partir de 1739 nesse caso com flexibilizações nas tributações das aduanas secas de Lima e Córdoba (FERRER, 2004: p. 68).

No âmbito externo, das pressões geopolíticas exercidas pelos rivais do Império Espanhol, invasões e ameaças dos ingleses e portugueses foram responsáveis por atrair sua atenção à Bacia do Prata. Tal questão se sucede já que eram recorrentes as tentativas de anexação de determinados territórios na região e inserção de produtos contrabandeados na economia local. À propósito, o contrabando enfrentou também dificuldade de penetração em razão da não monetização da economia portenha/platense, o que tornava a economia em torno do Rio da Prata muito pouco desenvolvida (FERRER, 2004: p. 69-70).

Aliás, o contrabando na região contava, de certa maneira com a conivência dos governadores locais por meio de subornos, principalmente dos franceses no início do século XVIII, já que a França era aliada dos espanhóis. Mesmo assim, havia outras nacionalidades contrabandeando na região, como é o caso de Portugal (pelo Brasil e Colônia do Sacramento), Inglaterra e Holanda, países tidos como inimigos da Espanha (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 16-17). O Tratado de Methuen (1703), que amplia o comércio entre as colônias portuguesas e a Inglaterra, passou a ser um ponto de fortalecimento do contrabando já que o Brasil passa a ser não somente saída de mercadorias ilegais locais, mas também funciona como base para os ingleses realizarem suas incursões na América Espanhola (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 17).

Fazendo menção à Colônia do Sacramento, iremos abordar um pouco do que foi a disputa territorial entre lusitanos e espanhóis desde 1680 quando é criada sob domínio português em uma porção de território que era de soberania espanhola. Em 1705 ambos entram em guerra e os espanhóis dominam Sacramento e, mesmo que a corte lusitana tenha

protestado contra, sob o argumento de que a região seria sucursal comercial do Rio de Janeiro, permanece sob domínios da Espanha até 1715 (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 43). Na mesma região alvo de disputas, também são fundadas pelos portugueses Laguna em 1684 e o Rio Grande em 1737; os espanhóis fundaram os Sete Povos a leste do Rio Uruguai (1682-1707) e Montevideu em 1737 (MENZ, 2006: p. 31).

O motivo para maior parte dos conflitos entre espanhóis e portugueses na embocadura do Rio da Prata gira em torno da ameaça à permanência e expansão do domínio de ambos os lados, mas que se apresentava não somente como resposta à problemas econômicos em razão do contrabando e desenvolvimento da região mas também instabilidades aos próprios impérios. Então, todo o desenvolvimento de Buenos Aires aliado ao contrabando, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, era um problema aos olhos portugueses devido ao fato de que comerciantes do sul da América Portuguesa estavam sendo atraídos para o comércio com os portenhos e, com isso, criando “fidelidades alternativas”, por isso, a região do Rio Grande e da Cisplatina se tornou um alvo concorrido de disputas entre esses impérios (MENZ, 2006: p. 44-46).

No ano de 1715, ocorre a cessão da Colônia do Sacramento pela Espanha à Portugal desde que não fosse ser realizado contrabando na região, o que não se verificou na prática. Trinta e cinco anos depois, em 1750, pelo Tratado de Madrid, Portugal a devolveria em troca dos povoados de San Borja, San Nicolás, San Luiz, San Lorenzo, San Miguel, San Juan y San Angel, a região dos Sete Povos das Missões. O cenário da devolução por meio do Tratado foi da frustração dos portugueses em expandir seus territórios na entrada do Rio da Prata, não conseguindo entrar na Banda Oriental e em Montevideu. Tal intercâmbio não chega a ocorrer pois teria sido arquitetada uma trapaça dos lusitanos para unilateralmente adquirir esses territórios sem a contrapartida até que ocorre a Guerra Guaranítica entre os anos de 1754 e 1756, em que os europeus se unem para lutar contra os guaranis e dominar de fato a região (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 44; MENZ, 2006: p. 34-35).

Os portugueses buscaram, contudo, consolidar a sua ocupação de fronteiras no sul da colônia, inclusive incentivando “casamentos com índias guaranis” e envio de relevantes contingentes populacionais a essas localizações, leia-se, o Rio Grande a partir de 1761 e que semeava a conquista definitiva de 1801. No ano de 1762, Carlos III declara guerra aos ingleses e sitia Colônia do Sacramento somente a devolvendo aos portugueses no ano seguinte pelo Tratado de Paris (1763), mas mantendo um pedaço de terra na chamada Barra do Rio Grande (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 44; MENZ, 2006: p. 38).

Somente em 1776 que Cevallos, como Vice-rei do Rio da Prata, invade e conquista a ilha de Santa Catarina, Colônia do Sacramento e a ilha de San Gabriel. As ordens do rei foram de destruir o porto e fortificações de Sacramento para cumprir o objetivo simbólico de cortar a raiz de infiltração inglesa e portuguesa no Vice-reino, além da conquista Ilha de Santa Catarina que seria responsável por impedir as comunicações da América Portuguesa com territórios do extremo sul. O sucesso dessa operação se materializa no abrangente Tratado de San Ildefonso (1777) que declara a Colônia do Sacramento dos espanhóis mas que define como portugueses os territórios do Rio Grande e do Rio Pardo, contudo, tais determinações estavam longe de serem as últimas definidoras dos territórios em disputa na região, já que a busca incessante pelo monopólio comercial paradoxalmente favorecia o contrabando (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 44; MENZ, 2006: p. 43; 50-51).

Em contraste, a Inglaterra nessa altura do século XVIII passa a exercer forte domínio no comércio internacional do Império Português como um todo. Como praticavam, também, nesse momento, domínio sobre Colônia do Sacramento, gerou-se uma preocupação forte já que a região é escoadouro do minério extraído no Alto Peru (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 18).

Nesse sentido, os pontos principais de introdução dos produtos contrabandeados por parte destes foi por meio da permissão da entrada de navios britânicos traficantes de escravizados vindos da África a partir de 1713 com o Tratado de Utrecht e a colônia portuguesa de Colônia do Sacramento. Assim, o contrabando somente poderia diminuir em cenários de guerra metropolitana e durante invasões ao território de Colônia (FERRER, 2004: p. 70).

Outro aspecto sobre o Tratado de Utrecht (1713), que foi assinado após a Guerra de Sucessão Espanhola, é a manutenção por sua parte do monopólio comercial com suas colônias que garante que não haverá grandes perdas nesse sentido. Apesar disso, ainda na parte de “Asientos”, é o tráfico de escravizados que passa a ter permissão de entradas por parte de outros países em suas colônias, o que será muito bem aproveitado pelos britânicos para ampliar o contrabando e influências na América (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 17-18).

Dentro do “Tratado de Asientos”, essas são algumas das principais medidas: permissão de comércio de 4800 escravizados por ano durante 30 anos por parte da South Sea Company (empresa de acionistas ingleses) na América; além disso, passa a ser permitido um “asiento” de escravizados no Vice-reino do Rio da Prata (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 18).

Assim, a resposta que solucionou a entrada de divisas e, por consequência, inseriu a economia do Rio da Prata no circuito internacional foi a criação de gado iniciada no litoral e depois na região dos pampas argentinos viabilizando a acumulação de capital na região. Esse processo não foi, entretanto, imune às influências externas que, no mercado financeiro, franceses e ingleses buscaram exercer sua influência desde o início para captar fatias desse novo mercado. Internamente, se iniciam conflitos de interesses entre a elites portenhas e dos pampas em relação às economias autossuficientes do interior que só se resolveu durante a segunda metade do século XIX (FERRER, 2004: p. 71).

Nesse cenário de inserção inicial da economia do Prata no sistema colonial espanhol, foi necessária a expansão das terras agrícolas como caminho mais plausível de incremento nas exportações dado o cenário de dinamismo da pecuária no entorno de Buenos Aires. O caminho para tal foi a não inovadora expansão de fronteiras sufocando comunidades nativas a partir do século XVIII e permitindo a apropriação privada dessas terras em formato de latifúndios, ou seja, é um processo de expropriação. Contudo, não foi tão acelerado quanto possa parecer já que até o fim do século XVIII somente 10% das terras (30 mil km<sup>2</sup>) dos pampas argentinos estavam de fato integradas à economia colonial (FERRER, 2004: p. 77). Em contraste, na década de 1820, mais de 8,6 milhões de hectares já tinham sido ocupados (FERRER, 2004: p. 78). Dessa forma, tanto pela distribuição fundiária realizada pela coroa espanhola quanto pelo processo de expropriação do século XVIII-XIX, o perfil de propriedade era de concentração em poucos e grandes latifúndios (FERRER, 2004: p. 78).

Nessa configuração de propriedade rural destinada à pecuária, foi atraído o capital não só do litoral, mas de países estrangeiros como Inglaterra e França. Assim, são atrelados interesses de capital comercial e financeiro aos dos produtores rurais tanto pelo lado da exportação quanto da importação. Fato esse que conferiu íntima relação de capitais internacionais desde os momentos iniciais da construção da nação Argentina (FERRER, 2004: p. 79-80).

Seguindo no litoral, foi essa região que logrou absorver maior parte da expansão do comércio internacional do Rio da Prata no período, tendo sua população quase que integralmente passado a estar inserida em uma economia de mercado. Os produtos importados logo adquiriram relevância na região ao passo que foram substituídos os produtos oriundos da subsistência. Nessa direção, a maior entrada de capitais no litoral eleva e diversifica a demanda efetiva mesmo que intimamente atrelada às flutuações de comércio externo, o que

foi responsável por expandir setores de serviços, assim como a necessidade de bens de capital, como máquinas e outros elementos do investimento (FERRER, 2004: p. 83-84).

A participação das exportações e importações em relação às entradas de capital externo giravam em torno de 15 a 20% no período e era a base tributária para as arrecadações da Aduana de Buenos Aires. Sendo parte do Estado, o aumento da receita de governo oriundo desse incremento foi responsável não só por aumentar gastos de governo, mas também, em consequência disso, empregar mais mão de obra e que estavam vinculadas à prestação de serviços públicos. Isso equivale também dizer sobre a economia como um todo, e, associado a isso, há um processo de urbanização no entorno dos rios envolvidos no comércio marítimo sobretudo nos rios Uruguai e Paraná, beneficiando regiões como Rosario de Santa Fé, Gualeguaychú e Concepción de Uruguay (FERRER, 2004: p. 84-85).

Se torna claro entender, então, que a poupança acumulada em Buenos Aires se direcionava ao financiamento de construções urbanas além dos principais setores da pecuária e do comércio em detrimento de atividades manufatureiras. É nesse fluxo recíproco de investimentos que se desenvolve o setor bancário e financeiro do Vice-reino do Rio da Prata. Não obstante, todo esse crescimento é limitado por estar atrelado ao comércio externo, o que leva a um limite claro nas possibilidades de expansão além das flutuações bruscas decorrentes disso (FERRER, 2004: p. 86-87).

Nessa direção, cerca de 90% da arrecadação de Buenos Aires correspondia às tributações aduaneiras e de toda a receita, 60% estavam destinados aos gastos militares e o resto à manutenção e expansão da máquina pública. Com o passar do tempo, outra obtenção de recursos que veio a se estruturar foi a captação por meio da emissão de dívida interna e emissão de papel moeda. Apesar de não estar diretamente ligado ao nosso recorte temporal do estudo, logo após 1810 foram criados bancos com o poder de emissão de papel moeda na capital (FERRER, 2004: p. 87-88). Aos poucos, tal emissão de moeda passou a ser o caminho mais fácil de financiar o déficit dos governos locais, o que o autor classifica como uma transferência do ônus da inflação aos setores mais pobres da sociedade (FERRER, 2004: p. 89).

No que diz respeito aos gastos dos governos provinciais do interior, a realidade era de sistemáticos déficits pela dominância da subsistência. Como a expropriação nativa não ocorreu de um dia para o outro, havia pouca ou quase nenhuma base monetária para as arrecadações associada à “necessidade” de gastos militares e públicos para expansão da

fronteira que, por sua vez, representavam a totalidade dos gastos das províncias, com pouco ou nenhum gasto de infraestrutura (FERRER, 2004: p. 90).

Assim, todo movimento bem-sucedido de expropriação dos povos indígenas do interior e conseqüente expansão da fronteira vinha seguido de uma transferência dessas novas propriedades a agentes privados e da elite portenha. Foi por meio desse mecanismo que houve a possibilidade de apropriação da região dos Pampas, recurso que viria a ser o mais importante para a consolidação de seu projeto econômico (FERRER, 2004: p. 90-91).

Sobre a política industrial, o ponto de partida da Espanha é similar ao de Portugal, débil e atrasado. Apesar disso, se considera que a produção de sua indústria foi suficiente para suprir a demanda da metrópole e das colônias. O fator chave que dificulta o impulsionamento da complexificação industrial do Império é a invasão napoleônica da Espanha em 1808. Assim, não há estruturação de política focada nesse setor no Rio da Prata mesmo que de modo a preencher a lacuna devido ao contexto de guerra na Europa (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 89-90).

Além disso, mesmo que antes houvesse essa possibilidade, o mecanismo de acumulação do antigo sistema colonial não permitiu o fomento da indústria no Rio da Prata. Um exemplo disso é que na Ordem Real de 1784 foi determinado que toda lã produzida de vicunha fosse comprada e enviada a Espanha para que não possibilitasse o incremento produtivo das fábricas de sombreros em Lima (Vice-reino do Peru). Dessa forma, a política industrial desde então era clara, a do pacto colonial “clássico”, fomento primário nas colônias em benefício da indústria metropolitana. Somado a isso, alguns anos antes, com o a Regulação do Comércio Livre de 1778, já foi bastante dificultada a transformação da estrutura produtiva na América Espanhola (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 90-91).

Em virtude do discutido até agora sobre o perfil econômico do Rio da Prata, o que podemos assinalar é que há um esforço de integração das diferentes províncias e regiões do Vice-reino. Portanto, há uma mudança especificamente nesse domínio em razão de todos os fatores que já trazemos e dos que serão discutidos em seguida, quase todos calçados no desenvolvimento comercial de Buenos Aires como porto principal na Bacia do Prata (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 92).

Feitas tais considerações sobre o ambiente interno, nos cabe discutir as “ameaças externas” ao seu sistema colonial que, no caso do Vice-reino do Rio da Prata do Império Espanhol, é a Inglaterra. Desde o início do século XVIII foram cinco guerras em que os espanhóis a enfrentaram. Além disso, os ingleses sempre foram os principais contrabandistas

do atlântico ao infiltrar seus produtos nas colônias americanas. Outro embate foi o apoio dos britânicos às tentativas de expansão portuguesa pela Bacia do Prata, mais grave foi tomada de Buenos Aires, planejada, mas não levada adiante na década de 1740 (ORTEGA, 1970: p. 64).

A efetiva ocupação do Rio da Prata objetivava, assim, diminuir o grau de ameaça inglês. A ideia era tornar Buenos Aires o principal entreposto colonial espanhol para escoar todos os produtos do interior e receber produtos do resto do mundo. Isso pois, também as alfândegas de Lima no Vice-Reino do Peru estavam afastando os produtos espanhóis das suas rotas de comércio em direção à Europa e outros mercados, seja pela dificuldade de transposição que viria a existir para trazer produtos da Argentina ou pelas maiores taxas existentes no caminho (ORTEGA, 1970: p. 64).

Nessa direção, desde a década de 1730 se busca ampliar a ocupação marítima do sul da América Espanhola. Tal fato ocorre em razão do contrabando já mencionado seja inglês ou não. Assim, a metrópole buscou trazer navios comerciais pela região do Cabo de Hornos para evitar contrabandistas franceses. Em 1767, a coroa espanhola determina que a cada três meses se envie de La Coruña a Buenos Aires para levar correspondências e, para aproveitar a diminuição de custos, alguns produtos para comércio em Montevideu, Buenos Aires e depois segue ao Chile e Peru (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 20; 26-27).

Não obstante tenha havido a estruturação das reformas, há uma demora a partir de 1776 para que elas surtisse efeito no âmbito imperial como um todo. Por si só o Império Espanhol já apresentava disparidades regionais evidentes e o advento das reformas foi responsável por aprofundá-las e criar novas, tendo como epicentro Buenos Aires (ORTEGA, 1970: p. 65-67).

Em relação às reformas realizadas durante o reinado de Carlos III, sua principal motivação são a diminuição do contrabando e o ponto de partida das políticas são a diminuição das rubricas tributárias. Abole, dessa forma, 9 tipos de taxação envolvidas no comércio exterior. Adiante, revoga a exigência de se sair e chegar em portos já determinados, podendo atracar nos portos que mais convirem ao navegante e após isso se libera de direitos alguns produtos oriundos da América (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 27-28).

Além dessas medidas, já às vésperas da criação do Vice-reino do Rio da Prata, em 1774 são feitas reformas no sentido de ampliar o comércio recíproco entre colônias utilizando os portos do mar do sul. Somado a isso, permitiu-se o embarque de moedas metálicas e minérios nos portos de Peru, Santa Fé, Tierra Firme em direção à Guatemala e Nova Espanha. Diante disso, se amplia o comércio, o que não quer necessariamente dizer que se tornou

amplo, foi uma necessidade diante de uma conjuntura (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 27-29).

Na direção dessas reformas na América Espanhola, também serão ampliadas a inserção do sul nas rotas de comércio imperiais. À princípio, em 1774, se permite a entrada de navios de registro em Buenos Aires e que os produtos adquiridos lá podem ser comercializados nos portos de províncias do Peru e do Chile. Houve vozes dissonantes na administração do Vice-reino do Peru já que esse comércio acarretaria a ativação do contrabando no Rio da Prata, mas a decisão de autorizar foi mantida (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 29-30). Outra resolução foi a de 1776 que foi responsável por autorizar o comércio recíproco no mar do sul que diz respeito ao Rio da Prata, La Habana (Cuba), Cartagena (Colômbia/Vice-reino da Nova Granada), Veracruz (México/Nova Espanha) e outros portos menos relevantes (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 30).

No que diz respeito à nova organização econômica decorrente do desenvolvimento de Buenos Aires, o Litoral apresentou sensível crescimento da pecuária. Nessa região, a expansão foi realizada pelos territórios do que hoje conhecemos como Uruguai e das províncias Argentinas de Entre Rios, Santa Fé, Córdoba e São Luís. E não somente o gado de abate foi importante para o produto, mas também a produção de couros que dobrou entre o fim do século XVIII e 1810, além dos produtos derivados de carne, como o Charque que tinham mercado no Brasil e no continente africano (ORTEGA, 1970: p. 69-70).

Entraremos em alguns aspectos oriundos dessa nova organização do Rio da Prata e que novas instituições foram criadas para evidenciar a profundidade das reformas do império. Em ordem cronológica, o primeiro passo para a complexificação da economia foi a circulação de moeda que foi viabilizada ainda 1776 pois passou a ser obrigatória a arrecadação tributária, a monetarização de transações comerciais (abolindo escambo), além da permissão de circulação de produtos valiosos e cotados, leia-se, o Rio da Prata foi inserido no circuito colonial de comércio (ORTEGA, 1970: p. 75).

Medida central para a consolidação e governabilidade do Vice-reino do Rio da Prata foi o Ordenamento de Livre Entrada de 1777 (*Auto ou Bando de Libre Internación*). Tal ordem foi feita em decorrência da conquista de Sacramento por Cevallos, garantindo maior controle da região estratégica do Rio da Prata, além de dirimir os efeitos do contrabando e a necessidade de se efetivar uma política econômica direcionada ao Vice-reino (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 30-31). Dentre diversas novas regras, está a permissão de extrair de Chile e Peru prata e ouro com destino a Buenos Aires, além da aduana de Jujuy que fica

próxima de Chile e Peru, por onde passavam rotas de comércio (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 31).

Diante do Ordenamento de Livre Entrada, surgiu duas teses interpretativas em relação à sua jurisdição: a primeira era de que a ordem dispõe sobre o livre comércio entre Buenos Aires e Lima, o que leva à ruptura do monopólio colonial do comércio exercido comercialmente pelo Vice-reino do Peru no sul das colônias; a segunda tese, em contraposição, diz que não estava compreendido esse território (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 32).

Na prática, essa dúvida não teve muito tempo para ser resolvida, já que em 1778 o rei Carlos III assina uma Real Cédula em dois de fevereiro, logo no início do ano. Tal cédula dispõe sobre a autorização de Buenos Aires a comercializar livremente com todos os portos de Chile e Peru, o que confirma de maneira perene as intenções do Império com o Vice-reino do Rio da Prata, dado que no fim das contas a medida do Vice-rei era tida como transitória (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 33).

O Bando não foi uma atitude isolada, significou uma medida muito importante dentro do contexto de reestruturação da dinâmica de reprodução econômica do Império Espanhol, leia-se, é parte de um processo mais amplo que começou em 1776 com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata. Ao promulgar o Auto, Cevallos legaliza a rota terrestre entre Buenos Aires e Potosí para o comércio, que já era aberta e utilizada, contudo de maneira ilegal por contrabandistas. A sua utilização clandestina está intimamente ligada a sua eficiência diante das alternativas no que diz respeito à internalização ou escoamento do que fosse produzido nos Andes e/ou entrasse pelo Atlântico, sendo antes feita pelos caminhos à Lima, mais inóspitos e difíceis (VARILLAS, 2009: p. 40-41). No período que precede o Bando, desde o início da década de 1770, suas rotas estavam sendo bastante utilizadas de modo a confluir no abastecimento de Potosí, trazendo produtos de variadas cidades, como Mendoza, Jujuy, Charcas, Puno, Arequipa e Cusco e quase sempre eram rotas ilegais (VARILLAS, 2009: p. 43).

A repercussão no Vice-reino do Peru foi de rejeição à nova configuração pois descentralizou a relevância do porto de Lima (Callao), impactando a dinâmica mercantil dos seus comerciantes, assim como no porto de Cádiz na metrópole. O impacto disso também foi de que se muda a opinião generalizada da região que o Vice-reino do Rio da Prata seria somente uma criação do Império Espanhol com o objetivo de combater os portugueses nas

disputas fronteiriças, sobretudo na região da Colônia de Sacramento (VARILLAS, 2009: p. 42).

Por outro lado, mineradores do norte do Rio da Prata e regiões do Peru, porções de terra que hoje são da Bolívia, reivindicavam o auto devido à corrupção que foi inerente ao extrativismo da região e com o objetivo de diminuir custos produtivos. Isso foi feito por meio de uma petição após o encerramento do conflito com portugueses no Sacramento já que a proibição atuava para diminuir a incidência de produtos contrabandeados na região. Além disso, comerciantes de Buenos Aires também apresentavam a mesma demanda no que diz respeito à livre internalização de produtos (VARILLAS, 2009: p. 45).

A resposta a essa demanda por parte do Vice-rei Cevallos foi de promulgar um Bando em Julho de 1777 proibindo a extração de qualquer tipo de ouro dentro dos limites do Rio da Prata que não fossem destinados em caráter exclusivo ao porto de Buenos Aires e, com isso, melhoraria a produção de prata na região de Potosí, sobretudo do ouro não cunhado, que era produzido em maior parte nessa cidade (VARILLAS, 2009: p. 45).

E, como já resgatado aqui, o Auto de Livre Entrada foi promulgado em novembro de 1777 e, à princípio foi considerado nulo pelo Vice-rei do Peru, Guirior, já que, segundo ele mesmo, disporia sobre assuntos externos ao Rio da Prata que não estavam sob jurisdição de Cevallos. Contudo, o que também já foi trazido aqui, é que Carlos III confirma a Ordem em 1778 com a Regulação do Livre Comércio. Os antecedentes utilizados por Cevallos para fundamentar sua decisão foram acerca da maior permissividade com comércio intercolonial nos anos anteriores ao do Bando, inclusive a autorização de comércio restrito em 1774 entre Peru, Nova Granada e Nova Espanha, que passa a incluir o Rio da Prata em 1776 (VARILLAS, 2009: p. 48).

Somado à esses motivos, Cevallos argumentou que o fim da guerra contra o Império Português na Colônia do Sacramento era o principal fator para a proibição da livre entrada no vice-reino, portanto, com o fim da guerra, não haveria razão para essa continuidade. Também argumentou que o isolamento proveniente da proibição não permitiria a difusão da influência espanhola e do desenvolvimento da região, o que não contribuiria para o enriquecimento do império (VARILLAS, 2009: p. 50).

Dessa forma, a livre entrada permitiu que Buenos Aires se desenvolvesse com uma dinâmica orientada para fora, leia-se, para a Espanha, enquanto o interior aparece em segundo plano como forma de manter a reprodução colonial. Nessa direção, Buenos Aires internalizava escravizados, importados europeus e produtos locais, ao passo que o interior

abastecia sobretudo de minerais metálicos. O que se formou, portanto, foram dois polos, o de Buenos Aires e Montevideu com uma dinâmica globalizada e os mercados andinos, regionalizados (VARILLAS, 2009: p. 61).

Até o ano de 1784, a dinâmica que se conformou na região foi que o porto de Buenos Aires era o grande entreposto da região em que chegavam produtos do interior andino, do Peru e do Chile para serem reexportados, além de efetuados via moedas metálicas em troca de escravizados e outros produtos da metrópole. Nesse sentido, a pauta exportadora era majoritariamente de metais preciosos, 82% do volume exportado era de moedas metálicas, 15% de couros e 3% de reexportações do Chile e Peru. Outro aspecto importante é que tanto as guerras metropolitanas quanto no território colonial (como lutas entre nativos e colonos, além do início das independências) contribuíram para impactar no desenvolvimento da rota de comércio entre Buenos Aires e Potosí (VARILLAS, 2009: p. 61-62).

Contudo, as consequências de mais longo prazo resultaram em uma maior ocupação e desenvolvimento comercial da região sul da América Meridional. Em um primeiro momento, tanto Potosí como Oruro avolumaram suas produções e se integraram ao Rio da Prata. Regiões como Arequipa, Moquegua e até o Paraguai se dinamizaram, assim como a costa do Pacífico, por causa das reexportações do Chile, no eixo Guayaquil (Equador) – Lima (Peru) – Valparaíso (Chile). E da mesma maneira, não obstante tenha ocorrido a resistência dos limenhos, Lima não deixou de ser o principal porto pelos quais passavam os fluxos de mercadorias, o que acabou dissipando insatisfações e promoveu um retorno maior que o esperado à Coroa Espanhola, dobrando seus ingressos na metrópole em razão da nova conformação comercial e produtiva (VARILLAS, 2009: p. 63).

Em 1778 foi instituída a Alfândega (Aduana) de Buenos Aires que formaliza a primazia econômica e política do litoral sobre o interior, o que será responsável por tensionamentos entre comerciantes e produtores urbanos com os produtores interioranos. É importante destacar que antes de sua criação, como já mencionamos, a rota de comércio existente era pelo interior do continente, onde Lima estabelece uma aduana seca em 1622 na região de Córdoba, na prática inviabilizando o comércio e, por consequência, o desenvolvimento capitalista da região do Prata não obstante tivessem presente tentativas de permissões específicas ou até a penetração via contrabando. Adicionalmente, já em 1777 foi autorizado formalmente o comércio entre Buenos Aires e Peru/Chile e em 1778 foi regulamentado pelo rei o livre comércio entre eles (ORTEGA, 1970: p. 74). Ademais, é proposta pela administração do vice-reino a criação da alfândega de Montevideu subordinada

à de Buenos Aires que é criada em 1779, mesmo ano em que a aduana de Buenos Aires começa a atuar (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 34).

Dessa maneira, a aduana foi o principal pontapé para o crescimento do comércio e do desenvolvimento do Vice-reino. Isso ficou evidente ao passo que a arrecadações cresceram de forma significativa partindo de 20 mil pesos fortes em 1785 para 1 milhão em 1805 (período de 20 anos) (ORTEGA, 1970: p. 74).

Ainda no ano de 1778, como já mencionado, é adotada a medida tida como mais importante do reinado de Carlos III, o *Reglamento* ou Regulamento, em que a viabilização do “comércio livre e protegido” para dentro do Império Espanhol é vista como solução para o reestabelecimento da agricultura, indústria e população (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 34-35). O Regulamento possui diversas determinações que dizem respeito ao comércio entre metrópole e colônia para que seja de fato realizada uma integração econômica entre todas as partes do império, mas priorizando a Espanha. E, no que diz respeito ao Rio da Prata, essa ampliação de comércio foi principalmente na pecuária com a venda de couros para a metrópole; com isso, a economia portenha passa a se estruturar e aumentar as arrecadações pela alfândega (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 37).

Somente em 1796 é que há a criação do Consulado de Buenos Aires que acumulava funções que hoje tratamos como executivas e judiciárias, administrando ações judiciais, organizava a canalização da riqueza e seu comércio, sendo financiado pela *avería* (tributo *ad valorem* de 0,5% que incide sobre mercadorias que entravam no vice-reino) e pelas multas e penas pecuniárias (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 119; ORTEGA, 1970: p. 73). Um importante personagem, secretário do consulado, Belgrano tinha opiniões fisiocráticas e foi dos responsáveis pela promoção da economia platense administrando preços da economia, além de melhoras no cultivo agrícola e defendendo a exportação de seus produtos e a limitação da importação de produtos estrangeiros, o que resultou em insatisfações dos comerciantes já que eram espanhóis em sua maioria (ORTEGA, 1970: p. 73).

Dessa forma, o objetivo primordial do consulado era de administrar a justiça decorrente de questões mercantis, proteção e estímulo ao comércio em caráter amplo. Em virtude disso, tinha jurisdição sobre questões como desenvolvimento da agricultura e cultivo de produtos da região, investimentos visando aumento de produtividade, como maquinário, que fossem voltados à produção primária, além de medidas facilitadoras do comércio exterior. Para tanto, deputados provinciais fiscalizavam a economia regional (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 118).

Alguns anos após a criação do consulado de Buenos Aires, é reivindicado pelos comerciantes de Montevideu o estabelecimento de semelhante instituição na cidade. Os argumentos em defesa disso são os “inconvenientes” sofridos por tal classe ao estarem subordinados à Buenos Aires e a defesa do desenvolvimento do gado e pecuária para incremento de exportações. Contudo, em 1802, a resposta contrária à essa demanda foi expedida pelo Vice-rei Del Pino em razão da maior parte das cargas que chegam a Montevideu são repassadas à Buenos Aires. Portanto, somente em 1812, dez anos depois que a demanda será atendida, quando foi criado o Consulado de Comércio de Montevideu (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 120-121).

Dedicando mais algumas linhas à história do consulado de Buenos Aires, iremos adentrar um pouco nos tópicos mais pertinentes a esta análise. A instituição em si não tem, é claro, um posicionamento político definido, variando em função dos dirigentes que ocupavam seus cargos. Dessa forma, apresenta condutas diferentes ao longo dos anos, como em 1801 que defende os interesses coloniais no que diz respeito à proibir a presença de comércio estrangeiro no Rio da Prata e em 1806, se mostra disposto a comercializar com os invasores ingleses (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 122).

No que diz respeito ao comércio propriamente dito, os posicionamentos ao longo dos quinze anos que precedem a Guerra de Independência/Revolução são erráticos. Já houve defesas e ataques ao monopólio comercial espanhol entre os anos de 1794 e 1799; assim como já defendeu também o livre intercâmbio com os ingleses durante a invasão e logo depois, em 1809, somente o comércio de exceção. Em relação ao comércio interno, promoveu diminuição de barreiras administrativas entre as regiões do vice-reino, além de tentar viabilizar uma bolsa de valores e corredores de comércio, mas todas essas medidas sem sucesso, leia-se, algumas políticas similares às tentadas no Brasil por parte da metrópole portuguesa, mas determinadas pela autoridade local e sem sucesso (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 122-123).

Como já foi trazido, todo o comércio gravitava em torno dos Vice-reinos do Peru e da Nova Espanha, a quase totalidade das rotas de comércio que fossem para a metrópole espanhola teriam que passar por suas aduanas e ao restante das posses não lhes restava opção. Então, na América do Sul a administração do comércio colonial estava em Lima até que Buenos Aires passou a ser o principal centro em 1776. Tal fato se sucede, pois, a Espanha tentava contornar a sua decadência enquanto buscava soluções para impedir sua derrocada para a Inglaterra que se desenvolvia “à pleno vapor” nos âmbitos industrial e marítimo (ORTEGA, 1970: p. 76).

Desde o Tratado de Utrecht em 1713 foram sendo alteradas as dinâmicas de comércio do Império Espanhol em vias a poder competir com as potências Europeias. Pontualmente, algumas partes dessas novas configurações afetavam Buenos Aires mesmo que de forma vestigial, como foi pós a Guerra de Sucessão Espanhola quando assume Felipe V da Dinastia Bourbon quando passam a ser permitidos navios traficantes de escravizados pelos Britânicos, além da fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses (ORTEGA, 1970: p. 76).

Nos anos seguintes outras medidas afetavam Buenos Aires, como em 1740 que passam a ser enviados navios de registro aos portenhos que permitiam um pequeno volume de comércio no contexto da ameaça de invasão inglesa. A partir de 1768 os Vice-reinos puderam comercializar entre si, mas somente a partir de 1776 e 1778 que Buenos Aires foi incluída no circuito intercolonial. No ano de 1791 foi permitido o comércio de escravizados pela própria corte no porto e em 1795 foi permitido o comércio de produtos estrangeiros que não tivesse semelhantes na metrópole espanhola, mas sempre com contrapartida de compra de produtos locais (ORTEGA, 1970: p. 77).

Sobre esse assunto, cabe um breve parêntese sobre o perfil demográfico do Império Espanhol e portenho. O branco espanhol ao fim do século XVIII representava cerca de 2,5 milhões de indivíduos, os indígenas nativos eram 8 milhões e a população negra correspondia a 11 milhões em toda a América Espanhola. Desses últimos aproximadamente 1,3 milhões eram habitantes do Rio da Prata. Em sua grande maioria eram escravizados e estavam na região de Potosí e no noroeste do Vice-reino (ORTEGA, 1970: p. 79-80).

O Brasil era um dos principais pontos de saída dos escravizados que eram levados ao porto de Buenos Aires e comercializados por navios ingleses e franceses desde o início do século XVIII, em 1713 com a permissão emitida pela coroa de navios anuais para esse fim. A partir de 1789 o tráfico de escravizados é regulamentado e ampliado (ORTEGA, 1970: p. 81).

Nesse sentido, cabe aqui abrir um parêntese sobre a relação de escravizados e as elites comerciantes do Rio da Prata. Boa parte do montante de ouro e prata que passavam pelas mãos de mercadores era quase todo investido na Europa e no Brasil, neste último para o comércio de escravizados (com razoável monetização em Buenos Aires) e naquele para compra de mercadorias. Internamente, seu capital era investido também com fins de acumulação, para pagamento de impostos e para investimentos “políticos”, como no caso de missões no interior do continente (GELMAN, 1987: p. 494-495).

Além disso, é importante mencionar também que aos investimentos, há questões monetárias associadas e que impactam na dinâmica de circulação de dinheiro na forma de

moedas metálicas, padrão da época. O principal disso é que regiões diferentes apresentavam câmbios diferentes dado que existiam moedas diferentes em circulação, como *doblonos de oro* e pesos fortes de prata, que apresentavam diferentes taxas de câmbio de acordo com cada região. Dessa forma, existiam prêmios sobre 100 doblones de ouro que eram diferentes em cada localidade, o que transformava em mais ou menos vantajoso sua aquisição (GELMAN, 1987: p. 499).

Em relação a tais diferenças de valores, alguns são seus determinantes: o primeiro deles é o custo de produção relativos dessa moeda que a barateava nas regiões onde eram produzidas/cunhadas. Outro fator são os custos de transporte desse metal que, quanto maior a distância, maior seria seu custo e, portanto, maior seu poder aquisitivo. Somado a isso, prata e ouro apresentavam diferenças de frete entre si, o que influenciava no seu poder de compra que, por exemplo, no intervalo entre 1778 e 1791 apresentavam diferenças que chegam a três ou quatro vezes (GELMAN, 1987: p. 500-501). O último fator que determina a diferença é a especulação entre colônias e metrópoles em razão da maior ou menor disponibilidade de dinheiro em cada um dos polos, e que na Espanha os prêmios eram consideravelmente maiores que em Buenos Aires (GELMAN, 1987: p. 502). Isso, por sua vez, levava a uma desmonetização da economia portenha (GELMAN, 1987: p. 503-504).

No que diz respeito a alguns aspectos da sociedade portenha, a “Real Cédula” de 1779 fundou a Universidade de Buenos Aires e nos anos seguintes outras instituições também foram criadas. A Escola Náutica e Escola de Medicina em 1799 também foram outras criações associadas ao incremento da importância e de maiores políticas voltadas para o litoral do Rio da Prata. Por último, foi criado em 1802 “El Telégrafo Mercantil, Rural, Político, Económico e Historiógrafo del Río de la Plata” ou mais conhecido como “Telégrafo Mercantil”, importante jornal que divulgava principais questões da colônia (ORTEGA, 1970: p. 85).

Retornando à nossa análise mais específica, em 1777 são criadas comissões demarcadoras de limites e fronteiras que reuniram perfis técnicos como geógrafos, topógrafos e matemáticos, o que evidencia a necessidade de se administrar as fronteiras em razão das disputas com o sul da América Portuguesa (ORTEGA, 1970: p. 87).

Nos próximos parágrafos, será traçado um panorama dos principais mandatos dos Vice-reis do Rio da Prata para que tenhamos um contexto associado à suas políticas e situando melhor o trabalho. Cevallos (1776-1778) foi o implementador do Vice-reino quando de sua criação e foi responsável por expulsar portugueses de alguns territórios que passaram a ser portenhos, Santa Catarina e Colônia do Sacramento. A paz só veio após o Tratado de Santo

Ildefonso que traça fronteiras entre ambos Vice-reino do Rio da Prata e América Portuguesa (ORTEGA, 1970: p. 88; 92).

Além disso, foi responsável por políticas de expansão da mineração, comércio, agricultura, além da introdução da escravidão como formato de mão de obra nas atividades econômicas. Outro aspecto de suma importância foi o “Auto de Libre Internación de Mercaderias por Buenos Aires” que permitiu o livre comércio de produtos com Alto Peru e Chile seja de produtos locais ou provenientes da Espanha (ORTEGA, 1970: p. 88; 92).

Os governantes Loreto e Arredondo que se sucederam entre os anos de 1784-1795 tiveram preocupações semelhantes que permearam toda a existência do período do Vice-reinado. Dentre elas, as principais foram a defesa de Montevideu e fronteiras que eram constantemente disputadas com os portugueses além do contrabando de produtos da agricultura e pecuária que abalava a produção interna. Conjuntura semelhante também se passou durante o mandato de Pedro Melo de Portugal (1795-1797) que, apesar do nome, era espanhol e somente tinha ascendência portuguesa, da casa de Bragança (ORTEGA, 1970: p. 89).

Durante esse período, cabe resgatar que Buenos Aires está desenvolvendo seu comércio marítimo e cada vez mais consolida econômica e politicamente o Vice-reino do Rio da Prata. Como evidência disso, foi criado o já mencionado consulado de Buenos Aires. Outro fator importante é que Espanha e Inglaterra entram em guerra em 1796, mas as consequências, descritas no documento Tratado de Amiens (1802), não apresentaram implicações objetivas nos territórios coloniais portenhos. Contudo, durante o conflito, foi interrompido o comércio com a metrópole e a solução para tal foi permissões pontuais para trocas com países neutros (ORTEGA, 1970: p. 89; 92).

Nos dois governos seguintes de Antonio Feliú (1797-1799) e Gabriel del Fierro (1799-1801), seguem a conjuntura e consequências da Guerra Anglo-Espanhola. Ou seja, o contexto é de limitações crescentes no comércio com a metrópole, mas que também demandava esforços importantes de defesa ao passo que nunca deixou de ser uma ameaça iminente eventuais invasões inglesas e lusitanas nas fronteiras (ORTEGA, 1970: p. 89).

Durante o governo de Del Pino (1801-1804) a guerra da metrópole já tinha terminado. Apesar disso, o tempo foi de conflito na Banda Oriental com Portugal (invasões de tropas vindas do Brasil) em 1802, tão logo tinha acabado a guerra no continente europeu. Além disso, há manutenção de riscos de invasões britânicas como reflexo da guerra e posterior derrota dos aliados Espanha e França que perdem a preponderância do mar na Europa. Outro

fator importante é que Del Pino conseguiu controlar e diminuir o contrabando de couros (ORTEGA, 1970: p. 90; 92).

Já no vice-reinado de Rafael de Sobremonte (1804-1807), aconteceram fatos cruciais para a construção e independência da futura Argentina enquanto no período comandado por Baltasar de Cisneros (1809-1810) já estava acontecendo toda a combustão de eventos. Nos anos de 1806 e 1807, Buenos Aires é invadida duas vezes pelos ingleses e é estabelecida guerra durante esses dois anos. Além disso, nos anos seguintes, 1808 e 1809 a Espanha é invadida e dominada por Napoleão (ORTEGA, 1970: p. 90-91; 92). Seguiremos com essa discussão de forma mais detalhada nos próximos parágrafos.

As invasões inglesas de 1806 e 1807 são tratadas como uma primeira experiência de governo autônomo e independente do Vice-reino do Rio da Prata apesar de sua emancipação do Império Espanhol somente ter sido concluída em 1818. Tais invasões são entendidas como catalisadores do que veio a ser o começo da autonomia e que acarretou novas organizações de forças e interesses que não eram mais de ocasião e sim se tornaram alianças defendendo um projeto político conformando uma ideia de país (ORTEGA, 1970: p. 94).

O contexto global era de começo de mais uma guerra entre Espanha e Inglaterra, em razão da aliança dos franceses com espanhóis. Em suma se tratou de mais um conflito caracterizado por um acirramento de disputas coloniais dado que os Estados Unidos tinham se tornado independentes em 1776 e os ingleses após esse evento acirraram a busca por novos domínios e mercados em um cenário que cresce sobretudo sua produção industrial e quando a Espanha já se estava declinando (ORTEGA, 1970: p. 94-95). Então, diante do cenário de bloqueio naval do continente europeu por parte da França Napoleônica, a Inglaterra buscou outros territórios como solução como forma de aumentar seu comércio externo tanto pelas mercadorias quanto pelo tráfico de escravizados vindos da África, além de metais da América e couros do Rio da Prata (ORTEGA, 1970: p. 95).

Nesse sentido, as dificuldades de manutenção do sistema colonial do Império Espanhol retomam tão logo havia sido apresentada a solução para sua crise com o Regulamento de Livre-Comércio de 1778. Tal feito ocorre pois em 1779 inicia uma contenda entre os espanhóis e ingleses que, apesar de terem sido adotadas políticas de mitigação dos prejuízos, foram início de um processo de expansão da influência inglesa na região (SILVA, 1993: p. 18). Estamos aqui nos referindo ao começo de um processo que se desdobra nos próximos trinta anos e resultam no domínio inglês do comércio marítimo da América do Sul no Prata e no Brasil.

Diante desse cenário, houve algumas frentes de atuação em vias de atenuar o declínio do comércio entre colônia e metrópole. Foi estabelecida uma restrição de circulação de embarcações nas rotas de comércio para evitar perdas por causa do conflito armado; associado a isso, foi feita escolta dos navios mercantis e de correspondências, para canalizar o comércio; e a utilização de Portugal, por meio do porto do Rio de Janeiro, para realização do comércio compensatório (SILVA, 1993: p. 19).

Todavia, a despeito da diminuição da circulação de embarcações, não se interrompem em sua integralidade as comunicações entre metrópole e colônia, ainda saíam navios de correspondência do porto de Cádiz. Além disso, houve até incremento na circulação de navios entre os portos da América Meridional, vindo do Brasil, Peru, Malvinas e Patagônia (SILVA, 1993: p. 21).

Somente a partir de 1781 que retornam lentas e de forma gradual as permissões de navegação com produtos locais exportáveis por navios independentes, o embarque de ouro e prata era ainda muito restringido por causa do grave risco envolvido na operação. Já os portugueses passam a ter diversas permissões de envio dos produtos de exportação e metais amoadados ou não no mesmo ano, em troca eram pagas comissões aos mercadores portugueses além de um direito de 4% que seria remetido ao Consulado de Lisboa e, após a parada na capital lusa, seria enviado ao porto de Cádiz (SILVA, 1993: p. 21-22).

Ainda em relação ao comércio com os portugueses, no ano de 1782 chegam 29 embarcações com bandeira portuguesa em Montevidéu, além de 3 brasileiros em contraste à 15 navios da Espanha. Apesar de ter diminuído no ano seguinte devido ao início das tratativas para reestabelecimento de paz entre espanhóis e britânicos, Portugal enviou 22 navios a partir de portos brasileiros ao Rio da Prata e mais 2 vindos de Lisboa, enquanto Cádiz mandou 4 somente (SILVA, 1993: p. 22).

Os anos de 1783 e 1784 representaram, dessa forma, o provisório reestabelecimento do comércio marítimo dentro dos marcos coloniais do Império Espanhol e o Rio da Prata nesses dois anos foi o principal impulsionador disso. Em 1783, suas importações representaram 43,6% do total e em 1784 foram 29,84%. Já para o período todo desde a vigência do comércio livre (1778-1784), fica atrás de demais portos como Veracruz (32,1%), Caribe (23,2%) e Pacífico (13,8%) com 12,2% das importações (SILVA, 1993: p. 23).

Em seguida, os anos foram de eufórica recuperação comercial que incrementaram o volume de trocas tanto na metrópole quanto na colônia que desembocaram em uma crise comercial refletida nos preços. As consequências dessa crise foram sentidas em Buenos Aires

nos anos de 1788 e 1789 com a falência de diversos agentes comerciais envolvidos no tráfico marítimo. Dessa maneira, no reinado de Carlos IV são feitas sérias reformas com vias a recuperar novamente o comércio se pautando no Livre Comércio de Escravizados e ampliação em caráter de ensaio do comércio com colônias estrangeiras (SILVA, 1993: p. 27). Os anos seguintes foram de recuperação, mesmo que errática, por causa do conflito com os franceses revolucionários entre 1793 e 1795, ficando de fato minado em 1796 quando começa outra série de conflitos com os ingleses (SILVA, 1993: p. 28).

Ademais, no período entre 1796 e 1807 ingleses e espanhóis entram em conflito duas vezes. Na primeira, a Espanha entra como aliada francesa e no segundo conflito, iniciado em 1804, se enfrentam diretamente. Nesse contexto, em 1805, os ingleses tomam o Cabo da Boa Esperança (África do Sul) e saem vitoriosos da Batalha de Trafalgar (região próxima de Gibraltar). Do Cabo e da Ilha de Santa Helena organizam a ocupação de Buenos Aires e a realizam em 1806 (ORTEGA, 1970: p. 111-113).

Nesse sentido, os portugueses buscaram a aliança com a Inglaterra de modo a limitar a influência dos espanhóis na região. Isso pois o Rio da Prata já havia se tornado um importante caminho de circulação de produtos e permitiu maior volume de comércio em benefício da Espanha (ORTEGA, 1970: p. 95).

Durante esse período, em decorrência das duas guerras já mencionadas, o comércio da região portenha é muito impactado, o que leva à medidas emergenciais para dirimir os efeitos da escassez de produtos. Para tanto, são feitas exceções ao comércio colonial que permitiram a compra e venda direta entre diferentes Vice-reinos, colônias estrangeiras e países neutros. No caso de trocas intercoloniais, o Rio da Prata foi autorizado a transacionar com portos do Peru, Chile e Cuba, no qual os portenhos enviavam produtos primários da agricultura e pecuária e recebiam outros de diferentes gêneros que fossem necessários ao abastecimento de seu mercado (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 147-146).

Já no que diz respeito às colônias estrangeiras, aqui está se referindo principalmente à Brasil e Guiana Francesa (de capital Caiena). Nessa direção, foi autorizado pela Real Ordem de 1795 que fossem exportados por Buenos Aires produtos que fossem intercambiados por açúcar, café, algodão e escravizados (sendo o Brasil o maior exportador de pessoas negras escravizadas para o Vice-reino do Rio da Prata, com o maior mercado sendo Montevideú, que gerava mais um ponto de tensionamento com Buenos Aires). Em 1796 é emitida uma no Ordem que estende textualmente que se possa comercializar especialmente com Brasil e colônias da América como um todo (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 147; 149).

A guerra dos espanhóis contra os britânicos fez com que o comércio caísse em um precipício, saindo, as exportações, de 196 milhões de “reales de vellón” em 1796 para 4,8 milhões em 1797, leia-se, uma redução de 97,5% em um biênio, tendo semelhante redução as importações (95,3%). É evidente que as consequências econômicas seriam graves e, além disso, começa-se a criar o início de uma possível motivação revolucionária (SILVA, 1993: p. 92). É como boa parte das crises que iniciadas nas suas metrópoles, chegam na ponta do chicote produzindo um forte estalo que atingem as colônias em um sistema global capitalista. Nesse cenário, é atingida não somente os grandes comerciantes, mas a população como um todo, já que os preços de importações explodem e as exportações despencam (SILVA, 1993: p. 95).

Dessa maneira, em 1797 já é emitida uma permissão por parte da metrópole para o comércio com embarcações que se mantivessem neutras durante a guerra e, mesmo com a previsão de que tais navios também eram obrigados à se dirigir à Espanha, isso não ocorreu. Além disso, recordemos da permissão do tráfico de escravizados e comércio com colônias estrangeiras a partir de 1795. É, portanto, um rompimento bastante drástico do exclusivo colonial, em que aportaram no Prata diversas nacionalidades de embarcações (SILVA, 1993: p. 93-94).

Em virtude disso, o comércio formal tanto com Rio de Janeiro quanto com Caiena, é responsável por acentuar o contrabando entres essas regiões e o porto de Buenos Aires. E, para além desse aspecto, o objetivo maior dos comerciantes portugueses era ter superávits em moeda metálica, não adquirir produtos portenhos. Ademais, a coroa espanhola revoga as Ordens de liberação do comércio com colônias estrangeiras em 1799 e, mesmo sob pena de castigos, multas e prisões, os comerciantes do Prata se mantêm vendendo e adquirindo produtos da América Portuguesa em razão da forte escassez (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 148-149). Nesse ano, as exportações espanholas, vindas pelo sistema de navios neutros, eram de 19,6 milhões de “reales de vellón”, em 1800 caem a 7,7 milhões e, finalmente, em 1801 chegam ao patamar de 3 milhões (SILVA, 1993: p. 96). Tal declínio cessou ainda em 1801 quando o comércio de embarcações neutras voltou a ser permitido em razão das circunstâncias especiais da nova Guerra das Laranjas (outro conflito subordinado às disputas entre França e Inglaterra) (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 148-149).

Assim, em associação ao fim da guerra, veio uma sensível retomada do comércio do Prata com sua metrópole no intervalo de paz que se estendeu entre 1802 e 1804. Em concomitância, havia a presença de inúmeras embarcações no Vice-reino do Rio da Prata,

sejam elas legalizadas ou não, e aos poucos a administração colonial teria que impedir que se mantivesse essa chegada de produtos estrangeiros aos portos de Buenos Aires e Montevideu (SILVA, 1993: p. 99). Nesse sentido, até 1804, o Rio da Prata desfruta de uma retomada do comércio com a Espanha, por exemplo, a exportação de couros cresce de 36 mil unidades em 1802 para 132 mil em 1804, já as remessas de metais crescem de 1801 para 1802 nas cifras de 135 mil para 12,5 milhões e decresce para 5,7 milhões em 1804. Contudo, a preocupação com a retomada do comércio não durou muito, já que novamente em 1804 a Europa entra no contexto das Guerras Napoleônicas (SILVA, 1993: p. 100).

Sob o argumento de estar ajudando aos franceses, os britânicos invadem e atacam os espanhóis no fim de 1804 e, tão logo entram em guerra, o império entra no regime de comércio de embarcações neutras, o que implicou também em uma forte presença de navios portugueses nos portos do Prata. Podemos observar mais uma vez a redução de envios de navios à Espanha, de 82 em 1804 para 5 embarcações em 1805. Em valores, a Espanha deixou de exportar 45 milhões de pesos em 1804 para somente 5,9 milhões em 1805. Não obstante tais quedas fossem suficientes para colapsar quaisquer economias, os mecanismos criados pela Espanha em tempos de guerra já eram tão bem estabelecidos que supriam com certa velocidade a escassez. Para ilustrar, no que diz respeito a navios estrangeiros saindo de Montevideu, em 1804 eram 26, no ano seguinte eram 53 e em 1806 foram 70. (SILVA, 1993: p. 117-118).

O projeto inglês de ocupar o Rio da Prata era antigo e muito evidente, já existia há quase um século, seja associada aos portugueses ou sozinho. Para tanto, se utilizou de estratégias como intensificar o contrabando e os “asientos” ao longo de todo o século XVIII. No início do século XIX, os ingleses se aproveitaram do contexto, assentados na vitória na batalha de Trafalgar (cabo entre Cádiz e Gibraltar), para realizar a campanha de invasão do Vice-reino do Rio da Prata, já que a Espanha se associava com a França e os esforços britânicos de mantê-los fora da guerra se esgotaram (ORTEGA, 1970: p. 96-97; SILVA, 1993: p. 118).

Diante disso, a estratégia dos ingleses desenhada por Sir Home Popham e comandada por William Beresford foi tirar vantagens dos pontos fracos da ocupação colonial do Rio da Prata e do ímpeto independentista que já estava surgindo na região, mesmo que sua intenção fosse de anexar colônias novas ao Império Britânico. O principal ponto foi se aproveitar de uma localização mal protegida militarmente por onde passavam arrecadações e “situados”

vindos do Peru para começar sua investida e após isso prosseguir com invasões pelo mar (ORTEGA, 1970: p. 96-97).

Tendo conseguido invadir Buenos Aires, os ingleses exigiram pagamentos em dinheiro que fossem enviados a Londres de cerca de 1 milhão de pesos fortes, mas que seriam preservadas as “propriedades da população, a liberdade de religião e de comércio”. Apesar disso não houve adesão ou submissão à invasão inglesa, seja por parte da população ou dos comerciantes portenhos e fazendeiros, a preferência era de se manter subordinado ao Império Espanhol ou de não serem mais colônias até pela brevidade das invasões em si. Dessa maneira, começa a resistência e início da “reconquista” a partir do comando de Santiago Liniers, militar da marinha e francês, que organiza milícias e retoma o território do Rio da Prata (ORTEGA, 1970: p. 98-99).

Interessante resgatar o evento do Cabildo Aberto de Agosto de 1806. Inicialmente, Cabildo é uma municipalidade da América espanhola para administrar questões da cidade, mas que adquiriu tom de assembleia geral frente ao contexto do fim da primeira invasão inglesa de 1806. O intuito desse movimento foi de depor o então Vice-rei e escolher Liniers como novo mandante. Resultou disso que o francês assumiu como Capitão Geral (ORTEGA, 1970: p. 101-102).

Como já foi trazido aqui, mesmo com a “reconquista” protagonizada pelas tropas de Liniers, ocorre a segunda invasão em Buenos Aires que começa no fim de 1806 e se efetiva em 1807. Tal evento é iniciado com um bloqueio no Rio da Prata e tomada da cidade de Maldonado da Banda Oriental. A frota continha cerca de cem navios, incluindo mercantes para o comércio após o triunfo britânico. Logo no início de 1807, tanto Buenos Aires quanto Montevideu foram conquistadas e Liniers foi encarregado de começar a nova reconquista desde Colônia do Sacramento (ORTEGA, 1970: p. 104). Quando da conquista de Montevideu, Sobremonte é deposto pela Real Audiência de Buenos Aires e são transferidos os poderes de Vice-rei a Santiago de Liniers (ORTEGA, 1970: p. 104).

Com a invasão dos britânicos a Montevideu em fevereiro de 1807, os ingleses decretam “comércio livre” e isso, por sua vez, encadeia com aumento do contrabando no porto de Buenos Aires. Diante desse cenário, a coroa determinou sua proibição sob pena de morte e expropriação da totalidade dos bens e isso somente irá se amenizar em setembro do mesmo ano com o abandono inglês da Colônia do Sacramento (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 152-153).

O Rio da Prata é retomado por suas tropas em definitivo em julho de 1807 exigindo a evacuação de Montevideu de outros territórios ocupados. O que se pode trazer de consideração dessa sucessão de eventos é que houve diversas consequências mais ou menos objetivas em relação à ideia de nação que amadurece ao longo das invasões inglesas. Serão enumeradas algumas: a deposição por parte de locais de Sobremonte e posse de Liniers por meio de uma assembleia em Buenos Aires; o surgimento de um “espírito de comunidade” baseado no contraste com os ingleses e posteriormente aos espanhóis com a idealização do povo criollo em conjunção com o desejo de autonomia; uma inicial coesão de interesses econômicos de comerciantes (ORTEGA, 1970: p. 109-110).

Na Europa, o conflito vai escalando tendo como epicentro a França de Napoleão, que invade a Espanha em 1808 e depõe Fernando VII, nomeando ao trono seu irmão José Bonaparte que permaneceu rei até 1813. Nessa conjuntura, Portugal se alinha mais uma vez à Inglaterra por cooperação em vias de manter a integridade do império em troca do privilégio britânico no acesso aos portos brasileiros (Abertura dos Portos às Nações Amigas de 1808). Em si, isso resulta no domínio inglês do comércio externo do Brasil (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 152-153).

Por causa da posse dos franceses, os espanhóis formaram a Junta Suprema Central do Reino para reunir as províncias que ainda não tinham sido conquistadas por Napoleão. Assim, os espanhóis da Junta passam a recorrer à alianças com os ingleses para que possam resistir e expulsar os franceses do território. Tais eventos levam à negociação de um tratado de ajuda mútua, assim como no caso de Portugal, onde os ingleses demandam privilégios comerciais nos portos do Império Espanhol. Tais demandas são atendidas em um primeiro momento de forma provisória ao assinar o documento em fevereiro de 1809 (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 153). Assim, os ingleses deixam de ser inimigos históricos dos espanhóis para se tornarem viabilizadores do seu comércio externo. Exemplo disso é que os capitães de embarcações espanholas que quisessem se dirigir à Europa ou outras localidades da América deveriam receber um passaporte dos britânicos no porto do Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir a segurança de sua navegação (SILVA, 1993: p. 120-121).

Cabe recordar também que em 1808 é criada a Junta de Montevideu num contexto antigo de rivalidades com Buenos Aires. O objetivo de sua criação foi atrair o comércio marítimo para si, sobretudo dos ingleses e norte-americanos. Cabe ressaltar, entretanto, que não foi uma ruptura com o Vice-reino do Rio da Prata. Somado a isso, ainda em 1809 existiam relatos que as facilidades para mercadores britânicos eram maiores em Buenos Aires

do que em Montevideu e tais diferenças decorrem da própria disputa local para atrair mais comerciantes (SILVA, 1993: p. 121).

Ademais, nesses momentos que precedem a Revolução de 25 de Maio de 1810, conseguimos captar algumas de suas causas no âmbito econômico. Decorre disso que Buenos Aires recebia menos navios e, portanto, volume de comércio menor que Montevideu, dos 9,1 milhões de pesos que chegavam ao Rio da Prata em 1809, somente 2,5 eram destinados aos portenhos. Além disso, dos 109 navios que aportaram lá em 1809, 46 eram espanhóis, 40 eram portugueses, 20 ingleses e 3 eram estadunidenses e desse total, 90 vinham de portos do Brasil (SILVA, 1993: p. 122-123). No que diz respeito ao revolucionário ano seguinte:

“Siguiendo con el análisis, digamos que, durante el año, entraban 38 navíos con bandera española, 26 antes del 25 de mayo, y sólo 12 desde esa fecha, hasta finales del año. También lo hacían 16 portugueses (once antes y cinco después), 87 ingleses (22 antes y 65 con posterioridad), 13 norteamericanos (tres antes y diez después) y un ruso, después de la Revolución (SILVA, 1993: p. 125).”

Era evidente que o início do chicote terminaria de estalar na América Espanhola e não tardou a atingir também o Vice-reino do Rio da Prata no fim do ano, em novembro de 1809. A conjuntura portenha do governo de Cisneros (assumiu ainda em 1809 após Santiago de Liniers) era de falência da fazenda, além do descontrole sobre a entrada de produtos contrabandeados e a possibilidade de negociar uma abertura com os ingleses logo se tornou quase que necessária e, por isso, inevitável. Dessa forma, a Junta Consultiva presidida pelo vice-rei admite a entrada de quaisquer navios amigos, neutros ou da nação que venham de portos estrangeiros para negociar em portos do Prata (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 169; SILVA, 1993: p. 123). Leia-se, é efetivada de forma parecida uma abertura dos portos às nações amigas, só que dessa vez platense. Buenos Aires foi se convertendo em uma cidade não somente determinada por ciclos econômicos e políticas de sua metrópole, mas sim um polo interligado, pelos motivos da guerra, ao ciclo econômico do continente europeu, principalmente ao inglês e com a linha auxiliar dos portugueses. Muito disso é explicado pela aliança inevitável entre Espanha e Inglaterra em razão das invasões napoleônicas (SILVA, 1993: p. 124).

A configuração que se deu da abertura é a seguinte: a condicionalidade da abertura do porto às circunstâncias extremadas, com previsão de retorno ao exclusivo comercial com os espanhóis tão logo a situação se resolvesse. Evidenciando o caráter provisório, a entrada de estrangeiros é feita por meio de permissões específicas não sendo geral e irrestrita, além de também estar atrelada à resolução do déficit do erário. Somado a isso, o regime de comércio

de exceção estava condicionado à Junta Governativa de Sevilla, dando-lhe legitimidade no contexto da invasão napoleônica (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 170).

Diante dessas linhas mestras da abertura do comércio do Rio da Prata, cabe destacar algumas de suas principais cláusulas com o objetivo de entender um pouco de seu formato. Nesse sentido, seriam taxados adicionalmente aos tributos já existentes em 12% os produtos em geral além dos que prejudiquem as indústrias do país além de estarem excluídos produtos como óleos, vinhos, vinagres e aguardentes, à exceção do produzido com cana. Os produtos locais, como farinha de trigo, cevada e frutas seriam taxados em somente 2% e estava proibida a atividade de extração de ouro e prata para cunhagem ou não (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 170-171).

O que se verificou na prática foi que os ingleses solicitaram as permissões particulares poucas vezes, tentando de fato se utilizarem do comércio clandestino para entrar mais agressivamente nos mercados de Buenos Aires. A tensão diplomática foi grave e Cisneros chega a determinar a expulsão dos ingleses que seria efetiva no dia 26 de Maio de 1810, mas que foi evitada pela Revolução do dia 25 de Maio de 1810 (CUCCORESE E PANETTIERI, 1983: p. 171).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto por esse trabalho foi de analisar a crise do sistema colonial no Vice-reino do Rio da Prata tomando como referência o mesmo contexto passado no Brasil, ambos ao fim do século XVIII e início do XIX. Dessa forma, logrou-se analisar os reflexos das disputas hegemônicas nas metrópoles europeias em direção à América do Sul e os tensionamentos e conflitos nas fronteiras de ambas as colônias portenha e brasileira de maneira conectada. Tentou-se evidenciar também que os vetores de difusão da crise do ASC ora vinham da Europa, ora apresentavam dinâmicas regionalizadas, o que não significa estarem isoladas da dinâmica global do sistema capitalista.

A estratégia central para viabilizar a análise deste trabalho foi de utilizar de fontes consolidadas sobre a temática e esmiuçar a interpretação de seus autores com o propósito de construir nossa argumentação. Nesse sentido, a principal referência foi a obra seminal “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)” de Fernando Novais que está presente nos capítulos 1 e 2, além de utilizarmos também as obras “*La economía argentina – Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI*” de Aldo Ferrer, “*Historia de la República Argentina*” de Ezequiel Ortega e “*ARGENTINA, Manual de Historia Económica y Social*” de Horacio Cuccorese e Jose Panetierri que forneceram a matéria prima para nos voltarmos para muitas das questões sistêmicas estudadas aqui.

Assim, no capítulo 1, Arcabouço geral e reformas da governança colonial no século XVIII, buscou-se discutir a administração colonial, tanto para o Império Espanhol quanto para o Português, fazendo uma introdução geral à título de contextualização para depois entender as transformações ocorridas ao longo de todo o século XVIII e em seguida as reformas promovidas ao fim desse século e no início do XIX que irão marcar a crise do Antigo Sistema Colonial. Portanto, no caso da América Portuguesa, as políticas adotadas ao longo do século XVIII atuaram no sentido de colocar o Brasil como pilar de sustentação do Império, tal período sendo marcado pela gestão de Marquês de Pombal como Secretário de Estado (1750-1777).

Os principais pontos nesse contexto foi a reestruturação do Sistema Colonial com o objetivo de acomodar a nova realidade econômica do sistema capitalista em que a Inglaterra estava conquistando sua primazia seja pela via da guerra e expansão dos mercados ultramarinos ou pela via da industrialização, estando um intimamente atrelado ao outro. Nesse sentido, as políticas pombalinas atuaram em função da preservação do território brasileiro e

eventuais expansões (ex: região amazônica à oeste e norte, região sul no Sacramento e Sete Povos das Missões), além do incentivo ao desenvolvimento econômico da colônia com o objetivo de abastecer a metrópole e subsidiar sua industrialização, isso personificado na criação da Junta de Comércio em 1755. Além disso, há a centralizadora reforma em que as Juntas de Fazenda passam a responder diretamente ao Erário Régio a partir de 1770.

Outro importante ponto foi a criação das Companhias de Comércio, a do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) e de Pernambuco e Paraíba (1759-1779), ambas com o intuito de centralizar, estruturar e promover exportações na região, além de incrementar a utilização de mão de obra escravizada africana. Tais medidas foram responsáveis por diminuir consideravelmente o déficit português em relação aos ingleses ao longo do período e, não obstante as companhias tenham sido extintas, suas transformações estruturais se mantiveram. Em virtude disso, observou-se uma tendência à diversificação produtiva associada à uma certa modernização ilustrada no período, mas que claramente não tem o objetivo de descentralizar a autoridade metropolitana, buscou fortalecê-la.

No que diz respeito ao Império Espanhol, já observamos um esquema de reprodução do Antigo Sistema Colonial diferente daquele dos portugueses, como fica evidente na divisão administrativa em Vice-reinos, Capitânias e eventuais territórios ocupados. A Espanha tinha uma dinâmica econômica colonial melhor desenvolvida desde o início das conquistas no século XVI em relação aos portugueses pois logo encontraram abundantes minas de minerais metálicos nos atuais México e Peru, além de terem se apropriado de estruturas sociais complexas já existentes como a Maia, Asteca, Inca, Quechua e Tiwanaku.

Apesar disso, a primazia mercantil espanhola se transforma em primarização, tornando necessárias reformas na dinâmica econômica do Império, que aconteceram no século XVIII durante a Dinastia Bourbon (pós Tratado de Utrecht de 1713). O período de prosperidade foi marcadamente o de Carlos III que governou entre 1759 e 1788, período similar ao de Marquês de Pombal. Nesse sentido, o Império Espanhol operava com os principais focos econômicos sendo Vice-reino da Nova Espanha (Cidade do México e Veracruz) e o Vice-reino do Peru (no norte da América do Sul, no eixo Potosí-Lima), em que o atual México era considerado submetrópole por ser o principal produtor dentre as colônias, repassando os *situados* ao resto do império que apresentavam forte caráter redistributivo da renda mesmo que em pequenos volumes, não sendo suficientes para fomentar grandes transformações nos domínios periféricos.

Dessa maneira, é a modernização conservadora promovida por Carlos III a responsável por reverter a estagnação econômica e descenso comercial do Império Espanhol. Isso passou por medidas como nova estrutura tributária, novos monopólios fiscais, eliminação da coleta privada de impostos, além da adequação de sua estrutura à vastidão do Império. No contexto de guerra generalizada, apesar dessa reforma de tributos, houve aumento nas alíquotas com o objetivo de incrementar a arrecadação e suprir os gastos de guerra, que provocam levantes nas regiões do norte do Vice-reino do Peru na década de 1780, o que dá o pano de fundo da modernização ilustrada de Carlos III.

O último tópico e, talvez, o mais relevante das reformas foram as novas rotas de comércio criadas a partir da fundação do Vice-reino do Rio da Prata que barateiam o comércio externo do império como um todo, além de representar a conformação de um novo formato “modernizado” que pudesse contornar a crise, mesmo que gerasse as insatisfações dos colonos, sobretudo do Vice-reino do Peru. Somado a isso, devemos considerar também a instituição do *Comercio Libre* de 1778 que diminui as restrições de comércio para dentro do império mas que também torna mais importante o porto de Buenos Aires. Assim, o crescimento se desloca para as áreas fronteiriças de cada vice-reino e para suprir a necessidade de braços, se empregam nativos, criollos e escravizados africanos.

Além disso, temos a criação dos cargos de intendentes e superintendentes (executivos) e regentes (judiciários) que descentralizam o poder dos vice-reis no início da década de 1780 que veio a afetar em relevante grau o Vice-reino do Rio da Prata. Outros vice-reinos também foram impactados por isso e pela criação de cargos menores como os subdelegados, voltados para as províncias, como os intendentes. Todas essas mudanças, como vimos, geraram impactos positivos nos orçamentos de governo. É claro que não devemos ignorar o contexto de guerra não só no continente europeu, mas também nas disputas com os portugueses nas fronteiras entre América Portuguesa e América Espanhola que impulsionaram essas implementações.

É nesse contexto que o bloqueio naval dos britânicos a partir de 1793 devido aos desdobramentos da Revolução Francesa inicia um período agudo de crise pro Império Espanhol, levando a novas configurações do comércio externo. Nessa direção surgem diversas contestações às taxações do porto de Cádiz, em razão da Inglaterra ter se tornado principal parceiro econômico das colônias já na virada do século XVIII para o XIX.

Em relação ao capítulo 2, que tais reformas e inovações administrativas que modificam a acumulação colonial estão inseridas em um contexto de expansão do sistema mundo capitalista, em que a Inglaterra está se consolidando como país hegemônico. Dentro disso, ocorreram diversas modificações nos patamares hierárquicos na Europa e no caso deste trabalho, Portugal e Espanha, enquanto metrópoles, estão decaindo no sistema ao passo que cada conflito se desenrola. Ao fim do século XVIII, temos eventos chave para essa nova configuração, como a Independência dos EUA (1776), Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial na virada para o XIX. Além disso, os conflitos frequentes que, protagonizados por Inglaterra e França, colocaram diversas vezes Portugal ao lado dos britânicos e Espanha ao lado dos franceses.

No segundo capítulo, buscamos focar a análise na segunda metade do século XVIII, dentro de um momento de reformas que tinham como propósito reverter o cenário de piora da balança comercial portuguesa, além de acirramento dos conflitos nas fronteiras tanto do território da América Portuguesa quanto do ASC. Dessa maneira, as disputas territoriais e comerciais do período não se mantêm somente nas beiradas do colonialismo, se tornam um um esgarçamento e posterior ruptura do sistema colonial pautado no mercantilismo.

Nesse sentido, resgatamos as políticas promovidas por Pombal que significaram no longo prazo uma remodelagem no mercantilismo português, em que o Brasil é o eixo econômico principal como fornecedor de matérias primas e insumos para a industrialização portuguesa assim como de produtos de reexportação que garantiam os superávits da metrópole para com seu principal parceiro comercial, a Inglaterra. Além disso, é importante pontuar que não há uma proibição estrita das manufaturas na colônia, mas sim dos produtos que pudessem vir concorrer com a indústria lusa. Então, observamos que parte do resultado de toda essa transformação econômica resulta em uma diversificação da pauta exportadora brasileira, em que passa a acumular superávits com relação à sua metrópole e, frente ao insuficiente desenvolvimento industrial português, o Brasil se tornou o centro econômico do Império.

Com a importância adquirida pelos ingleses tanto no sistema mundo capitalista quanto para os portugueses, as exigências britânicas para sua aliança foram se tornando mais caras nos âmbitos militar, diplomático e econômico. Exemplo disso foi a estratégia sistemática de contrabando de produtos ingleses que foram sendo penetrados nos mais diversos territórios brasileiros de norte a sul. Contrabando esse que era estratégia de influência na reprodução

material das colônias já que foi instrumentalizado para, ao mesmo tempo, inserir produtos ingleses no Brasil e utilizar os portos nacionais como entrepostos para entrada em outras localizações como nas fronteiras ao sul, onde encontrava espaço nos mercados de Sacramento, Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande. Nesse sentido, o comércio ilegal está diretamente relacionado aos bloqueios oriundos da Europa em função dos inúmeros conflitos do período e diversas tentativas da política institucional foram adotadas para tentar dirimir seus efeitos, mas observamos que o contrabando, por todas as possibilidades que oferecia aos países concorrentes, permaneceria existindo.

Nesse sentido, as disputas nas fronteiras das colônias foram de extrema importância para dar sentido a esse trabalho já que são pontos de contato direto e que resultavam na expansão de um império e consequente retração de outro, estando interligados pelo antigo sistema colonial como um todo refletindo seu período de crise e, em seguida, de transformação. Do lado brasileiro isso fica evidente com o estabelecimento da alfândega de Porto Alegre (1804) e a ocupação e criação da capitania do Rio Grande (1807) resultado de conflitos com o Vice-reino do Rio da Prata em torno das regiões de Colônia do Sacramento, Montevideu, Sete Povos das Missões e Ilha de Santa Catarina.

No capítulo 3, foi feita a análise da crise do sistema colonial dando enfoque ao Vice-reino do Rio da Prata, mas tomando como referência a mesma trajetória só que para o Brasil, já que esse movimento sistêmico tem nessas duas colônias seus principais protagonistas na periferia dos impérios que ocorre de forma conjunta tendo muitas de suas nuances estado relacionadas. Nesse sentido, vimos que a fundação do Vice-reino do Rio da Prata enquanto unidade administrativa do Império Espanhol em 1776 e o posterior *Comercio Libre* de 1778 também são reflexo do contexto geopolítico, em que salvaguardar o território por meio da efetiva e densa ocupação do local se tornou necessária, além de utilizar o porto de Buenos Aires como novo escoadouro de produtos para a metrópole, o que resultou no seu barateamento.

Outro aspecto disso é a relevância que territórios, como o Chile, também passam a ter devido a essa maior integração em razão do desenvolvimento comercial do sul da América Espanhola. Dessa forma, enquanto Pombal promove as reformas no Brasil, Carlos III as realizou em seu reinado como um todo, reestruturando a dinâmica de acumulação colonial de seus domínios. Isso envolveu diretamente a criação do Vice-reino do Rio da Prata como uma das medidas para resolver a crise do sistema colonial, além de afastar a conquista da região

por parte do exército britânico. A solução vista, então, para integrar a região ao circuito colonial foi de desenvolver a agropecuária na região de Buenos Aires e nos Pampas Argentinos (que circundam o litoral).

Buscamos evidenciar também a urgência da necessidade de se adensar a ocupação do Prata, discutindo as medidas como a circulação de moeda, viabilizada a partir de 1776, por meio da arrecadação tributária e monetarização de relações comerciais; o Ordenamento de Livre Entrada de 1777 promulgado por Cevallos e suas controvérsias solucionadas no ano seguinte com a Real Cédula de 1778 assinada por Carlos III permitindo o livre comércio de Buenos Aires com os portos de Chile e Peru, além da introdução de Potosí como parte das rotas de comércio no Vice-reino. Outro importante fator para esta análise foi a criação da Alfândega de Buenos Aires em 1778, que também é parte de todo o processo para estabelecer econômica e demograficamente a região, cercados de várias outras implementações nos mais diversos aspectos da sociedade portenha.

Além disso, uma das partes principais foi argumentar como os conflitos dentro do sistema mundo capitalista amarravam esse movimento de maneira mais ampla, seja pelos conflitos com a América Portuguesa ou da Europa com seus desdobramentos no mundo colonial. Nisso, tratamos da disputa com os portugueses sobre a Colônia de Sacramento e Montevideú, Sete Povos das Missões, Banda Oriental e Rio Grande já desde o início do Vice-reino do Rio da Prata, que sempre eram motivos de preocupação pois ampliavam a entrada de produtos concorrentes na região pela via do contrabando em períodos de paz, além da entrada em regime de exceção de mercadorias inglesas e portuguesas durante o período de guerra, já que os Ingleses foram diversas vezes muito bem sucedidos em bloquear navios inimigos a saírem da Europa ou da América Central, além de ter como base o porto do Rio de Janeiro.

Então, como buscamos discutir, fica evidente sobretudo na primeira década do século XIX a escalada de conflitos europeus e concomitante ímpeto expansionista inglês tanto na América Portuguesa quanto Espanhola e principalmente no Rio da Prata. Tal período quase não apresentou momentos de paz para os portenhos, já que até 1805 houve reflexos diversos das Guerras Anglo-Espanholas, algumas em razão da parceria destes com os franceses, o que resultava no aumento de navios ingleses em Buenos Aires e Montevideú. Em seguida, os ingleses invadem o Rio da Prata nos anos de 1806 e 1807, quando há toda a mobilização local para expulsão dos britânicos, mas que também enfraquece o comércio colonial do Império Espanhol e aumenta a influência dos invasores. Além disso tudo, as Guerras Napoleônicas

coroam todo o processo a partir de 1804. Nesse sentido, mesmo quando não conseguiam introduzir seus produtos pela força das guerras em regimes comerciais de exceção, os ingleses se utilizavam do contrabando, o que conferiu a tônica do processo até 1810, com a Revolução de 25 de Maio.

Em virtude do que foi abordado nesta dissertação, é seguro dizer que esse é um campo de estudos vasto e com muitas possibilidades para a análise da história da América do Sul de maneira integrada já desde os tempos coloniais, em que as interações entre diferentes polos são determinantes na trajetória de crise do Antigo Sistema Colonial. O presente estudo não pretendeu esgotar o tema, mas sim elucidar as questões que surgiram e discuti-las propondo a análise do Vice-reino do Rio da Prata à luz da referência do Antigo Sistema Colonial e sua respectiva crise no Império Português e, mais especificamente no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX – Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Editora UNESP – Contraponto. São Paulo. 1994.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII.** *In:* Revista USP, n.46, pp. 66-78. São Paulo. 2000.

ARRUDA, José Jobson de A. **O sentido da colônia: revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830).** *História de Portugal.* Tradução . Bauru: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2001.

BRADING, D. A. **Bourbon Spain and its American Empire.** *In: The Cambridge History of Latin America - Volume I: Colonial Latin America.* Ed: Leslie Bethell. Cambridge University Press, 2008.

BARBIER, Jacques A.; KLEIN, Herbert S. **Revolutionary Wars and Public Finances: The Madrid Treasury, 1784-1807.** *The Journal of Economic History*, v. 41, ed. 2. 1981.

CUCCORESE, Horacio Juan; PANETIERRI, Jose. ARGENTINA, **Manual de Historia Económica y Social.** Ediciones Macchi, Buenos Aires. 1983.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo.** Editora Perspectiva S. A. São Paulo. 2001.

FIORI, José Luís. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global.** *In:* O Poder Americano. Org: José Luís Fiori. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina.** 2ª Edição, Lia Editor S.A. Rio de Janeiro, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, Editora Página Viva - Publifolha. 2000.

FERRER, Aldo. **La economía argentina – Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI.** Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires. 2004.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto – Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. **Nas Rotas de Governação Portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII**. In: Nas Rotas do Império. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Orgs.). Editora da Universidade Federal do Espírito Santo – EDUFES, Vitória. 2014.

GELMAN, Jorge Daniel. **El gran comerciante y el sentido de la circulación monetaria en el Río de la Plata colonial tardío**. In: Revista de Historia Economica - Journal of Iberian and Latin American Economic History , Volume 5 , Issue 3 , December 1987 , pp. 485 - 507. Instituto Figuerola de Historia y Ciencias Sociales, Universidad Carlos III de Madrid. 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. O antigo regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Editora Civilização Brasileira, 2001.

GRAFE, Regina; IRIGOIN, Alejandra. **A stakeholder empire: the political economy of Spanish imperial rule in America**. In: Economic History Review, 65, 2 (2012), pp. 609-651. 2012.

HESPANHA, António Manuel. **A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. O antigo regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Editora Civilização Brasileira, 2001.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers – Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000**. Editora Unwin Hyman Limited, Londres. 1988.

KINDLEBERGER, Charles P. **World Economic Primacy – 1500-1900**. Editora Oxford University Press, Nova Iorque. 1996.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. **Administração na América Portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)**. In: Revista de História, São Paulo, n. 169, p. 53-81. 2013.

MARICHAL, Carlos. **Bankruptcy of Empire: Mexican Silver and the Wars Between Spain, Britain and France, 1760-1810**. Cambridge University Press, 2008.

MENZ, Maximiliano M. **ENTRE DOIS IMPÉRIOS: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo. 2006.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações – Estudos de História e Historiografia**. Editora Cosac Naify. 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. Editora 34, São Paulo. 2019.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. Editora Hucitec – Quinta Edição, São Paulo. 1989.

ORTEGA, E. C. **Historia de la República Argentina**. Editorial Kapelusz, Buenos Aires. 1970.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 18ª Edição, Editora Brasiliense, São Paulo. 1983.

SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portugal and Brazil: imperial re-organization, 1750-1808**. *In: The Cambridge History of Latin America - Volume I: Colonial Latin America*. Ed: Leslie Bethell. Cambridge University Press, 2008.

SOCOLOW, Susan Migden. **The Merchants of Buenos Aires: Family and commerce**. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 2009.

SILVA, Hernán Asdrúbal. **El comercio entre España y el Río de La Plata (1778-1810)**. Banco de España – Servicios de Estudios – Estudios de Historia Económica, n. 26, Espanha. 1993.

VARILLAS, Paula Ermila Rivalplata. **La libre internación y extracción de mercaderías y metales via Buenos Aires (1770-1810)**. *In: Temas Americanistas; Número 23, pp. 39-66*. Universidad de Sevilla. 2009.